

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

WUILI ROBERTO VELA OCAÑA

**FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL
DA INDÚSTRIA PESQUEIRA EM CALLAO, PERU**

FLORIANÓPOLIS

2006

Wuili Roberto Vela Ocaña

**FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL
DA INDÚSTRIA PESQUEIRA EM CALLAO, PERU**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração.

Área de concentração: Políticas e Gestão Institucional.

Linha de Pesquisa: Comportamento e Organização

Orientadora: Rosimeri de F.C. da Silva, Dra.

FLORIANÓPOLIS

2006

V432f Vela Ocaña, Wuili Roberto

Formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru / Wuili Roberto Vela Ocaña ; orientadora Rosimeri de F. C. da Silva. – Florianópolis, 2006.

123 f. : il. ; gráfs. , tabs.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2006.

Inclui bibliografia

1. Indústria pesqueira – Callao (Peru) – Organização. 2. Campo organizacional. 3. Teoria da organização. I. Silva, Rosimeri de Fátima Carvalho da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 65

Catálogo na fonte por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

WUILI ROBERTO VELA OCAÑA

FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA PESQUEIRA EM CALLAO, PERU

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Políticas e Gestão Institucional do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, na sua forma final em 20 de julho de 2006.

Prof. Rolf Hermann Erdmann, Dr
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Profa. Rosimeri Carvalho da Silva, Dra. - orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Marcelo Milano Falção Vieira, Ph.D. – examinador externo
Fundação Getúlio Vargas – FGV

Prof. Maurício Fernandes Pereira, Dr. Examinador interno
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Este trabalho é fruto do apoio do meu irmão Carlos
A ele dedico o resultado do meu estudo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria o mesmo se não fosse pela intervenção de algumas pessoas. Agradeço sinceramente a cada uma delas.

À meu irmão Carlos, pela sua constante ajuda, carinho e compreensão, sem ele indubitavelmente não teria alcançado este objetivo traçado para minha vida.

Aos meus pais, Isidro e Cristina, por todo carinho, dedicação e paciência que tiveram na minha educação.

À minha orientadora, Prof^a Rosimeri, que aceitou o desafio de me orientar, estando sempre por perto me incentivando e me fazendo retornar ao foco da pesquisa.

Às organizações sujeitos de estudo, por terem possibilitado a realização deste trabalho.

A Ivo, da coordenação do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

À colônia de estrangeiros em Florianópolis, em especial para meu amigo Rodrigo, sua amizade foi muito importante para mim.

Aos colegas do Observatório da Realidade Organizacional em Santa Catarina, pelo companheirismo.

A todos vocês, muito obrigado!!!

RESUMO

VELA OCAÑA, Wuili Roberto. **Formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru.** 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Orientadora: Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva, Dra.
Defesa: 31/07/2006.

Este estudo tem como finalidade, analisar a formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira, na região do Callao, Peru, apoiando-se, nos pressupostos da teoria institucional. Na atualidade, a atividade industrial pesqueira apresenta importância significativa na economia mundial por repercutir na balança de pagamentos, geração de divisas, geração de empregos, distribuição de renda e elevação das condições de vida dos países que se dedicam a esta atividade. Embora a importância desse setor para o Peru, a produção científica sobre a indústria pesqueira é irregular, porque os estudos existentes só consideram aspectos técnicos da indústria pesqueira, já os aspectos institucionais têm sido negligenciados nas pesquisas. Os trabalhos que utilizaram o conceito de campo organizacional inserem-se nos setores públicos e não lucrativos. Autores como Powell (2001) e Scott (2001) consideram que deve prestar-se uma maior atenção aos atores centrais da economia como a manufatura e as finanças. Assim sendo, nesta pesquisa se estudou a manufatura, especificamente a indústria pesqueira. Utilizar o conceito de campo organizacional e aplicá-lo na indústria pesqueira permitirá determinar como é que se estão comportando as organizações que fazem parte do mesmo. Os resultados aqui apresentados, bem como a análise, foram elaborados a partir dos dados coletados em documentos assim, como em uma série de entrevistas semi-estruturadas com representantes das principais organizações que compõem o campo. Com a finalidade de atribuir maior precisão aos resultados aqui apresentados, as entrevistas foram feitas aos atores-chave de cada organização os que possuem um maior entendimento do assunto a ser pesquisado. O estudo revelou que a indústria pesqueira peruana originou-se em Callao na década de 1930, desenvolvendo-se rapidamente como consequência de uma série de acontecimentos tanto de origem nacional quanto internacional. Esta indústria atravessou por diversas lógicas em quanto à fabricação de produtos, existindo atualmente predominância das empresas produtoras de farinha de pescado (produto de consumo humano indireto). O atual grau de estruturação do campo é moderado, por esta atividade centrar-se quase exclusivamente na produção de farinha de pescado e, descuidar os outros tipos de empresas existentes, mas também devido a fragilidade com a qual alguns indicadores se apresentaram no campo. A influência do setor privado é determinante dessa situação.

Palavras-Chave: Campo organizacional; Formação e estruturação de um campo; Indústria pesqueira.

ABSTRACT

VELA OCAÑA, Wuili Roberto. **Creation and Structure of the Organizational Field of the Fishing Industry in Callao, Peru.** 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Orientadora: Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva, Dra.
Defesa: 25/07/2006.

The purpose of this study is to analyze the creation and structure of the organizational field of the fishing industry of Callao, Peru based on the approach of the institutional theory. In current days, the industrial fishing activity has a significant importance in the world's economy due to its repercussion in the balance of payments, in the generation of exchanges, in the creation of new posts in the labor market, in the distribution of income and also in the improvement of the life condition of those countries which are dedicated to it. Even though having a significant importance to Peru, the scientific production about the fishing industry is still irregular because the already existing studies tend to consider only the technical aspects of the fishing industry as the institutional ones have been neglected in latest researches. The projects that used the organizational field concept are inserted in public and non-profitable sectors. Authors such as Powell (2001) and Scott (2001) consider that there should be a major attention to the central actors of the economy as manufacturing and finances. For this reason, this research focuses the manufacturing; especially in what the fishing industry is concerned. The usage of the organizational field concept and its application to the fishing industry allows one to determine how the organizations that are part of this concept behave. The results obtained, as well as the analysis, were elaborated from data collected in documents and also through a series of semi-structured interviews with representatives of the principal organizations that composes the field. The interviews were applied to the central actors of each organization, those who possess a major knowledge of the subject to be studied, in order to ascribe a higher accuracy to the results obtained. The study shows that the fishing industry of Peru was created in Callao in the decade of 1930, developing fastly in consequence of a series of events as many of the origin national as international. These industry crossed diverse logics in relation to the fabrication of products, existing currently predominance of the producing companies of fish meal (indirect product of human consumption). The currently level of the field structure is a moderate one not only because it is an activity centered almost exclusively in the industrial production of fish meal, leaving aside other industries, but also due to the frailty according to which some indicators presented themselves in the area. The influence of the private sector is a determinant in this situation.

Key-words: Organizational field; Creation and Structure of a field; Fishing Industry.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: O VELHO E NOVO INSTITUCIONALISMO.....	22
Quadro 02: COMBINAÇÕES DE AMBIENTES TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS.....	24
Quadro 03: PLANTAS DE PROCESSAMENTO PESQUEIRO NO PERU	43
Quadro 04: PLANTAS DE PROCESSAMENTO PESQUEIRO NA REGIÃO DO CALLAO.....	43
Quadro 05: OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	53
Quadro 06: NÚMERO DE FABRICAS DE FARINHA DE PESCADO: PERU	60
Quadro 07: DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA : PERU 1940-1974 ..	63
Quadro 08: ESTATÍSTICAS PESQUEIRAS PERUANAS 1950- 1999	68
Quadro 09: CAPTURAS DOS PRINCIPAIS PRODUTORES EM NÍVEL MUNDIAL	69
Quadro 10: SÍNTESE DOS FATOS RELEVANTES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CAMPO	72
Quadro 11: INDICADORES PARA ANALISAR O AUMENTO DO ISOMORFISMO NO CAMPO	90
Quadro 12: SÍNTESE DOS INDICADORES DE GRAU DE ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: SOBREVIVÊNCIA ORGANIZACIONAL	27
Figura 02: ETAPAS DE FORMAÇÃO DE UM CAMPO ORGANIZACIONAL	38
Figura 03: MODELO PARA ANALISAR A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL	41
Figura 04: PRODUÇÃO PESQUEIRA PERUANA	43
Figura 05: MAPA DA PROVÍNCIA CONSTITUCIONAL DO CALLAO, PERU	46
Figura 06: HIERARQUIA NO CAMPO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA EM CALLAO, PERU	81
Figura 08: CAMPO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA EM CALLAO	105

LISTA DE ABREVIATURAS

ISO: International Standards Organization
HACCP: Hazard Analysis and Critical Control Point
IMARPE: Instituto do Mar do Peru
ITP: Instituto tecnológico Pesqueiro
SNP: Sociedade Nacional de Pesca
PRODUCE: Ministério da Produção
FONDEPES: Fundo Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro
FIUPAP: Federação de Integração e Unificação dos Pescadores Artesanais do Peru
UNALM: Universidade Nacional Agrária “La Molina”
UNFV: Universidade Nacional “Federico Villareal”
UNAC: Universidade Nacional do Callao
SNI: Sociedade Nacional de Indústrias
CIH: Centro de Investigações Hidrobiológicas
FAO: Food and Agriculture Organization
IREMAR: Instituto de Investigações de Recursos Marinhos
MIPE: Ministério de Pesca
MITINCI: Ministério de Indústria, Comercio Interior, Turismo
VMP: Vice Ministério de Pesca
OPD’s: Organismos públicos descentralizados
DICAPI: Direção Geral de capitánias e Portos
DIGESA: Direção Geral de Saúde Ambiental
CONAM: Conselho Nacional do Ambiente

ÍNDICE

1.....	14
<hr/>	
INTRODUÇÃO	14
<hr/>	
1.1 OBJETIVOS.....	17
1.1.1 OBJETIVO GERAL	17
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
1.2 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA	17
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
<hr/>	
2.....	20
<hr/>	
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
<hr/>	
2.1 TEORIA INSTITUCIONAL	20
2.1.1 AMBIENTE TÉCNICO E INSTITUCIONAL	22
2.1.2 LEGITIMIDADE E MITOS INSTITUCIONALIZADOS	25
2.1.4 ISOMORFISMO INSTITUCIONAL	27
2.1.4.1 Isomorfismo coercitivo	29
2.1.4.2 Isomorfismo mimético	30
2.1.4.3 Isomorfismo normativo	30
2.2 CAMPO ORGANIZACIONAL.....	33
2.2.1 ATORES SOCIAIS DENTRO DO CAMPO	33
2.2.2 O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL.....	35
2.3 O CAMPO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA	38
2.3.1 A PESCA NO PERU.....	40
<hr/>	
3.....	46
<hr/>	
METODOLOGIA	46
<hr/>	
3.1 PERGUNTAS DE PESQUISA	46
3.2 DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA (DC) E OPERACIONAL (DO) DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	47
3.2.1 FORMAÇÃO DE UM CAMPO ORGANIZACIONAL	47
3.2.2 ESTRUTURAÇÃO DE UM CAMPO ORGANIZACIONAL.....	47
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	48
3.4 COLETA DE DADOS	49
3.5 UNIVERSO DE PESQUISA.....	50
3.6 ANÁLISE DOS DADOS.....	53
3.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	54
<hr/>	
4.	56
<hr/>	
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	56
<hr/>	
4.1 FORMAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA PESQUEIRA EM CALLAO, PERU.....	56
4.1.1 O HISTÓRICO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA EM CALLAO, PERU.	56

4.1.2 IDENTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM O CAMPO.....	74
4.2 ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL	75
4.3.1 GRAU DE INTERAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES NO CAMPO	75
4.3.2 SURGIMENTO DE ESTRUTURAS INTER-ORGANIZACIONAIS DE DOMÍNIO E PADRÕES DE COALIZÃO.....	79
4.3.3 INCREMENTO DA CARGA DE INFORMAÇÃO	82
4.3.4 DESENVOLVIMENTO DA SENSÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES DO CAMPO, DE QUE ESTÃO JUNTOS EM UMA EMPREITADA COMUM	85
4.3.5 AUMENTO DO GRAU DE CONCORDÂNCIA COM A LÓGICA INSTITUCIONAL QUE GUIA AS ATIVIDADES DENTRO DO CAMPO	88
4.3.6 AUMENTO DO ISOMORFISMO NO CAMPO	91
Esses indicadores permitirão determinar o grau de isomorfismo existente e ajudarão na melhor compreensão do campo em estudo.	91
4.3.6.1 Dependência do recurso	91
4.3.6.2 Interação do campo com o Estado.....	93
4.3.6.3 Número de organizações modelo no campo.....	95
4.3.6.4 Incerteza tecnológica.....	97
4.3.6.5 Profissionalização no campo	99
4.3.7 AUMENTO DA CLARIDADE DAS FRONTEIRAS.....	101
4.3 O CAMPO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA PESQUEIRA EM CALLAO	104
<u>5.....</u>	<u>110</u>
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	110
5.1 CONCLUSÕES	110
5.2 RECOMENDAÇÕES.....	114
<u>6.....</u>	<u>115</u>
BIBLIOGRAFIA	115
Apêndice 1	120

1.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade analisar a formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira na região do Callao, Peru, apoiando-se nos pressupostos da teoria institucional.

A atividade pesqueira vem sendo realizada desde tempos remotos, e pouco a pouco foi adquirindo porte e configuração industrial. Para poder satisfazer as suas necessidades de alimentação, o homem realiza a pesca. Esta atividade foi sendo desenvolvida com a fabricação de instrumentos de captura e de deslocamento no meio aquático, até se transformar em uma atividade econômica.

O impacto desta atividade no desenvolvimento local é forte, uma vez que um número grande de pessoas está envolvido. Tanto as atividades industriais, quanto a atividade de pesca artesanal, envolvem uma parte bastante carente da população peruana.

No Peru, o setor pesqueiro é a segunda atividade econômica e social do país. Esta posição foi alcançada por ser esse mar privilegiado com uma enorme quantidade de recursos ictiológicos¹. Contribuíram para essa categoria uma série de características: a corrente de Humboldt (uma corrente de água fria que banha o litoral peruano, que determinará um maior conteúdo de oxigênio nesse mar. Sabe-se que as águas mornas têm menor conteúdo de oxigênio que as águas frias); o afloramento de águas leva à superfície nutrientes minerais (nitratos, fosfatos e silicatos), que de outra maneira se depositariam no fundo marinho; a baixa temperatura e a alta salinidade determinam uma maior viscosidade ou densidade da água, o que permite uma melhor notabilidade do plâncton²; a localização tropical, ou seja, o mar peruano fica perto da linha equatorial, o que faz com que a energia solar disponível seja alta em comparação com zonas não tropicais.

¹ Ictiológicos. - Referente à variedade de peixes.

² Plâncton. - Em biologia marinha e limnologia chama-se plâncton (da palavra grega *planktos*, que significa errante) ao conjunto dos organismos que têm pouco poder de locomoção e vivem livremente na coluna de água (pelágicos), sendo muitas vezes arrastados pelas correntes oceânicas. O plâncton encontra-se na base da cadeia alimentar dos ecossistemas aquáticos, uma vez que serve de alimentação a organismos maiores.
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pl%C3%A2ncton>

É natural, portanto, que o litoral peruano fosse objeto de interesse não só da pesca artesanal, como, em seqüência, de lugares sedes de produção. Esses lugares sedes de produção tornaram-se amplos campos de atividades, evoluindo até converterem-se na atual indústria pesqueira peruana.

A indústria pesqueira peruana originou-se na região do Callao, lugar onde se criaram as primeiras fábricas, dedicadas à produção de pescado em conservas. No transcorrer do tempo as indústrias vão surgindo em todo o litoral peruano, e o Estado se vê na necessidade de criar instituições encarregadas do planejamento e controle do setor pesqueiro, criando-se assim instituições governamentais.

Embora a indústria produtora de conservas tivesse um grande auge e um mercado assegurado, até meados da década de 50 seu crescimento foi lento, cedendo lugar ao rápido desenvolvimento da indústria produtora de farinha de pescado. Este produto, antes só utilizado como fertilizante e feito à base de resíduos da fabricação de pescado em conservas, se industrializou. Com o desenvolvimento da produção de farinha de pescado, a indústria pesqueira, em meados de 1960, virou a principal atividade econômica de exportação, pois aportava entre 25% e 30% dos ingressos totais de exportação (VALVERDE, 1995). O Peru se colocou na liderança das nações pesqueiras no que se refere ao volume, em 1964 produziu 18% da pesca mundial total e representou aproximadamente 40% da oferta mundial total de farinha de pescado. Mas este acelerado desenvolvimento provocou o declínio da indústria pesqueira peruana em 1972. Consideram-se responsáveis desse declínio uma série de fatores, tais como: decisões políticas, fenômenos climáticos, superdimensionamento da indústria e a sobrexploração dos recursos pesqueiros.

A pesca sempre foi objeto de muitos estudos, mas até agora não foram feitos estudos utilizando o conceito de campo organizacional da pesca no Peru. Por campo organizacional, os atores DiMaggio e Powell (2001) entendem que: está formado por um conjunto de organizações que se relacionam e influenciam apoiando um tipo de produto ou serviço similar. Fazem parte do campo organizacional as organizações que controlam, regulam, financiam, organizam e representam as outras organizações dentro do campo.

Diante do quadro atual, a aplicação do conceito de campo organizacional pode indicar que o desempenho ou a trajetória de uma organização, ou de um grupo de organizações, está vinculado às diretrizes valorativas e normativas dadas por atores externos, que se inserem nos diferentes níveis das organizações afetando sua política e estrutura (VIEIRA e CARVALHO, 2003).

DiMaggio e Powell (2001) sustentam que produto da influência do campo, as organizações homogeneízam suas estruturas, porque assim facilitam a realização de intercâmbios, atração de pessoal, manutenção de uma boa reputação e elegibilidade para contratos e serviços. Como conseqüência “as organizações adotam estruturas e práticas que em alguns aspectos não são ótimas, com a finalidade de obter os recursos necessários” (POWELL, 2001, p. 246), ou seja, obtém legitimidade. A legitimidade não é significado de eficiência técnica, mas, para a teoria institucional ser legitimado pelo ambiente outorga maiores expectativas de sobrevivência.

Utilizar o conceito de campo organizacional e aplicá-lo na indústria pesqueira permitirá determinar como estão se comportando as organizações que fazem parte deste campo. Estudiosos da área institucional já “identificaram a existência de fatores de caráter institucional, que influenciam a estruturação dos campos e das organizações que dele fazem parte, assim como os processos gerenciais vigentes” (LEÃO JUNIOR, 2002, p. 15).

O campo organizacional, enquanto unidade de análise apresenta a vantagem de evidenciar, não apenas a concorrência entre as empresas que mantêm um relacionamento estreito, mas, também, de todos os atores sociais relevantes. Seguindo essa linha de análise, neste trabalho foram consideradas várias organizações de diferentes naturezas, mas que tem interesses relacionados à atividade pesqueira.

Embora a consideração do ambiente não seja um tema novo nos estudos organizacionais, a análise efetiva das inter-relações organizacionais é ainda incipiente na área, ficando a maioria das pesquisas fechadas nas organizações que constituem o foco da investigação (VIEIRA et al, 2004). O foco central deste estudo não são as organizações pesqueiras em si mas, também, a instigante rede de relações que se tece em torno da pesca.

Este trabalho parte do pressuposto de que, para que haja um maior entendimento do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru, é necessário que se compreenda o seu processo histórico de formação e estruturação. Resta agora formular a indagação principal que deverá orientar a discussão ao longo desta dissertação. A pergunta central, para a qual se deseja dar resposta é a seguinte:

Como se deu o processo de formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru?

Para o desenvolvimento da temática a ser investigada, torna-se necessário o seu desdobramento em objetivos específicos, que ajudarão a melhor entender o objetivo geral.

1.1 Objetivos

No intuito de responder o problema de pesquisa supracitado, torna-se necessário definir alguns objetivos de pesquisa, expostos a seguir.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o processo de formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru.

1.1.2 Objetivos específicos

- a. Determinar que fatores, do ponto de vista histórico, foram relevantes no processo de formação do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru;
- b. Identificar os principais atores sociais, suas relações e influências, no processo de formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira;
- c. Identificar e analisar o grau atual de estruturação do campo organizacional.

1.2 Justificativa Teórica e Prática

No Peru, atualmente a produção científica sobre a indústria pesqueira é irregular, porque os estudos existentes só consideram os aspectos técnicos da indústria pesqueira, já os

aspectos institucionais têm sido negligenciados nas pesquisas. Autores como Scott e Meyer (2001), Meyer e Rowan (2001), Carvalho e Vieira (2003), como vários outros, consideram os aspectos institucionais sendo tão importantes quanto os técnicos, além de considerar que os dois tipos de abordagens são complementares e não excludentes.

Powell (2001) faz um chamado a um institucionalismo mais amplo o qual requer que o enfoque da investigação empírica não se limite aos setores públicos e não lucrativos, e que se preste maior atenção aos atores centrais da economia como a manufatura e as finanças.

Similar implicação faz Scott (2001, p. 259) ao considerar que “os argumentos institucionais são aplicáveis a um terreno muito mais extenso que do setor público e não lucrativo, os quais tem sido o foco de investigação existente”. O autor considera que até agora tem havido uma tendência por descuidar as inumeráveis formas em que os grupos e as organizações profissionais podem configurar o ambiente institucional no qual atuam.

Tendo em vista que os estudos existentes sobre a atividade industrial pesqueira limitam-se ao foco restrito do ambiente técnico, este estudo pretende dar um enfoque mais abrangente ao setor industrial pesqueiro peruano ao analisá-lo utilizando conceitos da teoria institucional.

Com isto, este estudo contribuiu para ampliar o escopo da pesquisa institucional que tem sido criticada por focar, quase exclusivamente, organizações inseridas em ambientes marcados por fortes pressões institucionais e fracas pressões técnicas.

O presente estudo pretende dar continuidade a pesquisas anteriormente realizadas pelo grupo de pesquisa do “Observatório da Realidade Organizacional”, sobre a ótica de campo organizacional. Também cabe ressaltar que esse grupo já realizou investigações sobre a indústria pesqueira em três Estados brasileiros e a partir destes estudos já realizados, decidiu-se expandir a análise aplicando a pesquisa no Peru.

Do ponto de vista prático, este estudo pretendeu fornecer suporte para a realização de outras pesquisas sob esta perspectiva. Assim sendo, apresenta-se como um ponto de partida para que sejam realizados estudos posteriores nessa área, servindo de fonte para que estudantes e profissionais envolvidos na indústria pesqueira entendam melhor o campo em que atuam.

Além disso, outra contribuição desta pesquisa para o setor será que os atores sociais que fazem parte do campo da indústria pesqueira em Callao, Peru, se reconheçam mutuamente, tenham dados confiáveis de todo o acontecido nesse setor desde seu surgimento até os tempos atuais. Assim, como obter maior conhecimento dos fatos que ocasionaram o

declínio da indústria pesqueira peruana em épocas passadas, para não cometerem os mesmos erros na atualidade.

As entidades governamentais poderão criar políticas públicas, tomando por base o conhecimento da atual estruturação do campo que não sejam prejudiciais para o setor. Ajudando assim, que os atores envolvidos desenvolvam melhor esta atividade essencial em um país em vias de desenvolvimento. Este trabalho ajudará a entender como é que se estão comportando as organizações que fazem parte do campo. As organizações terão consciência que as atividades que realizam são do conhecimento da população, nesse sentido cuidarão e protegerão o recurso marinho na tentativa de alcançar legitimidade.

Além do mais, este trabalho foi feito em um dos maiores países em relação ao volume de captura de recurso marinho em nível mundial, o que terá sem dúvida contribuições à indústria pesqueira brasileira.

1.3 Estrutura da Dissertação

O primeiro capítulo introdutório tratou de elucidar ao leitor o tema e o problema central desta pesquisa, oferecendo seus objetivos e as justificativas teóricas e práticas.

No segundo capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica utilizada no desenvolvimento deste estudo, estando subdividida em três partes: a primeira parte conceitua a teoria institucional; a segunda parte apresenta o conceito de campo organizacional e na terceira parte se descreve o campo da indústria pesqueira, além da atividade pesqueira no Peru, mostrando a localização geográfica da região do Callao.

No terceiro capítulo, foram expostos os procedimentos metodológicos nos quais foi desenvolvida a pesquisa, estando subdividida em sete partes: perguntas de pesquisa, definição construtiva e operacional das categorias de análise, delineamento da pesquisa, coleta de dados, universo de pesquisa, análise dos dados e limitações da pesquisa.

No quarto capítulo, apresenta a descrição e a análise dos dados coletados ao longo do estudo, tendo como base alcançar os objetivos desta pesquisa.

No quinto capítulo, estão colocadas as conclusões e recomendações para futuros trabalhos.

Por fim, estão apresentadas as referências que foram utilizadas no decorrer do trabalho e os anexos necessários para a compreensão do leitor.

2.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo a finalidade é apresentar um suporte teórico que servirá de base para alcançar os objetivos propostos. Para isso vai se utilizar a abordagem institucional, levando em consideração que o objetivo principal desta pesquisa é analisar o processo de formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru.

2.1 Teoria Institucional

A área dos estudos organizacionais está sempre em constante mudança no transcorrer dos tempos. A teoria institucional reconceitua o ambiente – ela não desconsidera o ambiente técnico –, mas incorpora elementos simbólicos, pois os considera importantes na configuração das formas organizacionais.

Entendidas como sistemas abertos, as organizações relacionam-se com o ambiente influenciando, ou sendo influenciadas, tanto no processo de criação das estruturas como nos processos de mudança (GOULART e VIEIRA, 2003). De acordo com o modelo de sistemas abertos de organizações é mais provável que as explicações, justificações e relatos significativos venham do ambiente, em vez de serem elaborados a partir do interior das organizações (SCOTT, 2001). A relação organização-ambiente adquiriu grande importância nos estudos organizacionais, opondo-se às explicações de ordem puramente técnica sobre estrutura e comportamento das organizações (VIEIRA e MISOCZKY, 2003).

Segundo Pettigrew, apud Carvalho e Vieira (2003) é fundamental compreender o contexto em que se situam as organizações para poder entender suas estruturas e processos. Para o autor, o contexto modela as decisões que são tomadas e, desse modo, facilita a previsibilidade da ação organizacional. Mas as organizações não são elementos sociais coletivos passivos e por sua vez, modelam o próprio contexto, ou seja, as organizações influenciam e são influenciadas pelo ambiente.

Scott (2001) considera que a contribuição mais importante dos teóricos institucionais ao estudo das organizações é a reconceituação dos ambientes das organizações.

Carvalho e Vieira (2003, p. 28) manifestam que:

A perspectiva institucional abandona a concepção de um ambiente formado exclusivamente por recursos humanos, materiais e econômicos para destacar a presença de elementos culturais – valores, símbolos, mitos, sistema de crenças e programas profissionais. A consequência de este novo marco na interpretação organizacional revela-se quando a concorrência por recursos e clientes entre as organizações deixa lugar, na perspectiva institucional, à concorrência para alcançar legitimidade institucional e aceitação do ambiente.

Até estas últimas contribuições, a idéia era que os ambientes estavam formados por elementos de dimensão fundamentalmente objetiva como; os recursos materiais, a tecnologia e o capital. Novos elementos do âmbito cultural e cognitivo apresentam-se agora como poderosos aspectos econômicos, sociais e culturais dos ambientes. A ênfase foi desviada “das facetas técnicas para as facetas institucionais dos ambientes” (SCOTT, 1992, p. 157).

Carvalho e Vieira (2003, p. 29) dizem a este respeito:

A proposta dos institucionalistas é a de que, a essa visão de ambiente formado em sua totalidade por fluxos e intercâmbios técnicos, há que acrescentar um sistema de crenças e de normas institucionalizadas que, juntos, reproduzem uma fonte independente de formas organizacionais racionais. Assim, o ambiente institucional representa um enriquecimento do que se compreende como ambiente técnico ampliado ao domínio do simbólico.

De acordo com Scott (1992, p.14) “embora exista um consenso sobre a importância do ambiente, existe pouca concordância sobre como o ambiente deve ser concebido ou sobre quais das suas características são as mais relevantes”.

Assim, a abordagem institucional enfatiza: a) a dependência ambiental da estrutura organizacional; b) as dimensões política e cultural envolvidas; c) os efeitos dessas dependências na definição da natureza de organizações mais modernas, particularmente a natureza fluida e complexa de organizações criadas em ambientes altamente institucionalizados (SCOTT e MEYER, 1994).

Este trabalho se insere sob a orientação do novo institucionalismo. O novo institucionalismo tem suas raízes no velho, o que denota características semelhantes entre eles, tais como a rejeição por modelos organizacionais baseados no ato racional, assim, como considerar a institucionalização um processo dependente do Estado. Ambos, também enfatizam a relação organização – ambiente, assim como consideram o papel da cultura na conformação da realidade organizacional (DIMAGGIO e POWELL, 2001). Mas além das semelhanças estes dois enfoques possuem também divergências. Carvalho e Vieira (2003, p.

racionalidades distintas. Scott e Meyer (2001) evidenciam essa distinção do ambiente em termos técnicos e institucionais, enfatizando a mudança das pressões ambientais de acordo com o tipo do ambiente.

Na concepção de Scott e Meyer (2001, p.170), “os ambientes técnicos são aqueles onde se produz e intercambia um produto ou serviço em um mercado onde as organizações são recompensadas por um controle efetivo dos seus sistemas de produção”. Desta forma, o foco do ambiente técnico refere-se a questões de eficácia, produtividade e competitividade alcançadas no processo produtivo e nas trocas de bens e serviços entre as organizações. As organizações que se encontram neste tipo de ambiente protegem seus processos centrais das perturbações ambientais (SCOTT e MEYER, 2001; POWELL, 2001). Pelo exposto no ambiente técnico, a ação racional está representada pela adoção de procedimentos eficazes de produtividade, que permitiram à organização atingir seus objetivos propostos.

Em outra perspectiva, “os ambientes institucionais são aqueles que se caracterizam por regras e requisitos aos que se devem ajustar as organizações individuais se desejam obter apoio e legitimidade do ambiente” (SCOTT e MEYER 2001, p. 170). Identifica-se que nessa perspectiva, o ambiente deixa de ser visto apenas como fonte e destino de recursos materiais, mas passa a incorporar recursos simbólicos, como valores e padrões definidos no ambiente em vistas de alcançar o reconhecimento social e a legitimação. Pelo exposto no ambiente institucional, a ação racional está representada nos procedimentos capazes de proporcionar legitimidade à organização.

Powell (2001, p. 238) considera que, “as organizações que se encontram nesse tipo de ambiente são valorizadas pelo adequado da sua forma mais que por sua produção [...] nos ambientes institucionais, as organizações competem por sua convivência social e não pela eficiência econômica”.

Os requisitos exigidos às organizações que fazem parte desse tipo de ambiente, podem ter sua origem em agências reguladoras autorizadas pela Nação – Estado, em associações profissionais ou comerciais, em sistemas de crença generalizados que determinam como é que devem se comportar estas organizações (SCOTT e MEYER, 2001).

No entender de Carvalho e Vieira (2003, p. 30) “cada um dos ambientes se adapta a um conceito de organização próprio, seja como um sistema de coordenação dos intercâmbios e de controle das atividades de produção, ou como um conjunto de ‘mitos racionais’ que buscam resguardar sua legitimidade”. Scott e Meyer (2001) salientam que é importante destacar que estes dois tipos de ambientes não são dicotômicos entre si: podem coexistir e de fato assim ocorre. Os autores enfatizam que os dois tipos de ambientes são complementares.

Similar asseveração faz Powell (2001) que ilustra o difícil que resulta separar claramente os processos técnicos dos institucionais. Scott (2001, p. 242) menciona que “inclusive as organizações mais comprometidas com a eficiência necessitam de crenças socialmente construídas”.

Scott e Meyer (2001) ilustram as combinações que podem existir entre os ambientes técnicos e institucionais, no seguinte quadro.

QUADRO 02: COMBINAÇÕES DE AMBIENTES TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Fonte: Scott e Meyer (2001, p. 171).

O quadro mostra que qualquer organização possui influência dos dois tipos de ambiente. Observa-se que as organizações possuem maior ou menor influência de um determinado tipo de ambiente pela atividade que realizam, considerado no quadro por dois estados: forte e fraco. Pelo quadro podemos perceber que, por exemplo, as organizações de serviços públicos, estarão sujeitas a pressões tanto técnicas quanto institucionais muito fortes. As mesmas enfrentam demandas de eficiência e eficácia, assim como pressões institucionais fortes, precisando ser legitimadas pelo ambiente. Por conseguinte, espera-se que suas estruturas sejam mais amplas e complexas que as de organizações que enfrentam ambientes técnicos e institucionais mais fracos.

Pode-se perceber que a manufatura geral, que é o foco desta pesquisa apresenta uma forte influência técnica e uma fraca influência institucional. No entanto, Scott e Meyer (2001) reconhecem que com frequência é difícil distinguir as regras e procedimentos empiricamente técnicos dos institucionais. Porque os que fazem as regras institucionais procuram que estas pareçam técnicas para obter, assim, legitimidade do ambiente.

2.1.2 Legitimidade e mitos institucionalizados

Quantas vezes nós perguntamos: Por que uma ação deve ser realizada de maneira predeterminada? E recebemos a simples resposta: Porque é assim, que se fazem as coisas. Berger e Luckmann, apud Scott (2001, p. 217-218) consideram que “quanto mais institucionalizadas estejam as categorias cognoscitivas e os sistemas de crenças, as ações humanas são mais ‘defendidas por uma esfera cada vez mais ampla de rotinas que se dão por fato’”.

A concepção racionalista, afirma que a ação está subordinada à razão e que, portanto, todas as ações são racionais e dirigidas a alcançar objetivos definidos. É nessa concepção que se costuma entender as organizações formais.

Meyer e Rowan (2001, p. 79) entendem que:

Nas sociedades modernas, as estruturas das organizações formais surgem em contextos muito institucionalizados. Criam-se profissões, políticas e programas junto com os produtos e serviços que se supõe devem produzir racionalmente. Este processo permite que surjam muitas novas organizações e obriga às existentes a incorporarem novas práticas e procedimentos. Isto é, leva às organizações a incorporem as práticas e procedimentos definidos pelos conceitos racionalizados prevaletentes do trabalho organizacional e institucionalizados na sociedade. As organizações que fazem isso aumentam sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas e procedimentos adquiridos.

As regras institucionalizadas são classificações incorporadas na sociedade, as quais simplesmente podem ser aceitas pelo simples fato de existirem, ou podem ser apoiadas pela opinião pública ou pela força de lei.

Pela institucionalização, os processos sociais, as obrigações ou as realidades chegam a tornar-se status de regras no pensamento e nas ações sociais (MEYER e ROWAN, 2001).

Meyer e Rowan (2001, p 82) afirmam que:

Nas sociedades modernas, os elementos das estruturas formais racionalizadas estão fortemente acoplados com, e refletem os entendimentos difundidos da realidade social. Muitas das posições políticas, programas e procedimentos das organizações modernas se cumprem graças à opinião pública, as opiniões de cidadãos destacados, o conhecimento legitimado mediante o sistema, o prestígio social, as leis e as definições de negligência e prudência que utilizam os tribunais. Esses elementos da estrutura formal são manifestações de poderosas regras institucionais, as quais funcionam como mitos sumamente racionalizados que são obrigatórios para determinadas organizações.

Scott (2001) descreve algumas fontes potenciais de mitos racionalizados: a opinião pública, os sistemas educativos, as leis, os tribunais, as profissões, as ideologias, as tecnologias, as estruturas reguladoras, as honras e prêmios, os órgãos de certificação, os requisitos e as aprovações governamentais.

As sociedades modernas possuem uma enorme quantidade de regras institucionalizadas, as quais funcionam como fortes mitos. E como se consideram esses mitos como corretos, adequados, racionais e necessários, as organizações os incorporam, fazendo muitas vezes com que as organizações sejam parecidas na sua estrutura organizacional.

Os mitos gerados por práticas organizacionais particulares e difundidos mediante as redes de relações entre organizações, baseiam sua legitimidade na suposição que são racionalmente efetivos (MEYER e ROWAN, 2001).

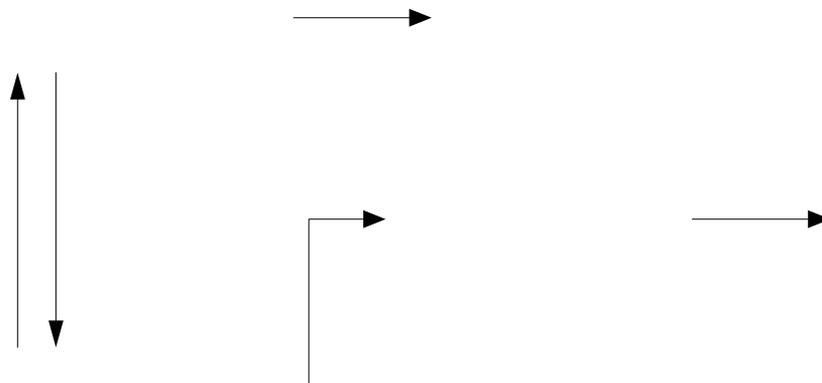
Scott (2001) menciona que as organizações muitas vezes têm que modificar suas estruturas e/ou atividades em várias formas com a finalidade de obter legitimidade, para assim ter e manter o apoio de agentes externos. Essas mudanças acarretam custos, mas também trazem benefícios. O autor sugere que os benefícios associados a essas mudanças, são mais importantes que os custos que acarretam.

As organizações ao adotarem mitos e adequarem suas estruturas a estes mitos institucionalizados pelo ambiente, se fazem mais legítimas e utilizam essa legitimidade para fortalecer seu apoio e assegurar sua sobrevivência.

As organizações que omitem elementos de estrutura legitimados ambientalmente ou que criam estruturas únicas carecem de explicações legitimadas aceitáveis das suas atividades. Meyer e Rowan (2001, p. 90) consideram que “essas organizações são mais vulneráveis e podem ser qualificadas como negligentes, irracionais ou desnecessárias”.

O êxito organizacional depende de outros fatores além da coordenação e controle eficiente das atividades produtivas (aspectos técnicos). Independentemente de sua eficiência produtiva, as organizações que existem em ambientes institucionais complexos e tem êxito em adequar-se a estes ambientes, obtém legitimidade e os recursos que requerem para sobreviver (MEYER e ROWAN, 2001).

FIGURA 01: SOBREVIVÊNCIA ORGANIZACIONAL



Fonte: Meyer e Rowan, 2001, p. 94, quadro 2.

Pelo exposto, podemos afirmar que as organizações que adotam mitos institucionais, não fazem isso por acreditar que aqueles mitos tornem as organizações mais eficientes, o fazem para ser legitimadas pelo ambiente e, portanto, ter mais possibilidades de sobreviver. Meyer e Rowan (2001, p. 97), afirmam que “as organizações institucionalizadas não só devem se conformar com os mitos; também devem manter a aparência de que os mitos verdadeiramente funcionam”. Portanto, uma estrutura organizacional que se tornou institucionalizada vai ser considerada pelos membros de um grupo social como eficaz e necessária.

Meyer e Rowan (2001) consideram que, o que dá legitimidade às organizações institucionalizadas e permite-lhes parecerem necessárias, apesar da sua falta de validade técnica, é a confiança e boa fé de seus participantes internos e de seus componentes externos.

2.1.4 Isomorfismo institucional

Na busca de legitimidade muitas vezes organizações que atuam em um mesmo campo adotam formas e práticas organizacionais semelhantes, na medida em que respondam à pressões similares. Esse fenômeno foi definido por DiMaggio e Powell (2001) como isomorfismo institucional.

Segundo a descrição de Hawley (apud DIMAGGIO e POWELLI, 2001, p. 108), "o isomorfismo é um processo limitador que obriga a uma unidade em uma população a parecer-se a outras unidades que enfrentam as mesmas condições ambientais". Este processo faz com que formas não adequadas passem a ser abandonadas por outras consideradas adequadas em

uma população de organizações (seleção); ou porque os que tomam as decisões nas organizações apreendam as respostas apropriadas e ajustem a ela sua conduta.

Para compreender a conduta isomórfica, é necessário analisar algumas questões sobre as organizações e sobre como o ambiente as influencia. Para essa compreensão, Scott (1995) levanta algumas questões:

- Por que organizações do mesmo tipo, tais como hospitais, escolas, bem como indústrias do mesmo setor, mesmo atuando em locais distintos se assemelham tão profundamente uma com as outras?
- O comportamento organizacional deve ser analisado como uma busca de interesses de forma racional e consciente ou ele é moldado por convenções, rotinas e hábitos?
- Por que rotinas e práticas específicas são adotadas por organizações de forma não previsível por sua natureza?
- Como crença e cultura moldam a natureza e estrutura das organizações?
- Por que e como indivíduos e organizações se conformam a padrões institucionais?

A procura por respostas a estas questões leva os autores a concluir que as organizações em um ambiente organizacional comum começam a se parecer umas com as outras à medida em que respondam à pressões regulamentares e normativas similares, ou à medida em que imitam estruturas adotadas por organizações que tiveram êxito em condições de incerteza. (ORRÚ, BIGGART e HAMILTON, 2001).

Ao adotar uma nova forma organizacional as organizações muitas vezes optam por ações contrárias a critérios de eficiência, isto se deve, principalmente, à necessidade de legitimação.

O conjunto de elementos que compõem uma instituição (normas, processos e valores) ajuda aos atores a interpretar as diferentes situações enfrentadas. As organizações levam em consideração seus próprios interesses e expectativas, a partir de suas responsabilidades institucionais e relacionais sobre o resto de atores, ou seja, aquilo que se espera como apropriado de seu papel. “As organizações manifestam a tendência a adotar fórmulas institucionais aceitas e consolidadas no seu entorno de referência”. (RAMIÓ, 2002. p. 6).

A teoria institucional trata de explicar porque as organizações adquirem determinadas formas. Essa perspectiva concebe o desenho organizacional não como um processo racional, mas sim como decorrência de pressões tanto externas quanto internas, as quais, com o decurso do tempo, levam as organizações pertencentes ao mesmo segmento de mercado a parecerem-se umas com outras (HALL, 1984).

Segundo Meyer e Rowan (2001, p. 88-89) “o isomorfismo institucional promove o êxito e a sobrevivência das organizações. Ao incorporarem estruturas formais legitimadas exteriormente incrementa-se o compromisso dos participantes internos e dos componentes externos”.

Segundo DiMaggio e Powell (2001), vão existir dois tipos de isomorfismo: o competitivo e o institucional. O isomorfismo competitivo pressupõe uma racionalidade do sistema resultante das pressões do mercado, geralmente da livre concorrência e das relações de troca. Essas perspectivas acreditam os autores, é mais para os campos onde existe concorrência livre e aberta.

No isomorfismo institucional, como foi argumentado por Aldrich apud DiMaggio e Powell (2001, p.109), “os principais fatores que as organizações devem ter em conta são as outras organizações”. As organizações não só competem por recursos e clientes, mas, também por poder político e legitimidade institucional, por uma boa condição social e econômica.

Existem três mecanismos por meio dos quais ocorre a mudança institucional isomórfica, os quais são: o isomorfismo coercitivo, o isomorfismo mimético e o isomorfismo normativo.

2.1.4.1 Isomorfismo coercitivo

O isomorfismo coercitivo resulta de pressões tanto formais quanto informais que sobre umas organizações exercem outras das que são dependentes (DIMAGGIO e POWELL, 2001, p. 109).

Este tipo de isomorfismo pode ser exercido pelo Estado, indústria ou sociedade, por meio de diversos mecanismos como a força, persuasão, alianças estratégicas ou da legislação. Em algumas circunstâncias a mudança organizacional é a única resposta a essas pressões exercidas.

Meyer e Rowan (2001) argumentam que, à medida em que os estados racionalizados e outras grandes organizações racionais estendem cada vez mais seu domínio sobre a vida

social, as estruturas organizacionais refletem mais as regras institucionalizadas e legitimadas pelas organizações detentoras do poder. Como consequência, as organizações são cada vez mais homogêneas dentro de certos domínios e estão organizadas cada vez mais em torno de rituais de adaptação à instituições mais amplas.

Como mencionamos não são o Estado e as áreas governamentais as únicas que aplicam este tipo de isomorfismo. Segundo DiMaggio e Powell (2001), este tipo de mecanismo isomórfico também pode ocorrer na relação de uma subsidiária com sua matriz, quando a primeira é obrigada a adotar as medidas que sejam consideradas adequadas à política da segunda.

2.1.4.2 Isomorfismo mimético

Para se manter legitimada quando a incerteza permeia o ambiente ou quando os objetivos organizacionais não estão bem claros, uma organização tende a se modelar em outra organização. Então “a incerteza vai ser uma força poderosa que propicia a imitação” (DIMAGGIO e POWELL, 2001, p 111). As vantagens da conduta mimética são consideráveis; quando uma organização enfrenta um problema de causas ambíguas ou soluções pouco claras, utilizar o modelo estrutural de outra organização que já enfrentou os mesmos problemas pode dar uma solução viável e com poucos gastos.

As organizações tendem a tomar como modelo a seguir as organizações similares no seu campo, as quais parecem ser mais legítimas ou de maior êxito (DIMAGGIO e POWELL, 2001). Um dos exemplos mais surpreendentes do isomorfismo mimético foi o esforço dos japoneses no final do século XIX por imitar iniciativas governamentais com base em protótipos ocidentais aparentemente de grande êxito.

2.1.4.3 Isomorfismo normativo

A terceira fonte da mudança organizacional isomórfica é a normativa que tem sua emergência identificada com a profissionalização. A profissionalização é interpretada como a luta de um grupo de profissionais por definir as condições e métodos de seu trabalho.

Segundo DiMaggio e Powell (2001, p. 114)

O crescimento recente mais importante nas profissões se tem dado entre os profissionais do campo organizacional, em particular entre os gerentes e o pessoal especializado das grandes organizações. [...] As profissões estão sujeitas às mesmas pressões coercitivas e miméticas que as organizações. Além do mais, embora várias classes de profissionais dentro de uma organização possam diferir, apresentam grande similitude com suas contrapartes profissionais em outras organizações.

No entender de DiMaggio e Powell (2001) a profissionalização tem dois aspectos importantes de isomorfismo. O primeiro é que a educação formal e a legitimidade têm sua base cognoscitiva produzida por especialistas universitários; e o segundo é o crescimento e complexidade das redes profissionais que vão mais além de uma só organização e por meio das quais se difundem rapidamente os novos modelos. Nesse entender as universidades e as instituições de ensino superior são centros importantes para o desenvolvimento de normas organizacionais entre os gerentes profissionais e seu pessoal. As associações de profissionais são outra via para a definição e promulgação de regras sobre a conduta organizacional e profissional. Segundo Perrow (1976) esses mecanismos criam indivíduos quase intercambiáveis, os mesmos são os que ocupam posições semelhantes em um determinado campo organizacional e vão possuir orientação e reações similares.

Um mecanismo relevante para alentar o isomorfismo normativo é a seleção de pessoal. Em muitos campos organizacionais, a seleção ocorre ao contratar indivíduos que provêm de empresas dentro do mesmo ramo industrial. Kanter apud DiMaggio e Powell (2001) chamou esse processo de “reprodução homossexual da gerência”. Na medida em que os gerentes e o pessoal chave dentro da organização são selecionados das universidades (de um determinado grupo de universidades) e são filtrados com base em atributos comuns, tenderão a considerar os problemas de maneira similar, a ver as mesmas políticas, procedimentos e estruturas, assim como tomarão suas decisões de maneira muito parecida.

DiMaggio e Powell (2001) salientam que, pode-se esperar que cada um dos processos institucionais isomórficos proceda por falta de prova de que aumenta a eficiência organizacional interna. Na medida em que se fortalece a efetividade organizacional, com frequência se recompensa às organizações por sua similitude com outras organizações de seu campo. Esta semelhança pode facilitar com que as organizações realizem transações com outras organizações. Atraindo, assim, pessoal que deseja fazer carreira profissional; carreira esta que seja reconhecida como legítima e de boa reputação. Contudo, nada disso assegura que as organizações conformistas desempenhem-se de maneira mais eficiente que suas contrapartes.

DiMaggio e Powell (2001, p. 120), descrevem os efeitos esperados do isomorfismo em um determinado campo organizacional:

Como o efeito do isomorfismo institucional é a homogeneização, o melhor indicador da mudança isomórfica é uma diminuição na variação e a diversidade, que se pode medir através do menor desvio padrão dos valores de indicadores selecionados em um conjunto de organizações. Os indicadores-chaves variaram segundo a natureza do campo e o interesse do investigador. No entanto, em todos os casos espera-se que as medidas tomadas no campo afetem as demais organizações do campo, independentemente dos valores que obtenha a organização em medidas relacionadas no nível organizacional.

Meyer e Rowan (2001, p. 88) descrevem algumas conseqüências do isomorfismo sobre as organizações: “a) incorporam elementos que são legitimados exteriormente, os quais são mais importantes que adotar elementos em termos de eficiência; b) utilizam critérios de avaliação externos ou cerimoniais para definir o valor dos elementos estruturais, e c) a dependência sobre instituições fixadas exteriormente reduz a turbulência e mantém a estabilidade”.

DiMaggio e Powell (2001) argumentam que uma teoria do isomorfismo institucional pode ajudar a explicar as observações de porque as organizações estão virando mais homogêneas, e nos permite entender a irracionalidade, a frustração do poder e a falta de inovação tão comuns na vida organizacional.

2.2 Campo Organizacional

O campo organizacional pode ser considerado uma rede complexa formada por várias organizações que mantêm uma relação de dependência mútua: os que “compartilham o mesmo sistema de valores, estão definidos pelos mesmos processos simbólicos e estão sujeitos aos mesmos processos regulatórios” (SCOTT, apud VIEIRA et al, 2004, p. 3). Ou, segundo o conceito de DiMaggio e Powell (2001), que consideram o campo organizacional como sendo formado pelo conjunto de organizações que, de alguma forma, se relacionam e se influenciam.

Rosa e Vargas (2005) consideram que um campo é um conjunto ou comunidade de organizações que, em forma agregada constituem uma área da vida institucional mediante padrões de interação e influência em sistemas compartilhados de significados. Os significados compartilhados e as crenças coletivas dos campos organizacionais são reforçados pelos processos regulatórios das agências governamentais.

Os processos institucionais não sempre são eficientes, mas aumentam as perspectivas de sobrevivência. DiMaggio e Powell (2001) manifestam que se recompensam as organizações por ser similares a outras nos seus campos, porque assim facilita realizar intercâmbios, atrair pessoal, manter uma boa reputação e obter elegibilidade em contratos e subsídios.

Meyer e Scott (2001) consideram que, quando não existem líderes dentro de um determinado campo organizacional, as formas organizacionais dos atores poderiam ter similitude (devido aos processos competitivos e miméticos). Mas na medida em que eles surgem dentro do campo organizacional, estes poderiam criar formas organizacionais mais especializadas, o que aumentaria a diversidade organizacional intencionalmente (coerção). Assim sendo, é importante que todos os atores de influência dentro do campo sejam examinados.

2.2.1 Atores sociais dentro do campo

É importante frisar que o conceito de campo organizacional não se encerra apenas naquelas organizações fabricantes de bens e serviços semelhantes que estão inseridas em um mesmo ambiente. Também fazem parte desse espaço os sócios determinantes para os seus

intercâmbios como: órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, as instituições de financiamento, grupos de fornecedores, representantes da sociedade civil organizada, os consumidores de bens e serviços e outras fontes de influência normativa e cognoscitiva (SCOTT, 2001; VIEIRA, et al, 2004).

Similar concepção possuem DiMaggio e Powell (2001) que entendem que um campo organizacional está formado por aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: os fornecedores principais, os consumidores de recursos e produtos, as agências reguladoras e outras organizações que oferecem serviços ou produtos similares.

Para analisar as origens e os processos de estruturação e institucionalização de um campo organizacional é importante que todos os atores dentro dele sejam examinados (DIMAGGIO, 2001). Dentre os principais atores institucionais, DiMaggio e Powell, (2001, p. 105) identificam “o Estado e as profissões como os grandes racionalizadores da segunda metade do século XX”. Powell (2001) considera que o Estado e as profissões constroem e dão legitimidade às metas organizacionais, criam normas e distribuem os recursos (leis tributárias, políticas monetárias, apoio ao sistema bancário) e desenvolvem e mantêm os sistemas de controle burocrático (políticas de pessoal e leis trabalhistas). O Estado, impondo leis, influencia o campo com o uso da coerção. Embora não configurem todas as formas de influência sobre estes atores, esse tipo de relação é predominante. As profissões se relacionam através de formas de influências normativas. Isto sugere que as nações-Estado ocupam-se principalmente de criar marcos estruturais racionalizados e, as profissões, de criar sistemas culturais racionalizados (SCOTT, 2001).

Roy apud Scott (2001) apresenta uma forte argumentação de que o governo não só legalizou, mas criou historicamente a corporação moderna. Seu argumento sugere que as formas organizacionais, corporações privadas e públicas, sociedades e organizações não lucrativas, constituem-se socialmente em um sentido legal e político.

Scott (1995) afirma que as estruturas de governança em um campo, apesar de, em certo grau poderem ser de influência do macrosistema ou de forças decorrentes das suas unidades constituintes, são indiscutivelmente resultado da atuação do Estado. Assim, este se constitui na principal força na definição da estrutura de um campo organizacional (VIEIRA e CARVALHO, 2003).

Os atores dentro de um campo organizacional percebem como as expectativas institucionalizadas de outras empresas, dos consumidores e do Estado exercem uma forte pressão na estrutura das mesmas. Nesse sentido, essas pressões institucionais podem

constituir-se em um indicador da limitação dos atores organizacionais para produzir organizações eficazes. Devido a isso, os atores são forçados a conformarem-se, compartilhando os valores e regras institucionalizadas pelo campo organizacional.

Assim sendo, as organizações são guiadas e limitadas pelas demais organizações que compõem o campo organizacional, que por sua vez seguirão as orientações de seu contexto de referência.

2.2.2 O processo de estruturação do campo organizacional

Compreender o processo de estruturação dos campos organizacionais é necessário para o melhor entendimento da institucionalização das formas organizacionais (DIMAGGIO, 2001). Isto porque, conforme um campo vai se estruturando, as interações entre as organizações que dele fazem parte tendem a aumentar. Por conseguinte, as estruturas das organizações dentro do campo se fazem mais homogêneas. A institucionalização faz com que os processos sociais, as obrigações ou as realidades alcancem um status (posição social) de regras no pensamento e nas ações sociais (MEYER e ROWAN, 2001).

Scott (1995) manifesta que a estruturação de um campo organizacional refere-se ao grau de interação e à natureza da estrutura inter-organizacional que surge no nível do campo organizacional.

Powell (2001, p. 251) argumenta que na medida em que um campo organizacional vai se estruturando:

Surgem expectativas compartilhadas que permitem segurança psicológica, diminuem os custos de difusão da informação e facilitam a coordenação de diversas atividades. Com frequência resistem aos esforços de mudança porque ameaçam o sentido de segurança dos indivíduos, aumentam o custo de processamento da informação e interrompem as rotinas. Além do mais, as concepções estabelecidas de ‘a forma em que se fazem as coisas’ podem ser muito benéficas; os membros de um campo podem usar essas expectativas estáveis como guia de ação e uma maneira de predizer a conduta de outros.

Quando um determinado campo organizacional atinge um forte nível de estruturação, podem ser apresentadas mudanças individuais, mas estas mudanças limitam-se a fazer as organizações ficarem mais semelhantes.

DiMaggio e Powell (2001, p. 105) sustentam que, “a burocratização e outras formas de homogeneização surgem da estruturação dos campos organizacionais. [...] Os campos

organizacionais firmemente estruturados proporcionam um contexto em que os esforços individuais por tratar racionalmente com a incerteza e as limitações com frequência orientam, em conjunto, à homogeneidade da estrutura, cultura e produção”.

Os processos institucionais podem dar certa estabilidade aos campos organizacionais, embora estes sempre estejam evoluindo, pois não são estáticos, resolvendo mediante consenso, negociando socialmente as diferenças de interpretação (ROSA e VARGAS, 2005).

DiMaggio e Powell (2001, p. 106) propuseram os seguintes indicadores para analisar a estruturação/institucionalização de um campo organizacional:

- Aumento do grau de interação entre as organizações no campo;
- Surgimento de estruturas inter-organizacionais de domínio e padrões de coalizão claramente definidos;
- Incremento na carga de informação de que se devem ocupar as organizações que participam de um campo;
- Desenvolvimento da sensação, dos participantes de um campo, de que estão juntos em uma empreitada comum.

Além dos mencionados acima, Scott (1995, p. 106) adiciona os seguintes:

- Aumento do grau de concordância com a lógica institucional que guia as atividades dentro do campo;
- Aumento do isomorfismo das formas estruturais dentro do campo;
- Aumento da equivalência estrutural das relações organizacionais dentro do campo;
- Aumento da clareza das fronteiras do campo;
- Desenvolvimento de uma ordem dentro do campo significando a criação de uma consciência uniforme no que diz respeito ao status de várias formas organizacionais.

Para poder determinar o grau de isomorfismo em um campo DiMaggio e Powell (2001, p 119-121) consideram seis hipóteses que descrevem os efeitos esperados de certas características em um campo organizacional. Aqui se considera que, as medidas adotadas em um campo organizacional afetarão as demais organizações.

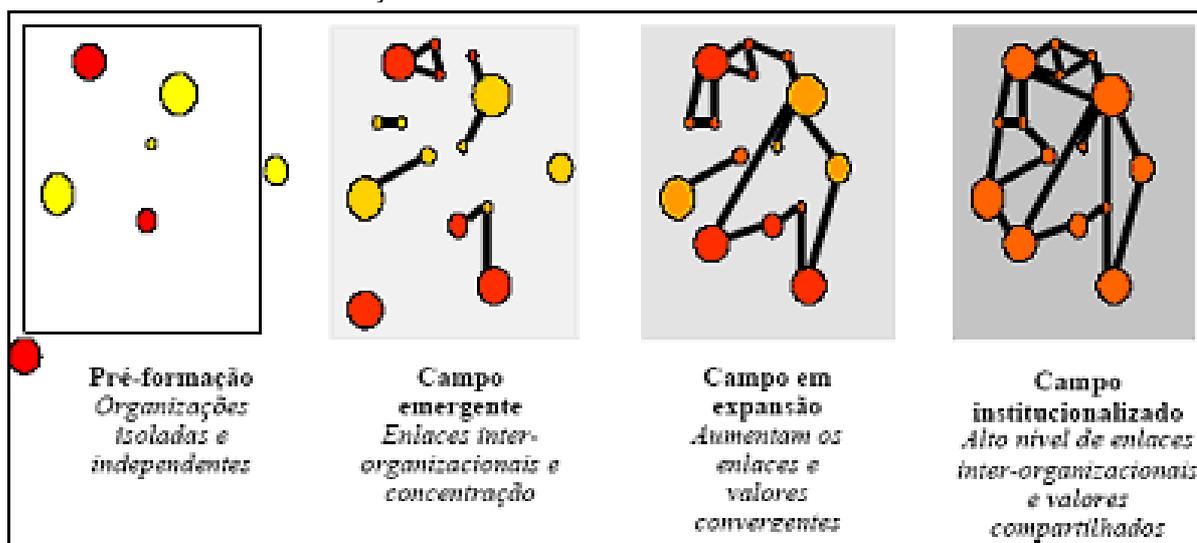
- Quanto maior é o grau em que, um campo organizacional depende de uma só (ou várias similares) fonte(s) de apoio de recursos vitais, maior será o nível de isomorfismo.
- Quanto maior é o grau em que as organizações em um campo realizam transações com agências do Estado, maior será o grau de isomorfismo.
- Quanto menor é o número de organizações modelo em um campo, maior será o grau de isomorfismo.
- Quanto maior é o grau de incerteza tecnológica dentro de um campo, maior será o nível de mudança isomórfica.
- Quanto maior é o grau de profissionalização em um campo, maior será a mudança institucional isomorfa.

- Quanto maior é o grau de estruturação de um campo, maior será o grau de isomorfismo.

DiMaggio e Powell (2001, p. 105) ao tentar explicar a homogeneização de formas e práticas organizacionais consideram que “nas etapas iniciais de seu ciclo de vida, os campos organizacionais apresentam uma diversidade considerável de enfoques e formas. Não obstante, uma vez que um campo atinge um forte grau de estruturação, há um impulso que não se pode explicar que leva à homogeneização”.

Holanda (2003) considera que, no seu estágio inicial, um campo organizacional está composto por organizações isoladas e especializadas. Mas, com o passar do tempo, o campo vai se estruturando e as organizações reconhecem a importância umas das outras, estreitando relacionamentos e aumentando a interação.

FIGURA 02: ETAPAS DE FORMAÇÃO DE UM CAMPO ORGANIZACIONAL



Fonte: Holanda (2003).

A estrutura de um campo não pode ser determinada sem uma investigação empírica de base (DIMAGGIO e POWELL, 2001). Um campo permanece em constante construção ao longo do tempo, assim sendo o processo de estruturação é uma questão de grau. Não será possível compreender o grau de estruturação de um campo sem a prévia verificação dos fatos históricos que lhe deram origem.

2.3 O Campo da Indústria Pesqueira

A pesca é uma atividade que pode ser relacionada com a própria existência do homem. Ela veio sendo desenvolvida pouco a pouco, paralelamente aos avanços tecnológicos.

A pesca é uma atividade econômica e também social, algumas características de essa atividade é que além de permitir a obtenção de divisas por meio das exportações ajuda na melhora da qualidade de vida dos habitantes de um país, por ser criadora de empregos. Por estas características mencionadas não é de surpreender que esta atividade se tenha rapidamente industrializado.

A atividade industrial pesqueira resulta de várias atividades econômicas, utilizando bens e serviços de outras indústrias conexas, caracterizando-se pela interdependência de seus agentes para que sua rede de relações se complete. A necessidade de complementação, devido à grande quantidade de diversas atividades econômicas, assim como os diferentes produtos que oferece a indústria pesqueira, são as principais características deste tipo de atividade.

As empresas pesqueiras extrapolam o âmbito da sua própria organização, pois a natureza desta atividade impõe a articulação entre empresas muitas vezes situadas em diferentes espaços geográficos – por exemplo, o único aeroporto internacional existente no Peru, encontra-se localizado em Callao.

A atividade pesqueira não se limita à atividade de extração e processamento, nela interagem dezenas de outros segmentos econômicos, assim como instituições encarregadas do controle e preservação do recurso marinho (Estado e as associações de profissionais). Essa natureza heterogênea dificulta o delineamento do campo organizacional da indústria pesqueira. Por ser esta atividade tão complexa é difícil delimitar as fronteiras de seu campo.

A atividade industrial pesqueira é notadamente privada, sendo PESCAPERÚ³ a última grande empresa pública do setor, privatizada na década de 90. Mas, ainda assim, esta atividade precisa de integração, comunicação e cooperação entre a iniciativa pública e privada. As empresas pesqueiras são supervisionadas pelos órgãos públicos, na esfera nacional, regional, estadual e municipal. Além de estar regidas pela Lei Geral de Pesca⁴ e os Códigos de Pesca Responsável.

³ PESCAPERÚ. – criou-se no governo militar do general Velasco Alvarado (1968-1975), foi produto da apropriação por parte do Estado das plantas de extração e processamento pesqueiro dedicadas à fabricação de farinha de pescado.

⁴ Lei Geral de Pesca. - criada pelo Decreto Lei N° 25977 em 22 de dezembro de 1992.

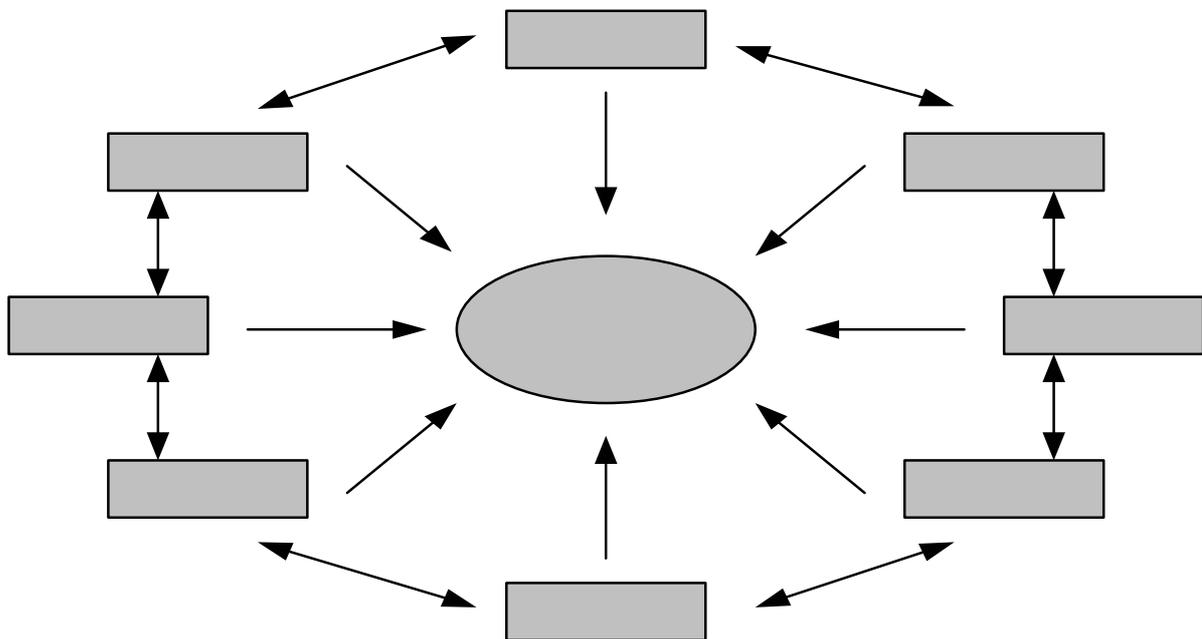
O Estado começa a intervir diretamente na indústria pesqueira, como consequência do *boom* da indústria de farinha de pescado. Esta intervenção aumentou depois da decadência desta indústria na década de 70. As empresas pesqueiras para poder exportar seus produtos devem se adequar às exigências internacionais, tendo para esse fim que obter certificações internacionais de qualidade como: ISO 9001⁵, HACCP⁶. Assim sendo, as organizações do setor compartilham, além de uma problemática de coordenação, “valores, símbolos, mitos, sistema de crenças e programas profissionais” (CARVALHO e VIEIRA, 2003 p. 28) que vão afetar sua própria existência.

Embora não seja um objetivo desta pesquisa analisar a configuração atual do campo, considerou-se importante para o enriquecimento desta pesquisa utilizar o modelo proposto por Leão Junior (2002) para analisar o campo organizacional da indústria pesqueira em Callao. O autor parte do princípio de que as organizações que operam em um determinado espaço social têm lutas de interesses e relações de dependência. Os atores sociais como descrito por DiMaggio (2001) são as organizações que se encontram em uma determinada indústria ou não, mas que influem ou limitam às organizações que produzem bens ou serviços dentro da indústria. Por conseguinte “os atores sociais empreendem ações, criando formas de pressão determinantes na estruturação do campo organizacional” (LEÃO JUNIOR, 2002, p. 37).

⁵ ISO. - International Standards Organization ISO 9001 "Sistemas de gestão da qualidade - Requisitos"

⁶ HACCP. - Hazard Analysis and Critical Control Point. Certificação que permite acessar a mercado internacional porque garante produtos de maior qualidade e sanidade.

FIGURA 03: MODELO PARA ANALISAR A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL



Fonte: Leão Jr (2002).

Os atores sociais em um campo empreendem ações, criando formas de pressão determinantes na estruturação do campo. Assim sendo, existirão relações de dependência que serão dadas por meio de processos isomórficos coercitivos, lutas de interesses que determinaram as relações de domínio no campo, relações de comunicação e cooperação as que serão maiores em campos fortemente estruturados, etc. Para uma melhor compreensão da atual configuração do campo se utilizaram os indicadores propostos por DiMaggio e Powell (2001) e Scott (1995).

O campo vai dirigir a dinâmica de comportamento das organizações, pois elas interagem na busca de legitimidade. Nessa situação, é importante que todos os atores de influência dentro do campo sejam analisados.

2.3.1 A Pesca no Peru

O objetivo deste item é mencionar algumas características do mar peruano, assim como descrever fatos importantes da sua evolução, os quais serão aprofundados na análise dos dados.

O mar peruano é um dos mares de maior diversidade hidrobiológica do planeta. A alta produtividade natural está associada à corrente de Humboldt que facilita o intercâmbio de

Jog

nutrientes, conseqüentemente obtém-se uma maior produtividade (caso da produtividade natural pesqueira peruano-chilena). Nesse ambiente, têm-se registrado a presença de 30 espécies de mamíferos, mais de 60 grupos de moluscos e crustáceos e mais de 700 espécies de peixes. Segundo o IMARPE (Instituto del Mar del Perú⁷), a biomassa total no Peru é de 17 milhões de toneladas/ano. Segundo o ITP (Instituto Tecnológico del Perú⁸) a linha costeira peruana ascende a 3,100 Km, que faz com que seja o quarto maior da América Latina, depois do Brasil, Chile e Argentina. Além do mais, oferece importantes bacias, nas quais se têm desenvolvido importantes portos e grandes fazendas aquícolas, as quais estão sendo utilizadas para o cultivo de moluscos e crustáceos de considerável importância econômica.

A atividade pesqueira no Peru centra-se no mar, mas também tem uma considerável importância a pesca em rios e lagoas. O potencial hídrico peruano na região dos Andes é muito importante, pois ela atende 30% da demanda do mercado interno, sendo utilizada a produção de trutas em cativeiro, especialmente nas fazendas aquícolas do Lago Titicaca⁹. Da mesma forma, a região amazônica tem enorme potencial para a produção de peixes, estima-se que aproximadamente possua 726 diferentes espécies. Sua atividade pesqueira de consumo humano esta baseada em 70 espécies e se captura aproximadamente 420 espécies ornamentais as quais são utilizadas para exportação.

Esta atividade produtiva remonta a milhares de anos. Pela metade do ano de 1998 descobrem-se na costa sul do Peru, restos de uma comunidade dedicada à pesca com uma antigüidade de 12.000 anos. Os restos encontrados são as evidências mais antigas da atividade marinha no continente americano (COTOS, 2005).

No Peru a atividade pesqueira tem sido constante. Têm-se indícios – pelos cerâmicos – que os produtos pesqueiros constituíram a principal fonte de proteínas de inumeráveis culturas pré-incas do Peru. Também se conhece a importância destes recursos para os Incas os quais, segundo crônicas, consumiam peixe seco-salgado (GUERRERO, 1994).

Durante a colonização espanhola o consumo de pescado decaiu profundamente, sendo substituído por carne de gado, suíno e aves, produtos introduzidos pelos espanhóis, limitando-

⁷ IMARPE. - instituição encarregada de realizar investigações sobre recursos pesqueiros no mar do Peru.

⁸ ITP. – instituição que tem por finalidade principal inclinar-se para a melhor utilização dos recursos pesqueiros.

⁹ O Lago Titicaca.- com cerca de 8300 km², é o mais alto lago do mundo e o segundo em extensão da América Latina. Situando-se a 3821 m acima do nível do mar, é o mais alto lago comercialmente navegável do mundo. Localizado no altiplano dos Andes, na fronteira do Peru e da Bolívia, tem uma profundidade média de 140 a 180 m, e uma profundidade máxima de 280 m. Mais de 25 rios deságuam no lago Titicaca, e o lago tem 41 ilhas, algumas densamente povoadas. http://pt.wikipedia.org/wiki/Lago_Titicaca

se o consumo de peixe somente ao litoral. Após proclamação da república o consumo de peixe continuou sendo restrito ao litoral peruano.

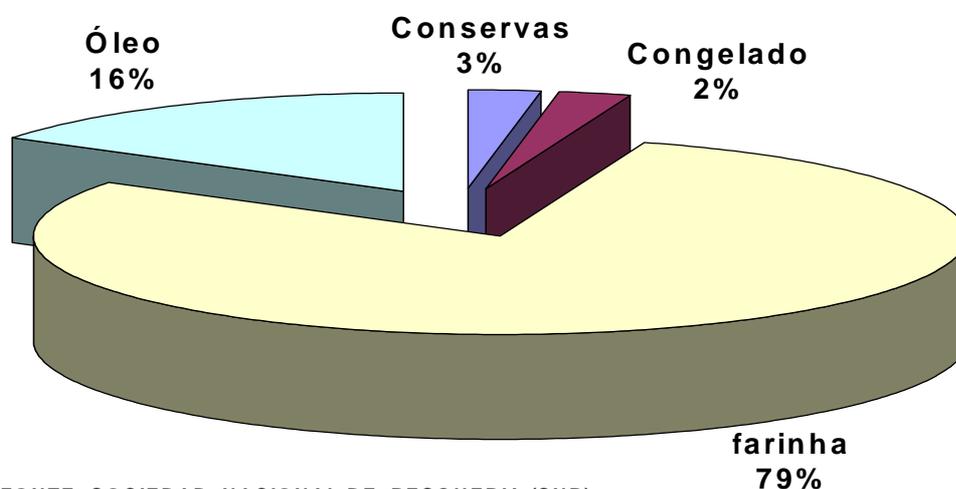
As primeiras propostas para o desenvolvimento industrial da pesca no Peru fizeram-se na década de 1920. Ao final da década de 1930 encontravam-se produzindo três ou quatro empresas. O principal produto destas empresas era o pescado em conserva. A farinha e óleo de pescado obtinham-se como subprodutos, fabricados à base de resíduos (VALVERDE, 1995). A pesca industrial no Peru iniciou-se totalmente baseada na produção de conservas. Porém, o *boom* da indústria pesqueira se deu com a fabricação de outro produto, a farinha de pescado. Com este produto o Peru chegou a ser a primeira potência mundial em relação ao volume de pesca.

Aqui surge uma questão interessante, será que a alta rentabilidade da indústria de farinha de pescado, na década de 1960, determinou que o interesse do setor privado se confinasse nessa linha de produção e se descuidasse do desenvolvimento de outras linhas de produção (conservas, congelado, pescado fresco e seco-salgado)?

Na atualidade existem três tipos de indústria que podem ser consideradas de importância; no topo com “95% da produção total se encontra a indústria redutora (fabricação de farinha e óleo de pescado), depois temos à indústria de conservas com 3% da produção total e por último temos à indústria de congelados com 2% da produção total” (SNP, 2002).

Embora a indústria redutora seja a de maior importância no setor pesqueiro peruano, nesta pesquisa, por se tratar do estudo de um campo organizacional, serão consideradas também as demais indústrias como a indústria de fabricação de conservas e congelado.

FIGURA 04: PRODUÇÃO PESQUEIRA PERUANA



FONTE: SOCIEDAD NACIONAL DE PESQUERIA (SNP)

Segundo dados proporcionados pelo Ministério da Produção (PRODUCE) as indústrias pesqueiras no Peru, se classificam da seguinte maneira.

QUADRO 03: PLANTAS DE PROCESSAMENTO PESQUEIRO NO PERU

FONTE: Elaborado a partir dos dados fornecidos pelo ITP (2004) e Anuário Estatístico Pesqueiro (2000).

O total de empresas processadoras para o ano 2004 foi de 348, observando um pequeno crescimento referente ao ano 2000. Estas plantas de processamento industrial pesqueiro se encontram em todo o território peruano, observando-se uma predominância das indústrias produtoras de farinha de pescado (indústria redutora).

O quadro número quatro mostra o número de plantas de processamento que possui a região do Callao, por atividade desenvolvida.

QUADRO 04: PLANTAS DE PROCESSAMENTO PESQUEIRO NA REGIÃO DO CALLAO

FONTE: Elaborado a partir dos dados fornecidos pelo PRODUCE (2005)

Indústria redutora

Indústria de conservas

**PRO
O D**

Na região do Callao também se pode observar uma pequena predominância das empresas produtoras de farinha de pescado e a existência de uma maior quantidade de indústrias dedicadas à fabricação de pescado congelado.

O Callao é a porta de entrada ao Peru, pois nele encontram-se o porto e o aeroporto mais importantes do país. Através deles realizam-se a maior parte das exportações e importações peruanas desde tempos coloniais. Devido à construção do Canal de Panamá a princípios do século passado, o Callao deixa de ser um dos pontos obrigatórios de parada das embarcações estrangeiras que ingressam no Pacífico. Ainda assim, o porto do Callao continua sendo o ponto obrigatório de chegada de barcos estrangeiros ao Peru. Na década de 1940, o Callao volta a tomar importância com o crescimento da pesca e foi nesta região que se originou a indústria pesqueira peruana.

Esta pesquisa vai ser desenvolvida na região do Callao, Peru, então se faz necessário descrever alguns dados referentes a essa região, assim como sua localização geográfica para o leitor ter uma maior compreensão da importância da escolha do Callao.

O Callao possui uma superfície de 129 km² e uma população de 800 000 habitantes. A Província Constitucional do Callao encontra-se situado na zona centro-ocidental do Peru. Limitada pelo norte, leste e sul com a cidade de Lima, capital do país; e pelo oeste, com o Oceano Pacífico. Possui um clima úmido e com névoa durante quase o ano todo. Nos meses de verão torna-se moderado e com radiante sol. Tem uma temperatura média anual de 19,2°C.

3.

METODOLOGIA

Todo trabalho científico deve conter um conjunto de conceitos, princípios e técnicas que lhe forneçam um norteamento para seu desenvolvimento. No entender de Minayo (1993, p.22), a metodologia corresponde ao caminho e ao instrumento próprio de abordagem da realidade. Ou seja, “a metodologia inclui as concepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”.

Na seqüência, apresentam-se a natureza e o tipo da pesquisa, a caracterização do estudo, a delimitação da pesquisa, as técnicas de coleta de informação, as técnicas de análise e as limitações da pesquisa.

3.1 Perguntas de Pesquisa

Segundo Triviños (1987), os estudos classificados como sendo pesquisa qualitativa devem conter questões ou perguntas que permitam ao pesquisador esclarecer seu problema.

Para poder realizar o estudo, foram elaboradas algumas perguntas que vão ajudar a dar resposta à pergunta central, as quais são:

- Quais fatores foram relevantes, do ponto de vista histórico, na formação do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru?
- Quais são os principais atores sociais, suas relações e influências no processo de formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira?
- Qual é o atual grau de estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru?

3.2 Definição Constitutiva (DC) e Operacional (DO) das Categorias de Análise

No entender de Lakatos e Marconi (1991, p.225) “Para que se possa esclarecer o fato ou fenômeno que se está investigando e ter possibilidade de comunicá-lo, de forma não ambígua, é necessário defini-lo com precisão”. Nesse sentido, são apresentadas a seguir as definições constitutivas e operacionais dos termos centrais deste estudo.

3.2.1 Formação de um campo organizacional

Definição Constitutiva (DC): em um início de seu ciclo de vida, um campo organizacional apresenta diversidade considerável de enfoques e formas. Assim a formação será o processo pelo qual organizações dentro de um determinado campo começam a interagir (DIMAGGIO e POWELL, 2001).

Definição Operacional (DO): o termo será operacionalizado pela identificação dos atores e suas inter-relações que, deram origem ao campo organizacional em estudo.

3.2.2 Estruturação de um campo organizacional

Definição Constitutiva (DC): O termo estruturação refere-se ao grau de interação e à natureza da estrutura inter-organizacional que surge no nível do campo organizacional (SCOTT, 1995). Podendo também ser chamado de institucionalização (DIMAGGIO, 2001).

Definição Operacional (DO): Este termo será operacionalizado seguindo os indicadores propostos por Dimaggio e Powell (2001, p. 106) e Scott (1995, p. 106) que afirmam que um campo atinge um forte grau de estruturação quando: (1) aumenta o grau de interação entre as organizações no campo; (2) surgem estruturas inter-organizacionais de domínio e padrões de coalizão claramente definidos; (3) há um incremento na carga de informação de que se devem ocupar as organizações que participam em um campo; e (4) há desenvolvimento da sensação, dos participantes de um campo, de que estão juntos em uma empreitada comum; (5) aumenta o grau de concordância com a lógica institucional que guia

as atividades dentro do campo; (6) aumenta o isomorfismo das formas estruturais dentro do campo; (7) aumenta a equivalência estrutural das relações organizacionais dentro do campo; (8) aumenta a clareza das fronteiras do campo; (9) há o desenvolvimento de uma ordem dentro do campo significando a criação de uma consciência uniforme no que diz respeito ao status de várias formas organizacionais. Os indicadores de números 6, 7 e 9 foram agrupados em um só denominado “aumento do isomorfismo no campo organizacional” conforme Holanda (2003) que, para ser analisado, se recorreu aos pressupostos de DiMaggio e Powell (2001, p 119-121). Assim sendo, a operacionalização deste conceito foi feita por meio da análise dos sete indicadores descritos.

3.3 Delineamento da pesquisa

No entender de Richardson e Peres (1989) existem dois métodos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos: o método quantitativo e o método qualitativo.

Tais métodos se diferenciam não só pela sistemática pertinente a cada um deles, mas, sobretudo pela forma de abordagem do problema. Portanto, a natureza ou o nível de aprofundamento do problema será o que de fato determina a escolha do método.

Na metodologia de desenvolvimento do presente trabalho, foi utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa, devido a que esse tipo de pesquisa é usado para reunir dados sobre um fenômeno que não pode ser quantificado.

Chizzotti (1991) considera que a opção pela escolha da abordagem qualitativa se dá também, pela natureza e complexidade do tema, o nível de profundidade que o estudo requer e o tipo de observações, informações e análises necessárias para cumprir os objetivos propostos.

A pesquisa realizada teve um caráter histórico, descritivo-interpretativa.

A pesquisa histórica segundo Marconi e Lakatos (1996) abrange a investigação, o registro, a análise e a interpretação dos fatos ocorridos no passado, para através de generalizações poderem compreender o presente. Parte-se do pressuposto de que as formas atuais da vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado (LAKATOS e MARCONI, 1991). Neste estudo analisaram-se os fatos ocorridos ao longo da história o que ajudou na melhor compreensão do campo e, por conseguinte no alcance dos objetivos propostos.

O estudo descritivo, segundo sustenta Gil (1995) tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. "O estudo descritivo pretende descrever 'com exatidão' os fatos e fenômenos de determinada realidade" (TRIVIÑOS, 1987, p. 110). Ao mesmo tempo em que se procura evidenciar, através da descrição, o principais atores e eventos do campo, procura-se construir uma interpretação que possibilite uma melhor compreensão do modo como o campo está estruturado. Para este fim, estudaram-se as relações dos atores envolvidos.

3.4 Coleta de dados

Neste trabalho foram utilizadas basicamente duas técnicas para coleta das informações: a consulta de documentos, absorvendo a maior quantidade de dados secundários possíveis e; a entrevista semi-estruturada que possibilita uma maior flexibilidade na obtenção de informações.

Na opinião de Ludke e André (1986), a análise documental se constitui em uma fonte estável e significativa para checar as informações e dados a respeito das empresas em estudo, requerendo do pesquisador apenas disponibilidade de tempo e atenção. A utilização de documentos permitiu um maior aprofundamento em relação à evolução histórica do campo em estudo. Por isso, neste estudo foi fundamental este tipo de fonte de dados, porque permitiu compreender melhor a evolução histórica do campo em estudo.

De fato foram consultados vários documentos – os que foram coletados por meio da revisão de arquivos públicos, livros, revistas, artigos, dissertações e *sites* da internet, etc. que proporcionaram relevantes informações quanto ao histórico, criação e regulamentação das organizações, formas de atuação e atividades executadas pelas instituições ao longo do tempo. Isso ajudou em muito na busca de uma melhor compreensão do campo. É importante ressaltar, no entanto, que os documentos foram utilizados como fonte de dados e que, não se procedeu a uma análise de documento em si, o que implicaria a consideração, entre outros, de aspectos como o contexto no qual o documento foi construído, sua autoria, etc.

Na Cidade do Callao, onde se iniciou a indústria pesqueira se têm poucos dados e os existentes são fragmentados, caracterizando-se assim pela ausência de um histórico organizado do setor. Isso se justifica porque, depois de iniciada a atividade industrial

pesqueira, outros foram os portos que se destacaram nessa atividade, recebendo eles uma maior atenção do Estado.

Por conseguinte, buscou-se na oralidade, reconstruir a história da indústria pesqueira em Callao, Peru, para isso se entrevistou os atores representativos dos diversos segmentos do campo. A entrevista semi-estruturada, por sua vez, é um dos principais meios que o investigador tem para realizar a coleta de dados. Segundo Triviños (1987, p. 146), “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador (a entrevista semi-estruturada) oferece todas as expectativas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”. Na realização das entrevistas, utilizaram-se questões abertas. Embora um roteiro de entrevista tenha sido utilizado, tais questões não foram impostas aos sujeitos. A entrevista foi sendo realizada dependendo das respostas dos entrevistados, na tentativa de obter maiores informações, optando-se pela espontaneidade dos discursos.

Levando-se em consideração que, em uma pesquisa qualitativa não se têm uma preocupação quanto à quantificação da amostragem, e sim quanto à qualidade e representatividade do grupo de sujeitos que participam do estudo, as entrevistas foram feitas aos atores-chave, de cada organização. Os mesmos possuem um maior conhecimento do assunto pesquisado. Isto facilitou o entendimento do processo de formação e estruturação do campo organizacional estudado, ou seja, aqueles que apresentaram maior envolvimento com o dia-a-dia das instituições pesquisadas.

Quanto ao material utilizado para armazenar os dados obtidos dos entrevistados foi utilizado um gravador digital, com prévia autorização dos mesmos, tendo optado pela não gravação apenas um entrevistado e outro optou pela não identificação do seu nome. A gravação, para Triviños (1987), possibilita o registro de todas as informações verbais fornecidas pelo pesquisado o que, muitas vezes, não seria possível com o registro simultâneo, além disso, contribui para uma análise de conteúdo mais rica. As entrevistas tiveram duração média de 56 minutos.

3.5 Universo de pesquisa

Considerando a grande quantidade de empresas pesqueiras existentes no Peru, o universo da pesquisa foi delimitado às empresas pesqueiras e aos atores sociais (instituições) que se encontram na Província Constitucional do Callao. Antes de definirem-se as

organizações selecionadas, se argumentará o critério de escolha das mesmas. Então surgem dois questionamentos: Por que a escolha do Peru? E por que a escolha da região do Callao e não de outras regiões do Peru, que têm maior importância na indústria pesqueira peruana?

A escolha do Peru deve-se a dois motivos: primeiro, o Peru é o lugar de origem do pesquisador, e o desejo do mesmo é contribuir com o melhor conhecimento de uma atividade tão importante para o país; segundo, por ser o Peru o segundo maior exportador do recurso pesqueiro em nível mundial.

A escolha da região do Callao deve-se também a dois motivos: primeiro, por ser o porto do Callao o principal porto do Peru; segundo, porque a indústria pesqueira peruana originou-se em Callao.

A pesquisa restringiu-se ao campo organizacional da indústria pesqueira em Callao. Devido à impossibilidade de entrevistar todos os atores relevantes foram selecionados atores representativos do campo. Dentre os atores escolhidos encontram-se, representantes das organizações públicas, assim como das organizações privadas.

O histórico do campo, obtido em grande parte através dos documentos coletados, possibilitou identificar organizações públicas e privadas, bem como ocupantes de cargos envolvidos na atividade pesqueira no Callao. Estas informações foram complementadas através de contatos pessoais, através de *e-mail* e telefone com representantes de algumas organizações já identificadas no Callao, como a Universidade Nacional do Callao. Sendo assim, os entrevistados atuam como informantes-chave e foram solicitados a indicar e atuar como nexos de conexão com outras pessoas e organizações que pudessem contribuir com informações relevantes para esta pesquisa. A partir destas informações foi possível delimitar as organizações a ser consideradas nas entrevistas. A escolha dos sujeitos a entrevistar obedeceu a critérios como: organização a que está ligado, experiência (tempo de atuação na área), grau de importância da organização no campo (identificado por meio de indicações dos entrevistados), notório conhecimento técnico e posição hierárquica na organização escolhida. Dessa forma foram identificadas as seguintes organizações, perfazendo o total de 11 entrevistados, a saber:

1. Sociedade Nacional de Pesca (SNP)

Engenheiro Jorge Vigil Mattos

Chefe da Oficina de Economia e Estatísticas Pesqueiras

2. Instituto do Mar do Peru (IMARPE)
Biólogo Miguel Ñiquen Carranza
Diretor de Investigações de Recursos Pelágicos e Oceânicos
3. Instituto Tecnológico Pesqueiro (ITP)
Engenheiro Miguel Gallo Seminário
Diretor Geral Técnico
4. Fundo Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro (FONDEPES)
Diretor Técnico
5. Federação de Integração e Unificação dos Pescadores Artesanais do Peru (FIUPAP)
Ramón Agama Salas
Secretario Geral FIUPAP
6. Universidade Nacional Agrária ‘La Molina’ (UNALM)
Luis Alfredo Icochea Salas
Decano da UNALM
7. Empresa de Processamento Pesqueiro (empresa produtora de farinha de pescado)
‘Pesquera Diamante S.A’
Manuel Cofre Paredes
Administrador
8. Empresa de Processamento Pesqueiro (empresa produtora de farinha de pescado)
‘Pesquera Capricornio S.A’
Administrador
9. Empresa de Processamento Pesqueiro (empresa produtora de conservas) ‘Universidade Nacional Federico Villareal’ (UNFV)
Engenheiro Javier Chiyong Castillo
Secretario Geral Decanato UNFV - Chefe Planta de Processamento Pesqueiro

10. Empresa de Processamento Pesqueiro (empresa produtora de conservas) ‘Universidade Nacional do Callao’ (UNAC)

Eng. Ramiro Guevara Perez

Chefe da Planta de Processamento Pesqueiro da UNAC

11. Empresa de Processamento Pesqueiro (empresa produtora de congelados) ‘Antartic Corp S.A’.

Gerente de Produção

3.6 Análise dos Dados

O objetivo da análise de dados é descrever, interpretar e explicar os dados coletados para que estes respondam às questões de pesquisa (GIL, 1995).

A análise foi precedida da coleta e separação de documentos considerados importantes para a realização do estudo. As entrevistas semi-estruturadas foram transcritas e a partir das transcrições, várias leituras foram realizadas a fim de relacionar o discurso dos entrevistados com as categorias de análise apresentadas na seção 3.2 deste capítulo. Embora o roteiro de entrevista tenha sido construído com base nas categorias de análise e seus indicadores, procurou-se, através destas releituras, identificar partes do discurso que estivessem deslocadas, em relações ao roteiro. Isto se deve, antes de mais nada, ao fato de que se procurou dar livre curso ao discurso dos entrevistados e adaptar, no momento da entrevista, o roteiro à lógica do entrevistado.

Após este esforço de recorte dos discursos e classificação nos indicadores e categorias de análise procedeu-se a tentativa de interpretação de cada um dos indicadores. Esta interpretação não se fez de forma isolada, uma vez que a percepção do campo pelo pesquisador foi sendo construída à medida que a pesquisa avançava e se consolidou com o trabalho de análise sobre as entrevistas.

O quadro número cinco ilustrará como esta pesquisa foi operacionalizada.

QUADRO 05: OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

CATEGORIAS D

3.7 Limitações da Pesquisa

Esta pesquisa enfrentou a impossibilidade de entrevistar a todos os atores relevantes do campo em estudo. O Vice-Ministro pesquisado não concedeu entrevista por problemas conjunturais, como a proximidade das eleições presidenciais, o que fez que tivesse uma agenda lotada. Entretanto, as organizações, assim como os indivíduos entrevistados, foram escolhidos obedecendo a critérios pré-estabelecidos, que fez destes representativos dos diversos segmentos do campo em estudo.

Existiu a dificuldade de determinar as fronteiras do campo devido a sua complexidade, o que fez com que este se intersectasse com outros campos, assim sendo, foi uma limitação do estudo delimitar o campo.

Um campo é uma construção do pesquisador, mas não é uma tarefa simples. Esta deve ser definida tendo por base a investigação empírica. Este estudo foi feito por apenas um pesquisador e que, portanto, sofre muito dos problemas característicos de uma pesquisa qualitativa. Dentre eles a percepção do pesquisador que pode vir a trazer algum viés interpretativo. Por estar fundamentada no depoimento dos entrevistados, esta pesquisa está suscetível à subjetividade e percepção de cada um. Por isto, tomou-se cuidado em selecionar indivíduos provenientes dos diversos segmentos do campo.

2. GRAU DE ESTRUTUR

É importante salientar que um campo não é estático, ele se encontra em constante mudança e construção. Por conseguinte, os resultados desta pesquisa não pretendem ser generalizados, nem aplicados a outros campos. Esta pesquisa retrata a realidade do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru, servindo assim de suporte para a realização de outras pesquisas que enfoquem um tema similar.

4.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo se divide em três subseções onde serão estudadas as categorias e os indicadores previamente estabelecidos na metodologia. No quadro a seguir apresenta-se um resumo dos indicadores utilizados.

4.1 Formação do Campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru.

De acordo com DiMaggio e Powell (2001) um campo organizacional se forma na medida em que as organizações que trabalham em um determinado espaço sofrem os efeitos das outras organizações que ali operam de maneira mais intensa. Essas organizações passam a interagir compartilhando normas, regras, crenças e valores que, quando são legitimados passam a influenciar as ações dentro do campo. De acordo com Holanda (2003 p. 69), “o compartilhamento de um sistema de significados consubstancia-se em padrões de ação que representam a lógica dominante dentro do campo”.

Não será possível compreender o grau de estruturação de um campo sem a prévia verificação dos fatos históricos que lhe deram origem. Salientando-se que o campo permanece em constante construção ao longo do tempo. Por isso resgatou-se o histórico da indústria pesqueira em Callao, Peru.

4.1.1 O histórico da indústria pesqueira em Callao, Peru.

A indústria pesqueira originou-se em Callao, que é o lugar onde foram criadas as primeiras indústrias dedicadas à fabricação de pescado em conserva. Ainda que a indústria pesqueira tenha surgido em Callao, não dá para considerar um histórico só dessa região, isto porque, depois de iniciada a atividade industrial pesqueira, outros foram os portos que se destacaram nessa atividade, recebendo uma maior atenção do Estado.

As primeiras propostas para o desenvolvimento industrial pesqueiro no Peru fizeram-se na década de 1920 (VALVERDE, 1995). Observa-se, porém, que é na década de 1930 que surgiram as empresas pesqueiras, primeiro em Callao e, depois, em outras regiões do Peru, especificamente em Chimbote. Na década de 1960, Chimbote foi considerado o mais importante porto pesqueiro do Peru e do mundo (COTOS, 2005).

No transcorrer do tempo, as indústrias vão surgindo em todo o litoral do Peru. O Estado peruano vê a necessidade de criar instituições encarregadas do planejamento e controle do setor pesqueiro, criando instituições governamentais. Para o entrevistado do Instituto do Mar do Peru (IMARPE) “as instituições governamentais tem a missão de velar pelo bem-estar do setor. Cada uma delas desenvolve um determinado objetivo [...] além da preservação do mar peruano é também abrir novos mercados para que os produtos pesqueiros possam ter um maior valor agregado”.

O entrevistado da Sociedade Nacional de Pesca (SNP) considera que a “a indústria pesqueira no Peru, iniciou na década de 1930, com o auge da indústria produtora de conservas”. A farinha e óleo de pescado obtinham-se como subprodutos, feitos a partir dos resíduos da fabricação de produtos em conservas (VALVERDE, 1995). Embora a indústria de conservas tenha iniciado na década de 30, seu maior desenvolvimento só foi alcançado no início de 1942 (THORP e BERTRAM, 1988).

A Segunda Guerra Mundial transformou o mercado dos produtos pesqueiros peruanos porque:

Privou o mercado norte-americano dos seus principais fornecedores de produtos pesqueiros (Japão e Escandinávia), o que ocasionou a procura das empresas norte-americanas por novas fontes de abastecimento. Eles precisavam especialmente de produtos como: pescado em conservas e óleo de fígado de pescado (principal fonte de vitaminas A e D para as tropas norte-americanas) (VALVERDE, 1995. p 3).

Sobre a repercussão desse acontecimento na indústria pesqueira o entrevistado da Universidade Nacional Federico Villarreal UNFV manifesta:

Como conseqüência da Segunda Guerra Mundial, começou a existir uma grande demanda de produtos alimentícios ricos em proteínas. [...] Então considero que a indústria pesqueira se desenvolveu tão rapidamente pela existência de um mercado.

É assim que a companhia de Wilbur Ellis (o mais importante comerciante norte-americano de produtos pesqueiros) ingressou no mercado peruano em 1946

(ABRAMOVICH, 1973). Assim, nos anos seguintes a guerra a indústria pesqueira de pequena escala obteve importantes lucros. Estes se deram primeiro, pela venda de fígado de pescado e, depois, pela venda de pescado defumado e salgado, como consequência do programa europeu de reabilitação. Sobre a utilização desses lucros Valverde (1995, p. 4) manifesta que:

Esses lucros, em vários casos foram utilizados para financiar a diversificação dirigida para a indústria de conservas de pescado. O primeiro e mais famoso exemplo de tal diversificação foi aquilo que realizou um médico de Lima, Miguel Capurro, quem logo após ter tido êxito com produtos de fígado de pescado, instalou uma fábrica de conservas, em 1942, com o apoio financeiro dos bancos; principalmente o Banco Popular de Prado. A empresa chamou-se 'Industrial Pesquera S.A.' e instalou-se em Callao.

Outros empresários o seguiram; e assim, apesar da escassez de equipamentos e materiais para a adequada implantação de uma fábrica durante o período da guerra, em 1945, já funcionavam 23 empresas ao longo do litoral peruano, 06 das quais eram de grande porte. Na medida em que surgiam mais empresas privadas, as mesmas precisavam de um ente que as representasse e agrupasse. Isso possibilitou que, em 1946, surgisse o Comitê de Pesca, a cargo do senhor Carlos Otero Lora, que viria a ser mais tarde a SNP¹⁰. Este comitê foi instalado na sede da 'Sociedade Nacional de Indústrias' (SNI). Os requerimentos do setor e sua projeção levaram esta primeira associação a separar-se da matriz original, criando em 12 de maio de 1952 a SNP. Em 05 de Junho do mesmo ano, a SNP ficou legalmente fundada como uma associação civil de tipo corporativo sem fins lucrativos. Seu primeiro Presidente foi o Sr. Manuel Elguera Mc Parlin que exerceu o mandato de 1952 a 1958. Os objetivos para a criação desta associação são explicados pelo entrevistado de Capricórnio:

A SNP se criou com a finalidade de defender os interesses privados [...] na medida em que iam surgindo mais empresas, os mesmos empresários perceberam a necessidade de ficarem unidos, para assim poder ter uma maior representatividade no setor pesqueiro peruano.

Entre 1947 e 1948 estabeleceram-se muitas fábricas de conservas e, em 1950, mesmo depois de várias destas fracassarem ainda restaram 49 empresas das quais 15 podiam ser consideradas de grande porte. Destas últimas, duas ou três eram controladas por empresários locais já conhecidos, como: Juan Gildemeister e sua Compañía Marítima Pesquera de

¹⁰ Sociedade Nacional de Pesca (em espanhol, Sociedad Nacional de Pesquería). – associação de industriais pesqueiros, tem muita representatividade dentro do setor pesqueiro peruano e vem desenvolvendo atividades desde o ano de 1952, ano da sua criação.

Chancay. Só uma, dentre as 15 empresas consideradas de grande porte, contava com um forte capital estrangeiro: Empresa Pesquera Ilo. Ela teve início em 1946 pela Compañía de Wilbur Ellis e sócios peruanos. As restantes, que eram a maioria, foram fundadas por empresários locais com uma capacidade inferior de investimento ou por imigrantes (VALVERDE, 1995).

A característica distintiva da indústria de conservas de pescado, além de ser uma atividade com boas perspectivas de mercado para aquela época, caracterizou-se por ser uma atividade onde o empresariado local teve maior participação em relação ao capital estrangeiro. A média de investimento nas indústrias de conservas estabelecidas naquela época era inferior a 100 000 dólares, mas as fábricas pequenas podiam estabelecer-se inclusive com um menor investimento (VALVERDE, 1995). Pode-se observar que nessa época não houve um forte investimento estrangeiro.

A consequência disso, no final da década de 1940, embora a relativa insignificância da indústria pesqueira em termos quantitativos, a indústria pesqueira distinguiu-se como a atividade de mais rápido crescimento. Até meados da década de 1950, o crescimento da indústria pesqueira esteve liderado pela fabricação de produtos de pescado comestível, em especial, conservas. No entanto, este panorama é alterado na década de 50 como mostram os relatos dos entrevistados:

Embora a indústria produtora de conservas tivesse um grande auge e um mercado assegurado até meados da década dos anos 50, seu crescimento foi bastante lento, cedendo lugar para que a indústria produtora de farinha de pescado se desenvolvesse mais rapidamente (entrevistado de Diamante).

Na década dos anos 50 ocorreu uma ruptura na produção de conservas devido à sobrexploração do bonito¹¹ isso originou uma queda de toda essa indústria, dando surgimento alternativo à indústria de farinha de pescado, devido à abundância da anchoveta¹² (entrevistado do Instituto do Mar do Peru IMARPE).

A farinha de pescado, antes só utilizada como fertilizante se desenvolveria ao final da década de 1950. Segundo Valverde (1995, p. 5-6) graças a uma série de fatores:

¹¹ Bonito. - *Sarda chiliensis chiliensis* recurso utilizado na fabricação de pescado em conserva. http://www.saboresdelperu.com/cont_glosario/listado_glosario.php?letter=b&sec=2

¹² Anchoveta. - *Engraulis ringens* é uma espécie pelágica que vive na franja das águas frias da corrente peruana. É a principal espécie que se captura no Peru, sendo assim, a sua captura sustenta a indústria pesqueira peruana.

1. A grande demanda devido ao desenvolvimento da indústria de alimentos para animais (em especial para suínos e aves confinados). Esta demanda permitiu o incremento rápido de seu preço, o qual estimulou os investimentos nesse setor.
2. Pelas inovações tecnológicas a indústria conseguiu um grande avanço ao substituir as redes de algodão, por redes leves de nylon¹³.
3. Disponibilidade de bens de capital de segunda mão, de boa qualidade e, muito baratos, que existissem durante os anos cinqüenta. Os equipamentos provinham da Califórnia, onde floresceu uma próspera indústria de farinha de pescado nas décadas de 1930 e 1940, mas que deixou de funcionar em 1952 com a desapareição dos peixes¹⁴.
4. Abertura dos bancos para financiar novas empresas de farinha de pescado mediante empréstimos de curto prazo renovados anualmente¹⁵.

Estes fatores provocaram uma rápida resposta na indústria pesqueira peruana. No quadro seguinte observa-se a evolução do número de empresas nesse setor.

QUADRO 07: NUMERO DE FABRICAS DE FARINHA DE PESCADO: PERU

FONTE: Elaborado com base em: THORP Y BERTRAM. (1988).

Como pode ser observado no quadro número 07, produto dos acontecimentos que surgiram no final da década de 50, o número de indústrias produtoras de farinha de pescado aumentaram em 1963 mais de 100% em relação ao número de indústrias que existiam no ano

¹³ As redes de algodão utilizadas antigamente ao serem molhadas tornavam-se pesadas e estragavam-se em poucas semanas de uso; estas foram substituídas por redes de nylon em 1955.

¹⁴ Graças a este sucesso, fábricas inteiras foram embarcadas e enviadas desde Califórnia. Dessa forma, os novos produtores peruanos puderam começar suas empresas com maquinarias modernas, eficientes e a um baixo custo.

¹⁵ A razão pela qual os bancos financiaram este novo setor foi porque os preços da farinha de pescado subiram fortemente em 1957, devido à redução da oferta mundial por ter sido um ano de pouca pesca na Escandinávia. A produção peruana de farinha de pescado foi tão rentável nessa época, que os produtores puderam cobrir facilmente os altos juros de curto prazo que cobravam os bancos. Os preços mundiais da farinha de pescado flutuavam entre os 120-140 dólares por tonelada, sendo que os custos de produção não excediam os 60 dólares por tonelada. Deixando assim, uma ampla margem para cobrir o pagamento dos empréstimos de curto prazo e proporcionar uma boa utilidade.

1959. Já para o ano 1972 o número de empresas produtoras de farinha de pescado decaiu produto de acontecimentos que serão descritos conforme se avance no relato.

Com o desenvolvimento desse produto a indústria pesqueira, em meados de 1960, virou a principal atividade econômica de exportação, pois aportava entre 25% e 30% dos ingressos totais de exportação. O Peru se colocou na liderança das nações pesqueiras, no que se refere ao volume de captura representando 18% da pesca mundial total em 1964 e produziu aproximadamente 40% da oferta mundial total de farinha de pescado.

Uma das características da indústria pesqueira nessa época foi que a elite econômica do país não desempenhou um papel empresarial direto, preferiu participar indiretamente nos benefícios da indústria produtora de farinha de pescado (VALVERDE, 1995).

Nessa época os “donos” do Peru participaram indiretamente, provendo financiamento através do sistema bancário. Eles deixaram que surgisse um novo grupo de empresários e que assumissem os riscos (entrevistado da SNP).

Foi assim que, no começo da década de 70, existiu no Peru um poderoso grupo de capitalistas ligados à indústria da farinha de pescado.

Entre as figuras destacadas do grupo se encontram Banchemo, Elguera, Madueño e del Rio. Eles viraram agentes de importância internacional no negócio da farinha de pescado ao formar, em 1960, um consórcio pesqueiro que controlava mais de 90% da produção peruana (VALVERDE, 1995. p 9).

Dentre eles destaca-se a figura de Luis Banchemo Rossi¹⁶. Alguns entrevistados manifestam ao respeito:

A indústria pesqueira no Peru desenvolveu-se graças ao impulso de uma pessoa, o engenheiro Luis Banchemo Rossi. Ele aproveitou a grande demanda internacional de farinha de pescado, conseguindo abrir novos mercados para a farinha de pescado na Europa (entrevistado da UNFV).

Luis Banchemo Rossi foi, falando com toda justiça, o primeiro empresário moderno que teve o Peru. Ele visualizou e aproveitou o imenso potencial que guarda nosso mar (entrevistado de Capricórnio).

¹⁶ Luis Banchemo Rossi nasceu em Tacna (Peru) em 11 de outubro de 1929. Grande propulsor do mercado da farinha de pescado em nível internacional. Ele teve uma habilidade para visualizar em qualquer atividade econômica a melhor oportunidade para criar uma nova empresa. Em 1968 assume a presidência da SNP. Nesse cargo incentivou a investigação científica do oceano e os hábitos alimentícios de consumo de pescado na população peruana. Em 1972, com 42 anos foi assassinado na sua casa de campo em Chacacayo (Lima) (El Comercio, 1997). <http://chimboteperu.tripod.com/rbr.htm>

O controle e regulamentação do setor pesqueiro no Peru estiveram, até 1954, a cargo da ‘Marinha de Guerra do Peru’. Em 1954, o Estado Maior Geral da Marinha recolhendo propostas do próprio corpo da armada, da Companhia Administradora do Guano¹⁷ e da direção pesqueira do Ministério de Agricultura, fundamentou um Projeto de Decreto Supremo para a criação do ‘Conselho de Investigações Hidrobiológicas’ (CIH). A missão desse organismo era a de coordenar e intensificar os estudos hidrobiológicos e dessa forma atingir um maior aproveitamento e controle dos recursos naturais. Participaram desse conselho, membros do Ministério da Marinha, Agricultura, Fazenda (Companhia Administradora do Guano) e da SNP (PESCA RESPONSABLE, 2004). Segundo o entrevistado da SNP “as primeiras reuniões foram no próprio local da Companhia Administradora do Guano e posteriormente no local do Ministério de Educação”. A fonte de financiamento dessa instituição provinha das permissões de pesca e matrículas de barcos de bandeira estrangeira. Dessa forma, o setor público enfrenta a tarefa da investigação da população da anchoveta.

O CIH se consolidou, quando se lhe outorgou mediante Decreto Supremo N° 10, em 19 de janeiro de 1957, representação legal jurídica e recursos necessários para sua tarefa. Nesse período, a SNP, ofereceu-lhe seu apoio.

Desde abril de 1958, o CIH, assistido pela FAO, leva a cabo com a coordenação da “Comissão Permanente da Conferência Marítima do Pacífico Sul”, um Programa de Investigação da baleia junto com Chile e Equador.

Essa experiência de êxito com a FAO permitiu, em 1959, solicitar e obter a assistência de seus especialistas. Nessa circunstância outorga-se no “Ministério de Relações Exteriores”, a Resolução Suprema N° 592, na qual o CIH passa a representar ao governo peruano no trabalho da missão da FAO, encarregada da preparação do projeto “Plano de Desenvolvimento Pesqueiro Nacional”.

Com este antecedente, no dia 14 de setembro de 1959, mediante Decreto Supremo N° 41 criou-se o “Instituto de Investigações de Recursos Marinhos (IREMAR)”. No dia 19 de janeiro de 1960, consegue-se um acordo com a FAO e, em 21 de abril do mesmo ano, firma-se o plano de operações para o estabelecimento do IREMAR. Dentro desse plano de

¹⁷ Guano é o nome dado aos excrementos das aves e morcegos quando estes se acumulam. Pode ser usado como um excelente fertilizante devido aos seus altos níveis de nitrogênio. O solo que é deficiente em matéria orgânica pode tornar-se mais produtivo com a adição de guano. O guano é coletado em várias ilhas do Oceano Pacífico (principalmente nas do Peru) e em outros oceanos. Estas ilhas tem sido o hábitat de colônias de aves marinhas por séculos, acumulando vários metros deste material. O guano das ilhas peruanas foi exportado durante o século XIX e princípios do século XX, e foi o seu grande produto de exportação. O guano peruano continua apresentando uma grande demanda por ser um fertilizante natural (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guano>).

operações constariam os seguintes programas: Oceanográfico, Biológico–Pesqueiro, Biologia de baleias, Econômico Pesqueiro e Tecnologia Pesqueira.

O CIH e o IREMAR continuaram funcionando até 01 de julho de 1964. O Decreto Supremo 021, em 06 de setembro de 1963, ampliado pelo Decreto Supremo N° 07 em 20 de março de 1964, determinou a fusão dessas duas instituições para a criação do “Instituto do Mar do Peru (IMARPE)”. O IMARPE na sua criação tinha um conselho diretivo encabeçado por um vice-almirante, e sete membros: um vice-presidente; o diretor do Serviço Pesqueiro do Ministério de Agricultura; o gerente geral da Companhia Nacional de Fertilizantes; o presidente do Comitê de Oceanografia da Sociedade Geográfica de Lima; o reitor da Universidade Agrária e dois membros da SNP (REVISTA PESCA RESPONSABLE, 2004).

Desde sua fundação, estabeleceu-se que o IMARPE estivesse encarregado de planejar, dirigir, executar e coordenar as investigações Hidrobiológicas, com a finalidade do melhor aproveitamento dos recursos do mar peruano.

O IMARPE continuou com suas funções, pertencendo ao setor de Defesa (Marinha de Guerra do Peru) até janeiro de 1970. Em dezembro de 1969, foi criado o ‘Ministério de Pesca’ (MIPE) e, em janeiro de 1970, a “Lei Orgânica do Setor Pesqueiro”, na qual o IMARPE vira um dos seus Organismos Públicos Descentralizados.

Em 1978 criou-se o “Instituto Tecnológico Pesqueiro” (ITP). Este passou a se encarregar da grande maioria de funções técnicas, correspondentes ao IMARPE. O ITP tem por finalidade principal inclinar-se para a melhor utilização dos recursos pesqueiros, orientando-os ao desenvolvimento de produtos com maior valor agregado e propiciando o melhoramento das condições higiênico-sanitárias nas atividades pesqueiras e de aquíicultura do país.

A indústria de farinha de pescado se desenvolveu de tal forma que podem ser identificadas três fases pelas quais ela atravessou:

- 1) Um desenvolvimento incipiente, eclipsado pela produção de conservas de pescado;
- 2) Um rápido crescimento do setor, na segunda metade da década de 50 até 1971, quando alcançou seu ponto máximo;
- 3) Depois de 1971, a produção de farinha de pescado decaiu drasticamente devido a algumas circunstâncias como fenômenos climáticos, políticos e sociais; em consequência, existiu um excesso de capacidade instalada ociosa.

A indústria pesqueira no Peru, entre os anos de 1940-1974, passou por diversas fases de desenvolvimento, conforme o quadro a seguir:

O governo impõe leis, mas ninguém as respeita, todos desejam obter rápidos lucros, muitos industriais não se preocupam com o futuro do setor pesqueiro. Nesse sentido o governo era ineficaz em fazer respeitar as leis que eles mesmos criavam. Agora a coisa mudou, já existe mais consciência de parte dos industriais e o Estado está trabalhando melhor.

No entanto, algumas decisões políticas foram positivas, por exemplo, a delimitação de 200 milhas marinhas como território nacional. Isso ocorreu no ano de 1947, por Decreto Supremo N° 781. Este decreto não afetava a livre navegação de embarcações de outras nações e deu-se para proteger e conservar os recursos marinhos em benefício da população peruana. O Peru foi o primeiro país a delimitar as 200 milhas de mar territorial (COTOS, 2005).

Também tiveram influência na crise alguns fenômenos climáticos no mar do Peru, sendo o de maior relevância o fenômeno chamado ‘El Niño’. Este traz uma corrente de água quente não usual no litoral peruano provocando assim, a ausência da anchoveta que foge na procura de águas mais frias. Não há ainda conhecimento que possibilite o controle do “El Niño” ou das suas conseqüências. Sobre esse parecer o entrevistado do ITP (2006) manifesta: “[...] o certo é que, em cada ano, tem a corrente de ‘El Niño’ que ingressa em nossas águas. Agora a diferença é que, as vezes tem maior ou menor intensidade”. O entrevistado da Universidade Nacional do Callao UNAC (2006) manifesta: “[...] o fenômeno ‘El Niño’ é um evento que não podemos controlar”. Categórica resulta a afirmação do entrevistado da SNP (2006) sobre esse fenômeno climático:

Eu sempre digo para as pessoas que converso: o evento ‘El Niño’ nessa época foi como o meteorito que matou aos dinossauros, porque este evento foi tão catastrófico que levou ao fracasso muitas empresas.

Outro fator a ser considerado é o sobredimensionamento da capacidade instalada nas empresas. A indústria que tinha uma capacidade suficiente para processar uma quantidade não inferior a 16 milhões de toneladas anualmente, continuou com o forte processo de compra de novos barcos pesqueiros. Esta seqüela de inversão deliberada produz um excesso da capacidade pesqueira. Em 1970 e 1971, a indústria tinha uma capacidade para capturar e processar 30 milhões de toneladas por ano. Sobre esse parecer o entrevistado da UNFV considera que:

Os industriais muitas vezes não planificam bem [...] sempre considerei que um dos maiores problemas que tem o setor pesqueiro é que temos peixes em demasia. Como existe muito peixe, algumas pessoas não se preocupam em

sua preservação e cuidado. Daí vem a sobreexploração e o sobredimensionamento da indústria.

A pesca excessiva teve como resultado a sobreexploração da espécie anchoveta. A sobreexploração é definida como a captura excessiva de uma espécie por unidade de tempo, em relação a sua reserva e sua capacidade de regeneração. A produção de farinha de pescado começou a pôr em risco a população de peixes existente. A mesma não é ilimitada e a captura máxima de peixes, que podia sustentar-se em longo prazo, estava condicionada pela sua capacidade reprodutiva. Como se pode observar no quadro 08 esta tem uma relação direta com a produção nacional anual, o que demandava a restrição da pesca da anchoveta.

Os primeiros indícios dessa sobreexploração apresentaram-se na década de 1960. Em 1965, produto do fenômeno ‘El Niño’, a produção de farinha de pescado decaiu. Os biólogos do governo recomendaram limitar a captura anual de pescado a sete milhões de toneladas mediante uma temporada de veda²⁰. Mas para 1966 o governo, pela intensa oposição dos industriais, decretou uma temporada de veda de só três meses. Assim, em 1968, a captura anual alcançou mais de 10 milhões de toneladas (VALVERDE, 1995).

Devido a isto, em 1970, uma missão da FAO adverte que a média de captura em longo prazo não podia sustentar-se durante muito tempo em níveis superiores a 9.5 milhões de toneladas por ano. Então o governo peruano decreta um limite oficial de 10 milhões de toneladas por ano. Mas a indústria não respeitou este limite e a captura durante esse ano (1970) ascendeu a mais de 12 milhões de toneladas. O entrevistado da Universidade Nacional Agrária da Molina UNALM avalia que: “[...] o governo não conseguiu parar a pesca quando deveria. Definitivamente, ele foi uns dos responsáveis pelo colapso do setor pesqueiro nessas datas”.

Embora alguns atribuam ao governo a culpa pelo colapso da pesca, não se pode retirar responsabilidade dos industriais que, para obter maiores ganhos, não respeitaram as recomendações da FAO, nem as regulamentações oferecidas pelos organismos do governo. O setor privado participa da atividade pesqueira e se faz representar por meio da SNP antes que os organismos públicos do Estado fossem criados. Hoje, como no passado, são os industriais que exercem o domínio nas decisões do setor. Então surgem as seguintes dúvidas: Quem seria o responsável pelo colapso da pesca no Peru: O setor privado que sempre dominou o campo

²⁰ Vedas: se dão com a finalidade de controlar a exploração de um recurso. As vedas podem ser reprodutivas (verão e primavera) ou podem-se determinar quando as capturas de espécies juvenis excede o percentagem permitido (a veda é por 3 dias) ou se foi alcançada a quota global de captura. No ano 2002, durante um período de veda se permitiu a pesca exploratória e programas provisionais de pesca, isso fez com que se capturassem 3 milhões de toneladas do recurso pesqueiro durante esse período (SUEIRO, 2004).

ou o governo que não fez respeitar as recomendações científicas? Ou será que os fenômenos climáticos foram tão fortes e inesperados que ocasionaram essa crise?

O fenômeno ‘El Niño’, na opinião dos entrevistados, possui influência direta no setor e foi um dos principais responsáveis do declínio pesqueiro. Mas será assim ou será que os industriais precisam legitimar suas ações e nesse sentido, procuram desviar a culpa do declínio da pesca deles? O entrevistado de Capricórnio (2006) manifesta que:

[...] os principais sintomas do colapso pesqueiro começaram a ser percebidos com clareza desde 1972, embora seja evidente que as condições para que isso ocorresse começaram a se dar muito antes. Mas não devemos deixar de considerar que nesse colapso, boa parte da responsabilidade é para o fenômeno ‘El Niño’.

O declínio da indústria pesqueira ocasionou o desemprego de muitos pescadores artesanais. As fábricas de processamento tiveram que reduzir pessoal e outras indústrias conexas viram-se afetadas.

Em março de 1971, na época em que o Peru atravessou uma ditadura militar, encabeçada pelo general Juan Velasco Alvarado, criou-se a primeira Lei Pesqueira. Na mesma se estabeleceu:

- Um controle estadual sobre a comercialização das exportações pesqueiras;
- A eliminação progressiva do capital estrangeiro no setor;
- As bases para a participação dos trabalhadores.

Posteriormente ao colapso do setor pesqueiro, em 1973, as empresas dedicadas à produção de farinha de pescado passaram para as mãos do Estado. O entrevistado da UNAC manifesta a respeito: “[...] o resultado da intervenção do Estado no setor pesqueiro foi uma grande transformação da estrutura da propriedade, pois se nacionalizaram muitas empresas²¹”. Nessa época foi criada PESCAPERÚ, com base nas empresas nacionalizadas. O entrevistado da UNFV afirma que, “aquele governo militar caracterizou-se por ser muito nacionalista, intervindo na agricultura (na reforma agrária) e também no setor pesqueiro, nacionalizando algumas empresas estrangeiras”. Dentre esse nacionalismo a Lei Pesqueira de 1971 oferecia

²¹ A idéia central do pensamento de Velasco foi que, a debilidade da produção para exportação e a falta geral de dinamismo na economia durante a década dos anos 60 podiam ser remediadas. Isso mediante o controle nacional do excedente econômico (limitando as condições nas quais operava o capital estrangeiro no Peru e expropriando judicialmente os interesses estrangeiros, quando fosse necessário), com a finalidade de possibilitar às empresas locais oportunidades de inversão.

pouco, pois continuava utilizando o antigo modelo de crescimento econômico baseado nas exportações dos recursos naturais (VALVERDE, 1995). É assim que se deu o panorama do setor pesqueiro nos anos 70.

Nos anos de 1979-1980 se inicia um ressurgimento muito curto da indústria de conservas como consequência de dois fatores. Primeiro, em consequência da nacionalização das empresas pesqueiras o setor privado somente dedicava-se à atividade industrial de processamento de conservas e congelado. A fabricação e comercialização da farinha de pescado estiveram a cargo exclusivo do Estado peruano. Segundo, produto de uma conjuntura internacional. O entrevistado da SNP explica que: “[...] a queda da indústria de conservas de África do Sul como consequência da desapareção da sardinha nesse país, fez com que surgissem muitas oportunidades de exploração nesse setor”. A partir desse período os industriais começam a produzir farinha de pescado apenas com base em matéria-prima não apta para o consumo humano direto (resíduos). Mas a partir de 1981, como consequência da recuperação da democracia no ano 1980, o Estado libera a exploração e comercialização da farinha de pescado, fazendo com que os industriais voltem a dedicar-se a essa atividade.

Com a reaparição do recurso anchoveta, a indústria pesqueira foi crescendo lentamente. Na década de 1980 e, na década seguinte iniciou-se a grande recuperação. Evidencia-se a recuperação dessa atividade porque a extração da anchoveta alcançou níveis semelhantes aos da década de 60. No ano de 1994 obtêm-se o segundo maior volume de captura registrado nas estatísticas pesqueiras peruanas. Nesse ano foram capturados pouco mais de 12 milhões de toneladas de recursos pesqueiros. O Peru voltou a ser um dos primeiros países pesqueiros do mundo (COTOS, 2005). Como se pode perceber no quadro nove.

o recurso anchoveta representou 89,6%. O que mostra a estreita relação que tem a indústria pesqueira no Peru com este recurso marinho.

Embora o Peru ostente essa categoria o retorno econômico oferecido por ele é menor em comparação com outros países que apresentam capturas menores. Os países que apresentaram uma maior quantidade de captura e produção marinha na América do Sul no ano 2004, foram Peru com 9,4 milhões de toneladas e Chile com uma produção de aproximadamente 4,7 milhões de toneladas. Nesse mesmo ano, Chile alcançou US\$ 2 500 milhões²² exportando um volume de 1,3 milhões de toneladas e Peru alcançou US\$ 1,383 milhões²³ exportando 2,2 milhões de toneladas. Por conseguinte, uma das metas que tem na atualidade a indústria pesqueira peruana é não só aumentar o valor agregado dos seus produtos, mas também diversificá-los (SUEIRO, 2004). Em relação à farinha de pescado, deve-se produzir exclusivamente com anchoveta e aumentar a quantidade produzida efetiva de farinhas especiais ou as denominadas *prime*. Além do mais, isto reduzirá os impactos negativos diretos para o meio ambiente.

A FAO apresenta estatísticas sobre os países que têm as maiores capturas em nível mundial.

QUADRO 10: CAPTURAS DOS PRINCIPAIS PRODUTORES EM NÍVEL MUNDIAL

Fonte: FAO 2003 e IBAMA 2005

Um fato muito curioso que se pode apreciar no quadro anterior são as variações nas capturas do Peru, que apresenta picos sensivelmente notórios: muda de 10,6 milhões no ano

²² Fonte: Sociedade Nacional de Pesca (SONAPESCA). <http://www.sonapesca.cl>

²³ Fonte: Ministério da Produção do Peru (PRODUCE). <http://www.produce.gob.pe>

2000 para 7,9 no ano 2001. No ano seguinte sobe para 8,7 e logo baixa para 6,0 milhões. Essas variações podem dever-se a uma série de fatores, mas segundo a fala dos entrevistados estas ocorrem principalmente pelas condições oceanográficas ou climáticas, e não por decisões políticas, como o mau controle dos recursos ou políticas pesqueiras erradas (fatores institucionais). Isso indicaria que os atores do campo da indústria pesqueira acreditam que essas variações se devem a fatores não controláveis ou tentam explicar essas variações por meio desse enfoque. Conseguindo, dessa maneira, justificar suas ações e assim legitimar sua participação no campo. Sobre esse parecer os entrevistados opinam:

O setor pesqueiro funciona em função do recurso [...] em função das condições climáticas, as condições do mar, o meio ambiente em geral afetam o recurso [...] esses fatores não podem ser controlados [...] em um ano bom podemos capturar 12 milhões de toneladas. Mas, em um ano ruim podemos capturar só um milhão de toneladas. (entrevistado da UNAC).

O Peru têm fenômenos climáticos, você não pode planificar algo que não pode controlar (entrevistado do ITP).

Os países restantes não apresentam picos notórios, o que parece indicar que sua extração está devidamente regulada, ou que não tem outros elementos de exposição. Embora não seja objeto desta pesquisa refletir sobre a pequena variabilidade das capturas de outros países é importante considerar que a extrema variabilidade do volume capturado no Peru, em contraste com os principais países que atuam no setor, merece uma investigação mais aprofundada, comparativa, que possa evidenciar os aspectos envolvidos neste contraste.

Segundo dados da FAO (2003) a anchoveta peruana constitui o maior recurso pesqueiro extraído em nível mundial, a qual é fundamentalmente destinada ao consumo humano indireto²⁴.

Continuando com o relato do processo histórico de formação do campo observa-se que pela Lei N° 27779, publicada no Jornal Oficial *'El Peruano'* em 11 de julho de 2002 modificou-se a estrutura dos ministérios, criando-se o PRODUCE. Em tal sentido, o PRODUCE absorveu parte das funções que eram exercidas pelos dois ministérios: Ministério de Pesca (MIPE) e Ministério de Indústria, Comercio Interior, Turismo (MITINCI). Inicialmente isto provocou um certo receio, no entanto, a reflexão do entrevistado da empresa Diamante mostra que atualmente há concordância:

²⁴ Considera-se indústria de consumo humano indireto porque está dirigida ao consumo exclusivo de animais.

Não acredito que se tenha tirado importância ao setor pesqueiro, essa foi uma discussão surgida em um início [...]. Mas agora vemos que a pesca é realizada de uma maneira adequada. E se no início se pensou que não se ia manejar bem e ia afetar o setor, agora já não é assim, ao menos eu já não penso assim.

Em síntese, pode-se perceber que a falta de controle da indústria nos anos de rápido crescimento durante a década de 70 parece ter sido um dos principais fatores da crise desse setor. A riqueza, já destacada, do mar peruano, reconhecido como um dos cinco ecossistemas mais ricos do mundo com 3.600 espécies, não garantiu estabilidade do setor. A compreensão do modo como o campo se estrutura através das relações entre as principais organizações que o compõem propiciará uma clareza maior do processo histórico e poderá indicar os aspectos mais importantes para a condução de processos reestruturação.

Existe pouca informação que seja exclusiva sobre o histórico do setor industrial pesqueiro em Callao e as informações obtidas oferecem um panorama geral do setor pesqueiro no Peru. Nesse histórico está incluído o Callao, posto que todos os fatos mencionados surgiram de forma paralela no país como um todo. Na opinião do entrevistado do ITP (2006), “não se tem maior tipo de informações sobre o histórico do setor pesqueiro em Callao. Embora ele seja o primeiro porto do país, em relação ao volume de captura de peixes, existem outros portos que são de maior importância. Por exemplo, o porto de Chimbote. [...] Assim deve ser analisado o setor industrial pesqueiro em nível nacional”.

Nos depoimentos dos entrevistados e nos documentos investigados foram encontrados fatos que ajudaram a estabelecer o histórico da indústria pesqueira em Callao, Peru. No seguinte quadro apresenta-se um resumo destes fatos.

4.1.2 Identificação das organizações que compõem o campo.

No campo da indústria pesqueira existem muitos atores desenvolvendo diversas atividades, essa é uma das características deste campo, sua complexidade. Para analisar as origens e os processos de estruturação e institucionalização de um campo organizacional é importante que todos os atores dentro dele sejam examinados (DIMAGGIO, 2001). Fazem parte desse espaço os sócios determinantes para os seus intercâmbios como: órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, as instituições de financiamento, grupos de fornecedores, representantes da sociedade civil organizada, os consumidores de bens e serviços e outras fontes de influência normativa e cognoscitiva (SCOTT, 2001; VIEIRA, et al, 2004). Segundo os relatos dos entrevistados, consegue-se identificar os principais atores organizacionais que fazem parte do campo da indústria pesqueira em Callao.

Os atores pertencentes ao setor público são:

- Ministério da Produção (PRODUCE).
- Vice Ministério de Pesca (VMP).
- Organismos Públicos Descentralizados (OPD's):
 Instituto do Mar do Peru (IMARPE).
 Instituto Tecnológico Pesqueiro do Peru (ITP).

Os atores pertencentes ao setor privado são:

- Sociedade Nacional de Pesca (SNP).
- 25 (vinte e cinco) Empresas de processamento pesqueiro:
 10 pertencentes à indústria redutora;
 5 pertencentes à indústria de conservas;
 7 pertencentes à indústria de congelado;
 3 pertencentes à indústria do curado.

Pode-se ainda identificar outros órgãos relevantes, entre eles:

- Sindicato (FIUPAP).
- Universidades:
 Universidade Nacional Agrária La Molina (UNALM);
 Universidade Nacional do Callao (UNAC);

Universidade Nacional Federico Villareal (UNFV).

- Direção Geral de Capitánias e Guarda-costas (DICAPI).
- Direção Geral de Saúde Ambiental (DIGESA).
- Conselho Nacional do Ambiente (CONAM).

Ao analisar seus papéis, vínculos e relações – tendo em vista que todos eles vão interagir de alguma maneira –, obteve-se uma melhor compreensão do campo em estudo.

4.2 Estruturação do Campo Organizacional

Um campo permanece em constante construção ao longo do tempo, assim sendo o processo de estruturação é uma questão de grau.

Scott (1995) manifesta que a estruturação de um campo organizacional refere-se ao grau de interação e à natureza da estrutura inter-organizacional que surge no nível do campo organizacional. A estrutura de um campo não pode ser determinada sem uma investigação empírica de base (DIMAGGIO e POWELL, 2001).

Não será possível compreender o grau de estruturação de um campo sem a prévia verificação dos fatos históricos que lhe deram origem. Para analisar o grau de estruturação do campo em estudo recorreu-se aos indicadores da literatura, conforme explicitado na definição operacional do termo constante no capítulo da metodologia.

4.3.1 Grau de interação entre as organizações no campo

As organizações que conformam um campo têm a necessidade de interagir. Na medida em que a atividade industrial pesqueira foi crescendo no mundo todo, a interação dos que fazem parte da atividade foi sendo reconhecida como fator primordial para seu bom desenvolvimento.

No campo da indústria pesqueira sempre existiram interações, mas estas cresceram pela preocupação e necessidade do empresariado e do Estado em melhor controlar os recursos marinhos. Em Callao, poder-se-ia considerar que as primeiras interações no setor surgem como consequência do declínio da indústria pesqueira na década de 70.

Uma série de acontecimentos, em décadas passadas, trouxeram como consequência o declínio da indústria pesqueira peruana, dentre elas temos: decisões políticas, fenômenos climáticos, sobredimensionamento da indústria e sobrexploração do recurso marinho.

A partir desse declínio, parece crescer o reconhecimento da importância do cuidado e preservação das espécies. Na medida em que transcorre o tempo vão surgindo instituições encarregadas de melhor desenvolver o setor. Como resultado desse fato as interações entre os atores do campo foram incrementando-se. Os atores reconhecem a importância do trabalho integrado. O entrevistado de Diamante sobre esse parecer manifesta que:

Surgem interações com força, produto do declínio da indústria pesqueira [...] por meio destas interações se tenta proteger o recurso. Pelo observado funcionou. Na atualidade se dão interações pelas pressões do Estado e se dão com ênfase no cuidado e proteção do meio ambiente. Há dois anos que isso se vê com maior clareza.

O campo da indústria pesqueira em Callao, parece apresentar fortes interações entre seus principais atores. Observa-se que o ente regulador, assim como seus Organismos Públicos Descentralizados (OPD's) trabalham em conjunto com o setor privado, encabeçado pela Sociedade Nacional de Pesca (SNP). O mesmo entrevistado da SNP evidencia estas relações:

Nós não temos tido nenhum problema de interferência dos OPD's, tanto que ficamos perto e trabalhamos em equipe. [...] Sim, sempre trabalhamos em equipe, a sociedade tem um representante dentro do IMARPE, sempre tem tido. O IMARPE nasce pela iniciativa do setor privado. O ITP também nasce da necessidade de oferecer novas alternativas de produtos, estas instituições nasceram do clamor do setor privado. Então se não caminhassem juntas, seria um problema. O setor privado foi quem solicitou a criação de uma entidade que supervisione o que temos no mar (IMARPE). E [...] outra que forneça alternativas de produtos abrindo, assim, novas oportunidades, então nasce o ITP.

O entrevistado do Instituto Tecnológico Pesqueiro (ITP) apresenta avaliação semelhante:

Sim, existe interação entre o setor público e o setor privado, sempre existiu. A interação com o setor privado se dá através da SNP, que é a associação dos industriais. Agora, entre as mesmas empresas, claro que existe comunicação, a SNP se encarrega disso.

As interações no campo crescem por meio de eventos e projetos que são organizados pela iniciativa dos dois setores. Os eventos são organizados com regular frequência e abordam temas diversos, sendo realizados por diferentes organismos, como; a SNP, IMARPE, ITP, o Colégio de Engenheiros Pesqueiros do Peru, as Universidades, etc. Sobre o tema dos eventos comentam os entrevistados:

Nós temos realizado o evento de pesca responsável no ano 2004, onde se convidou todo o setor e autoridades do país. Expuseram-se temas baseados na pesca responsável, as dificuldades e possibilidades do setor, o que poderia ser feito para controlar melhor o recurso, etc. (entrevistado da SNP).

Os eventos realizam-se frequentemente. Existem eventos empresariais com a participação do ITP, cursos de capacitação, visitas técnicas, feiras, exposições, etc. (entrevistado do ITP).

O IMARPE realiza sempre eventos, cursos. Nossas atividades são públicas e abertas para qualquer pessoa, participam as universidades, a SNP, a mesma FIUPAP [...] Os eventos são realizados quando surge algum tipo de dificuldade, por exemplo, surge um problema na pesca artesanal, na pesca industrial ou na aqüicultura e se realizam eventos para tentar dar solução ao problema. Ao final deste ano acontecerá um grande evento científico chamado “Conferencia sobre o sistema de Humboldt”, provavelmente todo o setor pesqueiro participará (entrevistado do IMARPE).

Sobre os projetos científicos que são realizados pelo setor privado e o setor público o entrevistado do IMARPE assim se manifesta:

Nesta etapa de desenvolvimento da indústria de consumo humano direto, existem muitas interações do setor privado com o setor público, inclusive em investigações científicas. Posso mencionar as operações Eureka, estas operações são atividades realizadas em conjunto com o setor privado, pois eles oferecem suas embarcações e nós os cientistas.

As instituições educativas não possuem estreita comunicação com os OPD's nem entre elas mesmas. Cada uma delas realiza as investigações que consideram importantes em um determinado momento. Por não possuir financiamento por parte do Estado elas mesmas procuram os meios para realizar investigações, fazendo parcerias com empresas privadas ou participando de concursos para ganhar recursos. Sobre esse enunciado o entrevistado da UNFV opina:

Cada universidade realiza suas próprias investigações da maneira como pode, porque não existe, neste momento, financiamento para fazer pesquisa. Só o

IMARPE e o ITP possuem financiamento, mas eles realizam suas próprias pesquisas. Dever-se-iam reunir esforços, como alguma vez se fez com as conservas de anchoveta [...] Lamentavelmente, existem ciúmes profissionais, eu imagino, não sei se assim poderíamos chamá-lo, mas o fato é que não temos uma boa comunicação.

As instituições educativas contribuem com o setor pesqueiro formando jovens profissionais que em um futuro próximo trabalharão nesse setor. A tarefa é formar jovens com uma nova visão de futuro. Nesse sentido as universidades sempre são futuristas. As universidades têm um papel conscientizador sobre a juventude, ensinando que os recursos marinhos devem ser utilizados em primeira opção para consumo humano direto. Para esse fim, se deve cuidar bem da matéria-prima, pescando com aparelhos adequados e, em seguida, armazenando e desembarcando corretamente o produto.

Os sindicatos pouco a pouco vêm recobrando representatividade no setor, devido que: “na época (1990), Fujimori se encarregara de fazer desaparecer os sindicatos” (entrevistado da Universidade Nacional Federico Villarreal UNFV). O entrevistado do Frente de Unificação e integração dos Pescadores Artesanais do Peru (FIUPAP) manifesta que mantêm comunicação com os OPD’s. “Nós mantemos comunicação com os OPD’s, mas não é uma comunicação fluida. Mas existe comunicação. O IMARPE está nos oferecendo a informação que solicitamos, nesse sentido, não posso criticá-los”.

Observam-se entre as empresas produtoras também interações. Os empresários entenderam que trabalhando em conjunto se obtém melhores resultados, como se pode perceber pelo relato do entrevistado da empresa Diamante:

Sim, claro que sim, nós temos já há quase meio ano uma aliança estratégica chamada de APROCALLAO. Nesta avenida Centenário existem quatro fábricas: Diamante, Sipesa, Corpmar e Capricornio, por uma questão estratégica de ajuda mútua formou-se uma aliança, não está inscrita em registros públicos ainda como uma pessoa jurídica, mas está claro que somos um agrupamento. Nós nos reunimos a cada duas semanas e tentamos resolver problemas próprios da zona. Por exemplo, na questão segurança, aqui perto, na esquina, temos um posto de vigilância, onde tem um guardião que está intercomunicado com todas as fábricas por meio de uma rádio. Também temos dois policiais que circulam pela zona, subvencionados pelas quatro fábricas, seu trabalho é dar segurança à zona. Nos ajudou muito porque antigamente tínhamos roubos sistemáticos de cabos de telefones. Isso foi controlado totalmente porque já não existem roubos. Esta aliança estratégica entre as fábricas tem servido para dar maior segurança à zona [...] Nos ajudou também para obras civis que se vêm realizando na zona. Então é evidente que quando um grupo de empresas se junta tem maior força que uma sozinha.

Cabe mencionar que o objetivo deste agrupamento é resolver problemas cotidianos das quatro empresas localizadas nessa zona. Embora não represente o campo todo nos mostra que estão surgindo, cada vez, maiores interações dos atores do campo.

As interações no campo surgem por iniciativa de organismos tanto do setor privado quanto do público. Pela observação do pesquisador parece que o setor privado participa ativamente no campo e nos diretórios do setor público porque só assim consegue impôr e defender seus próprios interesses. Os entrevistados reconhecem que o futuro da atividade pesqueira só será positivo se unirem esforços. Mas ainda se observa que essa união é fraca.

O entrevistado de IMARPE manifesta que: “ainda não existe um forte grau de interação, acredito que isso vai surgir aos poucos, na medida em que todos desejem participar e saibam que assim maximizarão seus resultados”. Não obstante, percebe-se um aumento gradual no grau de interação dos atores que compõem o campo da indústria pesqueira em Callao.

4.3.2 Surgimento de estruturas inter-organizacionais de domínio e padrões de coalizão

As estruturas inter-organizacionais de dominação no campo são claras. O Estado se faz representar no campo por intermédio do Ministério da Produção (PRODUCE) que, por sua vez, age por meio do Vice Ministério da Pesca (VMP).

Os entrevistados consideram a presença de dois atores como os mais influentes e representativos do campo da indústria pesqueira. Dentro do setor público temos o VMP e dentro do setor privado, temos a Sociedade Nacional de Pesca (SNP). A organização mais influente formalmente é do setor público, representado pelo PRODUCE. É o que se percebe no testemunho do entrevistado do Instituto do Mar do Peru (IMARPE):

Definitivamente a organização mais importante dentro do setor pesqueiro é o PRODUCE, representado pelo VMP, porque ele tem a responsabilidade do setor. Trabalha em conjunto com o Instituto do Mar do Peru (IMARPE) e o Instituto Tecnológico Pesqueiro (ITP), que são seus organismos descentralizados mais importantes. [...] No setor privado temos a SNP que agrupa todos os industriais dedicados à atividade pesqueira.

O campo supostamente é dominado pelo poder público, por meio do PRODUCE, que é o órgão regulador de todo o setor. Este organismo trabalha com ajuda de seus OPD's (os

mais representativos deles são o IMARPE e o ITP). Mas observa-se, na prática, que é o poder privado quem domina o campo por meio da sua associação de industriais pesqueiros que formam a SNP. Segundo o entrevistado da Universidade Nacional do Callao (UNAC), “95% de todas as decisões do setor pesqueiro são tomadas pelo setor privado”. Na mesma direção opina o entrevistado da Universidade Nacional Federico Villarreal (UNFV), “você não pode fazer nada, sem que eles (SNP) não fiquem sabendo, eles sabem tudo” Esta associação exerce pressão direta porque possui um representante da SNP dentro do diretório do IMARPE e do ITP. Além do mais o atual Vice Ministro de Pesca é um grande industrial pesqueiro e faz parte da associação. Sobre esse assunto os entrevistados manifestam:

A cabeça do setor é o PRODUCE, mas quem maneja o PRODUCE é a SNP. Por isso eles respeitam e estão subordinados à sociedade (SNP) [...] não se tem ética nem qualidade moral, eles (PRODUCE) vendem-se ao setor industrial e defendem seus interesses (entrevistado do Frente de Integração e Unificação dos Pescadores Artesanais do Peru FIUPAP).

A sociedade (SNP) possui dentro do diretório dos organismos públicos (OPD's) um representante deles. Definitivamente influenciam sobre todas as atividades do setor, porque participam de maneira direta sobre as decisões do setor pesqueiro (entrevistado do IMARPE).

As grandes empresas são as que mandam no país. Quando uma empresa não completa seu embarque entram em contato com o Ministério, entregam uma boa propina e continuam pescando três ou quatro dias a mais (em época de veda) (entrevistado de Antarctic Corp).

Sobre a importância que tem a SNP dentro do setor pesqueiro o mesmo entrevistado da SNP salienta:

Nós (SNP) agrupamos a maior quantidade de empresas do setor, somos os mais organizados. Seríamos como o decano das associações, temos 53 anos de experiência. Portanto somos os mais indicados para saber qual é o caminho que deve seguir o setor pesqueiro.

O entrevistado do ITP, em opinião sobre o setor privado, assim se manifesta: “O setor privado é todo o setor pesqueiro, sem eles não funcionaria nem existiria a indústria pesqueira. [...] a SNP interfere nas decisões da pesca nacional”.

À maneira de anedota o decano da Universidade Nacional Agrária La Molina (UNALM) comenta:

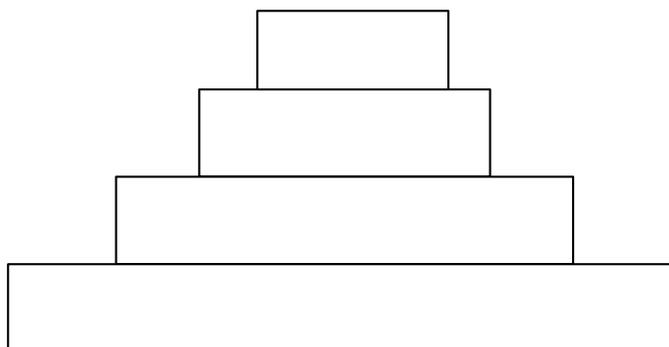
O setor privado por meio da SNP tem muita influência dentro do setor pesqueiro. Inclusive fazem muitos anos que os ministros e os vice-ministros, provêm do setor privado. O não imaginado se deu quando se iniciou este governo, o primeiro Ministro da Pesca, era um empresário pesqueiro em bancarota. Mas depois de terminado seu período de governo sua empresa já não estava mais em bancarota. Que aconteceu, um milagre? Então, vemos pelos fatos que sim, existe muito domínio do setor privado, em especial da SNP, no setor pesqueiro.

Pela fala dos entrevistados observa-se que existe uma apropriação do público por parte do privado, comprovando-se assim que formalmente, o setor público é o mais representativo do campo e na prática é o setor privado quem domina o campo. Assim sendo, as estruturas de dominação em nível do campo provem do setor privado, representado pela SNP.

Os padrões de dominação em nível industrial, provem das indústrias produtoras de farinha de pescado: “observa-se que dentro da SNP 75% dos associados são industriais dedicados à produção de farinha de pescado, é por esse motivo que os últimos presidentes da SNP provêm desse setor” (entrevistado da SNP). Sabendo que a SNP domina o campo, considerando a importância da indústria produtora de farinha de pescado para o Peru e tendo em consideração que os últimos presidentes da SNP provêm desse setor. Pode-se concluir que os padrões de dominação em nível das indústrias estão vinculados às empresas produtoras de farinha de pescado, devido a sua importância e representatividade dentro do setor pesqueiro.

Parece existir um tipo de hierarquia dentro do campo, sendo o PRODUCE quem, em teoria, se encontraria no topo da mesma. Mas pelo observado é a SNP quem se encontra no topo e domina o campo. Abaixo deles estão as Organizações Públicas Descentralizadas do Estado, sendo o IMARPE e o ITP as mais representativas. Já entre as demais organizações não há uma hierarquia definida ou reconhecida.

FIGURA 07: HIERARQUIA NO CAMPO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA EM CALLAO, PERU



Fonte: elaboração feita pelo autor.

A partir dos dados coletados foi possível identificar com precisão as relações de dominação e padrões de coalizão existentes no campo da indústria pesqueira. Segundo afirmação de Freeman apud Dimaggio e Powell (2001, p. 107-108) “as organizações mais antigas e grandes chegam a um ponto em que podem dominar seus ambientes em vez de ajustar-se a eles” seguindo essa afirmação é claro que os padrões de domínio provem da SNP que, é a organização mais antiga e representa as indústrias pesqueiras. No nível das indústrias há um claro padrão de dominação que é exercido pelas indústrias produtoras de farinha de pescado.

4.3.3 Incremento da Carga de Informação

A pesca é uma atividade realizada em nível mundial e há muito tempo existem organizações internacionais que se encarregam de realizar estudos para preservação e bom uso dos recursos marinhos. Uma entidade internacional é a FAO que realiza estudos e fornece informações sobre o setor pesqueiro em nível mundial.

No Peru existem também organizações encarregadas de fornecer informações sobre o setor pesqueiro, o IMARPE (01/07/1964) surge da fusão do CIH (19/01/1957) e do IREMAR (14/09/1959). As principais funções que tem o IMARPE são: o conhecimento da biologia marinha, assim como os fatores ambientais que condicionam a vida no mar e determinação da abundância de espécies mais importantes e os efeitos que sobre ela exercem tanto as condições naturais do mar como a pesca. Com o surgimento desta organização e, segundo seus principais objetivos, conseguiu-se ter maiores informações sobre os recursos e o que acontecia no mar peruano.

Esta organização, desde sua criação até os dias atuais, faz recomendações com base em estudos científicos que realiza. Depois fornece as informações obtidas para o melhor uso e aproveitamento dos recursos. Mas não é a entidade responsável em fazer cumprir essas recomendações.

Um acontecimento que é considerado como um dos principais fatores responsáveis do declínio da indústria pesqueira foi a sobrexploração do recurso. O entrevistado da Sociedade Nacional de Pesca (SNP), manifesta que:

Durante a década de 1970 existiu uma sobreexploração do recurso anchoveta, isso aconteceu pela falta de controle das autoridades e falta de consciência dos industriais que não respeitaram os estudos científicos, almejando maiores ganhos.

Os industriais fizeram caso omissivo às informações e recomendações fornecidas por estas duas organizações. Essas informações foram sobre os volumes sustentáveis de captura. Ao não respeitar, teve como consequência, a depredação do recurso anchoveta, base da atividade industrial pesqueira produtora de farinha de pescado e também da cadeia trófica marinha.

A partir deste fato e para evitar futuros acontecimentos inesperados o setor público e o setor privado começaram a trabalhar em conjunto, realizando investigações científicas e informando os seus resultados. Nesse sentido, os entrevistados além de manifestar que são compartilhadas informações, mencionaram que trabalham em equipe para obter melhores resultados. É o que evidencia o entrevistado do Instituto Tecnológico Pesqueiro (ITP):

O ITP, o IMARPE e o VMP mantêm sempre uma boa comunicação, isso se reflete no compartilhamento constante de informação dos resultados que obtemos. Quando temos que trabalhar juntos e agrupar esforços, o fazemos. Definitivamente este trabalho é permanente.

O entrevistado do Instituto do Mar do Peru (IMARPE) afirma que:

Trabalhamos em conjunto sim, cada um contribui com os recursos que tem. Nós (IMARPE), por exemplo, sempre ajudamos cedendo nossos cientistas para projetos que ajudem à preservação dos recursos. A informação que obtemos são sempre fornecidas para qualquer um que deseje obtê-la. Como fazemos isso? Mantemos uma política de transparência total. Por isso publicamos diariamente nossos resultados em nossa página *Web*.

A política do setor pesqueiro como mencionado pelo representante do IMARPE, é de transparência total, para esse fim os Organismos Públicos Descentralizados (OPD's) possuem também um *web site*, onde podem fornecer informações atualizadas do que está ocorrendo no setor. Assim como dados estatísticos sobre as capturas realizadas diariamente sobre determinadas espécies de interesse. Além de fornecer boletins informativos anunciando congressos e eventos que serão realizados. O IMARPE e o ITP também contam com uma revista informativa que é publicada regularmente quando desejam divulgar algum resultado obtido nas suas investigações.

O setor privado liderado pela SNP, também possui uma revista chamada de Pesca Responsável. Sobre esse aspecto o entrevistado da SNP manifesta que:

Esta revista foi criada com o objetivo de manter informado o setor sobre tudo o que está acontecendo com a pesca. Informamos sobre muitos aspectos: decisões políticas, leis, deveres e direitos dos industriais, entrevistas. Também tem um cunho comercial, mas é mínimo. Esta revista é publicada mensalmente e continua com uma política de transparência total.

A revista institucional da SNP fez seu oitavo ano no mercado atingindo grande aceitação no ano 2004. Atualmente tem virado uma ferramenta indispensável para o surgimento da atividade pesqueira e a tomada de decisões do setor. A revista Pesca Responsável é distribuída periodicamente e de forma gratuita em nível nacional e internacional aos associados, outras associações pesqueiras, assim como às empresas e instituições relacionadas com a pesca. No ano 2004, continuou se consolidando como meio de comunicação representativa do setor pesqueiro nacional (Memória 2004 SNP, p. 17).

Alguns entrevistados mostraram sua preocupação com as informações fornecidas no setor, considerando que os dados oferecidos, às vezes, são enganosos e utilizados na tentativa de tranquilizar o cidadão. Esses dados tentam mostrar que estão sendo respeitadas as medidas preventivas para não depreder novamente o recurso. Como podemos verificar nas falas dos entrevistados:

Bom, quando informam que se pescou 10 milhões, isso é só no papel, na realidade se pesca de 25 – 30% a mais. Temos o que se conhece como pesca negra (pesca não reportada), equivalente entre três e quatro milhões de toneladas a mais do total revelado. Isso é uma depredação total, conversa com qualquer especialista ele vai te dizer que o que se está fazendo aqui é um assassinato de nosso mar. (entrevistado da FIUPAP).

Sabe-se que são enganosos, mas não propositalmente. É porque nosso sistema de amostra é insuficiente [...]. Algo curioso é que nunca coincidem as cifras do Ministério com as cifras do IMARPE. (entrevistado da UNALM).

Ainda que essas informações muitas vezes não sejam 100% confiáveis, percebe-se que o setor tenta, na medida das suas possibilidades, fornecer informações atualizadas. Aqui temos que ressaltar que cada organismo tem objetivos específicos e, nesse sentido, as informações outorgadas por cada um deles serão mais importantes na área da sua competência. Salienta-se que alguns entrevistados acreditam nas informações fornecidas. O entrevistado de Diamante opina que:

O PRODUCE nutre-se da informação que cada fábrica de produção outorga-lhe. O PRODUCE tem fiscais (que não aceitam propinas) nas fábricas de produção e nos lugares de desembarque, os que emitem relatórios diários. Então, considero que essas informações são confiáveis sim. Agora o IMARPE encarrega-se de aspectos científicos do recurso, ajudando dessa maneira o PRODUCE na tomada de decisões. Mas em relação à estatística de pesca, definitivamente o PRODUCE é mais confiável.

Percebe-se que, entre as próprias empresas pesqueiras que conformam o campo, a carga de informação que se maneja é pouca. A SNP como associação industrial agrupa e atende a seus requerimentos, estabelecendo o diálogo entre elas. Além disso, divulga novas tecnologias e os problemas que o setor enfrenta. Mas se o diálogo não é estabelecido pela SNP, a carga de informação compartilhada entre elas é geral e não específica. Sobre esse parecer o entrevistado de Antarctic Corp assim se manifesta:

Fornecemos dados gerais, por exemplo: as estatísticas pesqueiras, o volume exportado, etc. Mas já assuntos específicos, técnicos da empresa, isso é propriedade da empresa e, portanto ficam na empresa.

A disseminação de informações no campo se dá por meio de mecanismos de circulação formais. Estes tentam maximizar esforços no sentido de um melhor desenvolvimento da atividade pesqueira. As diferentes percepções acerca da confiabilidade das informações deixam margem, no entanto, para um questionamento sobre a percepção dos atores, que guia suas ações, sobre o compartilhamento de seus interesses no campo.

4.3.4 Desenvolvimento da sensação entre os participantes do campo, de que estão juntos em uma empreitada comum

As organizações formais estão interessadas em alcançar seus objetivos empresariais, tentando maximizar seus ganhos e minimizar custos, ou seja, ser eficazes e eficientes. Motivo pelo qual em um início a atividade industrial pesqueira apontava para uma desarticulação entre as organizações que compõem o campo. A experiência vivida na década de 1970, pelos atores que conformavam o campo da indústria pesqueira em Callao, mostraram a necessidade de juntar esforços para, desse modo, poderem sobreviver. Isso possibilitou a emergência de maiores envolvimento e cooperações mútuas, gerando assim a sensação de união entre os atores do campo.

De um modo ou de outro, todos os que fazem parte do campo da indústria pesqueira compartilham a sensação de que o seu próprio sucesso vai depender de esforços conjuntos, como podemos verificar nas seguintes falas dos entrevistados:

Temos que nos capacitar mais em tudo o que está relacionado à pesca. Cada instituição deverá fazer sua parte, porque só assim poderemos desenvolver de maneira ótima a pesca peruana. A experiência nos ensinou que não devemos pensar só em nós mesmos [...] Estamos explorando um recurso natural que não é eterno, todos devemos tomar maior consciência do setor, porque é nosso próprio futuro que está em jogo (entrevistado do IMARPE).

No setor pesqueiro eu percebo que existe bastante união entre as partes pesqueiras, entre o setor público e o setor privado. Os representantes do IMARPE, do ITP, do PRODUCE, inclusive os vice-ministros são pessoas que provêm do setor pesqueiro privado e, portanto são conscientes, sabem o que tem a fazer. Sabem que só trabalhando juntos poderemos esperar um bom futuro para a pesca peruana (entrevistado do ITP).

Definitivamente todos desejam um futuro promissor para a pesca no Peru, tanto o setor privado, quanto o setor público desejam o mesmo. Ou seja, estamos interessados que a atividade pesqueira caminhe bem; nesse sentido, todos participam. (entrevistado de Capricórnio).

Nós (SNP) implantamos o programa de controle de vigilância da pesca ilegal, obrigando a nossos associados a firmarem um código de ética de pesca responsável. Alguns associados inclusive retiraram-se e ameaçaram criar uma outra sociedade, mas não chegou a se concretizar. O setor privado também percebe que só trabalhando em conjunto podemos melhor controlar e, desse modo, preservar mais os recursos. (entrevistado da SNP).

Cabe ressaltar que a grande maioria dos entrevistados menciona que todo o setor trabalha em conjunto para o melhor desenvolvimento da atividade pesqueira. Mas como em qualquer campo, existem atores que apresentam interesses diferentes e não compartilham da mesma opinião dos outros atores.

Os interesses dos atores não são sempre iguais, a maioria dos entrevistados percebe que existem diferenças dentro do setor. Principalmente com os grandes industriais produtores de farinha de pescado. Alguns entrevistados consideram que esta indústria depreda o recurso e não possui uma visão futurista. Ainda manifestam que os grandes empresários desta indústria só desejam obter rápidos ganhos, além do que, pelo fato de não serem empresários peruanos, acredita-se que, quando não exista mais recurso explorável, irão embora do país. Assim avalia o entrevistado da UNFV “os industriais já não são peruanos [...] então, eles aproveitarão o recurso até que já não exista mais e logo irão embora”. No entanto, segundo o entrevistado da SNP, “somente entre 20 e 25% dos empresários são estrangeiros”.

Embora a avaliação não possa ser tomada literalmente, tendo em vista que pelo menos 75% dos empresários são peruanos, a concentração da produção na indústria de farinha de pescado neste campo denota um interesse dos industriais em ganhos de curto prazo. Seguindo essa linha o entrevistado de Diamante assim se manifesta “Olha só, se eu tenho um capital e desejo investir, em que investiria? Definitivamente em produzir farinha de pescado, é mais rentável, além do que os processos são mais simples”.

A indústria produtora de farinha de pescado tem permissão para a utilização de uma só espécie, a anchoveta, para a elaboração desse produto. A captura desta espécie equivale a aproximadamente 85 e 95%²⁵ do total da pesca peruana (ITP, 2004). Em relação à depredação do recurso anchoveta o entrevistado de Antarctic Corp, manifesta:

Essas empresas (as produtoras de farinha de pescado) só pescam anchoveta. Então se falamos da espécie, eu posso falar que depredam sim. Mas se falamos de depredação do mar em conjunto, sempre tem existido uma série de empresas que não fazem um uso razoável do recurso, não só as empresas farinheiras. Esses irresponsáveis empresários pescam tudo o que podem para eles, não importa o que aconteça com o recurso no futuro.

Em alusão a que os industriais produtores de farinha de pescado só pescam o recurso anchoveta, o entrevistado da UNFV afirma que:

Eles (Industriais produtores de farinha) não somente pescam anchoveta, pescam também outros recursos. Conversemos sobre pesca incidental, sempre que se pesca anchoveta, também caem dentro das redes espécies que são exclusivos de consumo humano direto. Estamos falando de 14 a 15% de pesca incidental que realiza a frota industrial. Então se falamos que se pescou 10 milhões de toneladas, por exemplo, que é destinado para um ano da pesca industrial, a pesca incidental equivale a 10%. Ou seja, um milhão de toneladas que se pesca de recursos que deveriam ser destinados ao consumo humano direto.

O entrevistado da SNP, no entanto, entende que: “o interesse das empresas associadas é preservar os recursos e não depredar”. Concorde que existe a pesca incidental, mas eles não podem controlar que outras espécies ingressem nas redes. Em contraponto, a SNP implantou um programa de controle de vigilância da pesca ilegal, obrigando aos seus associados a firmarem um código de ética de pesca responsável para proteger o recurso.

²⁵ 85-95%. – anchoveta é o recurso que tem maior volume de captura no Peru. Os desembarques desta espécie passaram de 3,3 milhões de toneladas em 1960 para 10,3 milhões de toneladas em 1968. Atualmente flutua entre 85 e 94% dependendo do ano.

Os códigos de ética responsável surgem com a finalidade de ordenar o setor pesqueiro, fazendo com que seja sustentável e se consiga recuperar populações de recursos marinhos sobrexplorados. O código de conduta para a pesca responsável da FAO, dispõe que a ordenação das empresas pesqueiras deve assegurar a conservação não só das espécies objetivo, mas também das outras espécies que pertencem ao mesmo ecossistema (OLDEPESCA, 2004).

Sobre este código de ética proposto pela SNP, o entrevistado da FIUPAP avalia que:

Observando os antecedentes é uma mentira; porque eles (industriais) falam de um comportamento ético só no papel, mas na prática não se respeita. [...] O ano passado o IMARPE determinou sete milhões de toneladas extraíveis, mas pela pressão dos industriais se pescou dois milhões a mais. Ou seja, esse ano pescou-se nove milhões. Desse modo, a cadeia que deveria ser respeitada para manter os estoques para o futuro do recurso, está sendo cortada. Agora, esses nove milhões são no papel, na prática estamos falando mais ou menos entre 14 e 15 milhões que se pescaram no ano 2005. Então todo esse código de ética que tem firmado é pura mentira.

Pelo discurso da grande maioria dos entrevistados parece que o campo compartilha a sensação de estar juntos em uma empreitada comum. E que, trabalhando juntos e deixando os interesses pessoais de lado, o campo poderá ser bem sucedido no futuro. No entanto, observa-se que existem interesses diversos entre os atores do campo da indústria pesqueira. Essa é uma característica básica dentro do conceito de campo. Mas será que, como afirmado pela grande maioria dos entrevistados, as posturas individualizadas e fragmentadas cedem lugar a uma consciência de trabalho coletivo ou tudo fica em um simples discurso? O campo organizacional é um lugar de negociação e diálogo entre os atores, mas também de luta, conflitos e interesses pessoais (LEÃO JUNIOR, 2002).

4.3.5 Aumento do grau de concordância com a lógica institucional que guia as atividades dentro do campo

O Peru sempre foi um país pesqueiro por excelência. No início a atividade pesqueira era desenvolvida artesanalmente e aos poucos esta atividade foi sendo industrializada.

No campo industrial pesqueiro em estudo, a lógica que guia as atividades é o rápido retorno econômico. Neste campo surgiu não uma nova lógica que guiou as atividades dos

empresários, mas sim, uma mudança nas atividades desenvolvidas pelos mesmos. Essas mudanças se deram por meio de eventos esporádicos, próprios de uma atividade que explora recursos naturais. Mas a lógica institucional que guiou e guia as atividades no campo, sempre foi a mesma: o retorno econômico.

A indústria pesqueira em Callao e, portanto o campo desta indústria no início, esteve baseada na produção de conservas de pescado. O entrevistado da SNP a este respeito assim se manifesta:

A indústria pesqueira se inicia com a produção de pescado em conservas. O recurso utilizado para essa finalidade era o Bonito, mas esta indústria decaiu, quando na década 1950, se deu uma sobrexploração do recurso. Surgiu assim, a indústria de farinha de pescado que, para essas datas, era só um produto alternativo.

Observa-se que as atividades do campo da indústria pesqueira em Callao, Peru, inicialmente estiveram centradas na indústria de consumo humano direto. Com o rápido desenvolvimento da indústria produtora de farinha de pescado e a queda da indústria de conservas, as atividades no campo mudam extremamente. As empresas preocupam-se em produzir um só produto – a farinha de pescado – e, dessa maneira, potencializa-se a indústria de consumo humano indireto. É o que se pode perceber no comentário do entrevistado da SNP:

Até a década de 1950, tínhamos uma forte indústria de conservas e desta indústria se obtinha resíduos. Esses resíduos começaram a ser tratados para não serem jogados no mar. É assim que vísceras, cabeças e caudas iam para outro tipo de fábricas. [...] Ao existir grande abundância do recurso anchoveta se começa a dar maior importância a esta nova atividade.

A indústria produtora de farinha de pescado teve um rápido e descontrolado crescimento, devido à alta demanda internacional deste produto. Esta demanda internacional foi tão atraente que, industriais peruanos e estrangeiros se animaram a investir nessa indústria.

Produto de uma série de acontecimentos as atividades dentro do campo mudaram novamente. Na época de 1970, depois da crise pesqueira, nacionalizaram-se as empresas produtoras de farinha de pescado e logo depois de um acontecimento internacional, como a queda da indústria de conservas da África do Sul²⁶, se deu um novo auge da indústria produtora de conservas.

²⁶ África do Sul. - grande produtor de conservas, reconhecido em nível mundial.

A oportunidade de investir novamente nesse produto gerou um auge no Peru como um país produtor de conservas. Inclusive chegou-se a estar entre os cinco maiores países produtores de conservas do planeta (entrevistado da SNP).

Na década de 1980, as atividades dentro do campo mudaram novamente, o Estado libera a exploração e comercialização da farinha de pescado, fazendo com que os industriais voltem a dedicar-se a essa atividade. Com a aparição do recurso anchoveta, lentamente a indústria pesqueira foi crescendo na década de 1980 e, na década seguinte, iniciou-se a grande recuperação. Surge aqui uma dúvida: por que a indústria de conservas, que fornece maior valor agregado, não tem a mesma importância que a indústria produtora de farinha de pescado? Sobre esse parecer os entrevistados manifestam que:

Para obter farinha de pescado o processo é muito simples. Por conseguinte a indústria de farinha de pescado oferece um retorno econômico contínuo dando a muitas empresas a possibilidade de realizar projetos de maior envergadura (entrevistado da SNP).

Nós (Pesqueira Diamante) só produzimos farinha de pescado e a grande maioria de empresas também só deseja fabricar farinha de pescado. Porque se falamos em processos, rendimentos e custos, não há nada melhor do que produzir farinha de pescado. [...] A farinha de pescado oferece um retorno econômico mais rápido, porque neste tipo de indústria o que determina preço dos produtos é o tipo de vitamina e o tipo de secado. [...] Tu recebes o pescado, ele é cozido, prensado e, por último, passa por um processo de secagem, obtendo assim farinha. Além do mais obténs um subproduto que é óleo de pescado. [...] Para fazer farinha de pescado utilizas a anchoveta, que é o recurso que se encontra em maior quantidade no mar peruano e é muito fácil vendê-la no exterior. Internacionalmente o preço está regido pela oferta e pela procura. Tu produzes e produzes e teu produto vai ser comprado, porque é um produto que tem uma boa procura em nível internacional. Não é como outros produtos tipo conservas, que por serem produtos de consumo humano direto, estão sujeitos a maiores exigências, tanto em nível nacional quanto internacional. (entrevistado de Diamante).

O Estado percebe que o futuro da pesca deveria centrar-se na produção de produtos de consumo humano direto. Nesse sentido, realizam-se estudos em conjunto com o setor privado visando obter novos produtos que sejam atraentes para que investidores ingressem no desenvolvimento dessa atividade.

Os produtos para consumo humano direto têm um maior retorno econômico, além do que, oferecem maiores oportunidades de abertura de novos postos de trabalho que tanto necessita o país. Com esse fim foi criado o ITP, cuja missão é fazer pesquisas para o melhor

aproveitamento dos recursos marinhos. O entrevistado da Universidade Nacional Federico Villarreal (UNFV) exemplifica:

Por exemplo, nós temos o que aqui se chama de ‘cabrilla voladora’ (cabrinha voadora), que é um peixe que existe em grandes quantidades. Mas não se explora porque nós não estamos acostumados a consumi-la, somente quando vem em filetes é que nós a consumimos. Então a tarefa deles (ITP) é fazer com que aquele pescado chegue ao consumidor, ou seja, ser aceito e consumido. Logo, aquela nova alternativa, possa ser oferecida aos industriais.

Os esforços se fazem na tentativa de evitar sobrexploração dos recursos criando-se, assim, novas alternativas de produtos que utilizem outras espécies pouco exploradas. Estes produtos têm que convencer ao industrial de que, são rentáveis, ou seja, consigam um bom retorno econômico. A lógica dominante que guiou e guia as ações no campo da indústria pesqueira em Callao é o rápido retorno econômico, no entanto, percebe-se que alguns atores preocupam-se com o futuro da atividade caso a lógica continue sendo predominante no campo.

4.3.6 Aumento do isomorfismo no campo

Para DiMaggio e Powell (2001), o isomorfismo representa a tendência à homogeneização das organizações que atuam no campo organizacional, ou seja, à medida em que o campo se estrutura, diminui a diversidade organizacional.

Para poder analisar este item, recorreu-se aos indicadores propostos por DiMaggio e Powell (2001, p 119-121), os que são apresentados no quadro número doze, a continuação apresentado.

QUADRO 12: INDICADORES PARA ANÁLISIS O AUMENTO DO ISOMORFISMO NO CAMPO

Fonte: feita pelo autor em base nos indicadores propostos por DiMaggio e Powell (2001)

Esses indicadores permitirão determinar o grau de isomorfismo existente e ajudarão na melhor compreensão do campo em estudo.

4.3.6.1 Dependência do recurso

Os recursos que uma indústria necessita são variados. Em uma atividade extrativa o principal recurso vai ser a matéria-prima. Mas também existem outros recursos importantes, como os econômicos, utilizados para comprar os aparelhos e contratar o pessoal necessário para realizar uma atividade.

Observa-se que a atividade industrial pesqueira em Callao está voltada principalmente à produção de farinha de pescado e as empresas que realizam esta atividade são de médio e grande porte. Então, ao falar de recurso nesse tipo de indústria, poder-se-ia considerar que estas empresas são dependentes de um único recurso, sendo que o Estado só permite a utilização da anchoveta na produção de farinha de pescado.

Segundo o conceito de campo organizacional não pode ser considerada só um tipo de indústria por mais que ela seja representativa. Assim sendo, a dependência do campo será sobre os recursos naturais dos quais dependem as diversas indústrias pesqueiras para poder realizar suas atividades produtivas que, segundo observado, são diferentes. Em Callao, existem três tipos de indústrias principais relacionados ao setor pesqueiro, as três de natureza extrativa: as indústrias produtoras de farinha de pescado, de conservas e de congelado.

De acordo com o entrevistado de Diamante “são três tipos de indústrias totalmente diferenciadas, uma não interfere com a outra, porque os três utilizam recursos diferentes. Cada indústria maneja tipos diferentes de rentabilidade, manejo operacional e custos”. Cabe ressaltar aqui que, na captura da anchoveta, utilizam-se redes de menor abertura que as redes para a captura de qualquer outra espécie, assim sendo se tem um importante percentual de pesca incidental. Mas, ainda que a indústria de farinha de pescado utilize aquele percentual de pesca incidental para fabricar seu produto, as indústrias que realizam outras atividades, como de conservas e congelado, tem que utilizar apenas determinadas espécies. Por conseguinte, parece que no setor pesqueiro não existe dependência de matéria prima, pois cada indústria é bem diferenciada da outra. Salienta-se, no entanto, que por existir uma predominância da indústria produtora de farinha de pescado e está utilizar o recurso anchoveta que, representa entre 85-95% do total de volume capturado em um ano, a dependência do recurso em relação à matéria-prima no campo, está relacionada com esta espécie.

O Estado peruano não conta com uma instituição encarregada de outorgar empréstimos exclusivos ao setor pesqueiro. O entrevistado do IMARPE assim se manifesta: “o Estado não intervém em financiamento, ele somente controla e administra recursos”. O Fundo de Desenvolvimento Pesqueiro (FONDEPES) é uma instituição do Estado que tem

dentro das suas funções outorgar alguns empréstimos a microempresários, dentre eles encontram-se os pescadores artesanais. O entrevistado da SNP opina que: “o Estado não tem fontes de financiamento para o setor industrial pesqueiro, o dinheiro é só para as microempresas”. Nessa mesma linha o entrevistado do FIUPAP manifesta: “sim, mas não é significativo. Por exemplo, fazendo uma estatística, temos 10 mil embarcações e 90 mil pescadores, o FONDEPES não chega a ajudar nem a 0,5% dessa quantidade. Ou seja, não implica nenhum tipo de repercussão para este setor, além do mais os juros são muito altos”.

As grandes, médias e algumas pequenas empresas solicitam empréstimos diretamente ao setor privado. Os bancos são as entidades que mais apóiam estas empresas, por ser um setor rentável. Segundo o entrevistado da SNP:

Quando uma grande empresa produtora de farinha requer empréstimos, solicitam aos bancos, eles emprestam porque o setor de farinha é rentável. [...] Mas o que o Estado deveria fazer é facilitar ao setor alguma fonte de financiamento internacional, que forneça empréstimos diretos ao setor.

Neste item se pode considerar que existe um tipo de dependência, a que provem da banca privada, mas não se pode falar de dependência em relação a um determinado banco, pois cada indústria procura independentemente suas fontes de financiamento, por este setor ser rentável, os bancos outorgam empréstimos.

4.3.6.2 Interação do campo com o Estado

Embora durante o período de ditadura a atividade pesqueira fosse notadamente pública, devido à apropriação das indústrias produtoras de farinha de pescado por parte do Estado, depois de terminado esse período, voltou a ter predominância privada. Mesmo sendo atualmente uma atividade eminentemente privada, ela não pode existir sem a intervenção pública. Isto porque o Estado, ou entendeu que o setor privado conhece melhor o campo, ou estando dominado pelo poder privado, as decisões políticas são, na realidade, determinadas por este setor?

Em um campo que não está totalmente estruturado vão existir atores sociais que preferirão alcançar seus objetivos empresariais antes que o bem-estar dos outros atores envolvidos. Desse modo os empresários muitas vezes não respeitam as advertências dos organismos encarregados de estudar a preservação das espécies, como o Instituto do Mar do Peru IMARPE. Nesse sentido, não respeitam as vedas propostas pelo Vice Ministério de

Pesca VMP, pescando assim mais do que é cientificamente estabelecido, colocando em perigo o equilíbrio na pesca.

O setor privado encabeçado pela SNP cuida de seus interesses ajudando o setor público (Estado) no melhor controle dos recursos, em vista da existência de embarcações piratas (não registradas) ou atores sociais que, em seu desmedido desejo de ganhos pessoais, poderiam depredar novamente o recurso. O entrevistado da SNP sobre as interações que realizam com o Estado assim se manifesta:

Falta mais, controlemos as embarcações, sejamos mais estritos. O Estado tinha só 16 inspetores para 250 pontos de descarga, a Sociedade (SNP) propôs ao Ministério (PRODUCE) que o setor privado pague o salário dos outros 234 inspetores que faltavam para ter um maior controle dos recursos marinhos que, disso vivemos. Agora graças a isso a embarcação que transgrediu a lei, é automaticamente sancionada, sendo imobilizada por um ou dois dias. Desta maneira se chegou a um melhor controle da pesca ilegal e se está reduzindo a falta de controle no setor.

Considera-se o PRODUCE como o representante do Estado no setor pesqueiro. O Estado desempenha o papel de fiscalizador e norteador do caminho que deverá seguir o setor em um futuro. Sendo sua tarefa às vezes criticada e às vezes elogiada. Sobre a atuação do Estado no campo, o entrevistado do IMARPE manifesta: “É positiva, acredito que apesar das suas limitações desempenha uma boa função”. O entrevistado de Diamante manifesta que:

O PRODUCE para realizar bem sua função, vale-se da informação que o setor privado oferece-lhe. [...] As empresas privadas entenderam que devem respeitar as vedas propostas pelo Estado. Capturando-se mais do estabelecido, a própria indústria privada será prejudicada.

Em contraponto, o entrevistado do FIUPAP sobre a atuação do Estado no campo afirma que:

O Estado é incompetente, cria normas e não as faz cumprir. Ele é incompetente porque tem funcionários sem ética, porque contrata pessoal por favores pessoais e não pessoal competente. Como consequência, nem os próprios funcionários conhecem as leis que devem fazer respeitar.

O Estado por meio dos Organismos Públicos Descentralizados (OPD's) realiza pesquisas, os resultados são oferecidos ao setor privado, para eles fazerem uso delas, salientando que, muitas destas pesquisas são realizadas em conjunto com o setor privado. O entrevistado da UNFV ao falar sobre as interações do Estado com as empresas privadas, em

forma de pergunta manifesta: “O problema qual seria: que não existe interesse do setor industrial por conhecer novas alternativas de produtos ou o Estado não realiza bem sua função de difusor destas alternativas?”. Observa-se que o campo está dominado pelas empresas produtoras de farinha de pescado. Este tipo de indústria proporciona mais rápido retorno econômico, não precisa de tecnologia de ponta, o processo de produção é simples e as vendas estão praticamente asseguradas, pois a procura por este produto no mercado internacional é grande. Assim sendo, os industriais que pertencem a esta indústria não se importam muitas vezes com os resultados das pesquisas realizadas pelas OPD’s. Estas pesquisas estão encaminhadas basicamente em dois aspectos, na tentativa de evitar a sobrexploração do recurso e incentivar a indústria de consumo humano direto.

Pode-se concluir que existe interação do campo com o Estado. Estas interações surgem pela própria necessidade do setor privado de cuidar de seus interesses. Além do mais, por existir uma apropriação do público pelo privado, seria o próprio setor privado quem realmente representa o Estado.

4.3.6.3 Número de organizações modelo no campo

Na visão da grande maioria dos entrevistados não há organizações modelo no campo. Como já mencionado, poder-se-ia classificar o setor industrial pesqueiro em três grandes grupos, logicamente estes vão possuir diferentes tipos de modelos e processos, em vista que tem mercados alvos diferentes.

O entrevistado da SNP manifesta que: “não acredito que existam organizações modelo [...] Peru sempre foi líder em extração e produção de farinha de pescado, então os modelos são próprios”.

Os entrevistados manifestam que os modelos que têm são próprios e construídos no tempo dependendo das suas necessidades.

A sociedade não teve um modelo, nasceu na década de 1950 e foi se estruturando pouco à pouco, não existia um modelo a seguir. Têm-se adaptado de acordo às necessidades conjunturais (entrevistado da SNP).

Nosso modelo é próprio, nós mesmos o temos adaptado [...] Este local físico antigamente era um armazém frigorífico, então a gente teve que reestruturar tudo [...]. O modelo que possui atualmente nossa empresa tem sido pouco à pouco adaptado por nós mesmos. Então, poderia se dizer que temos um modelo próprio (entrevistado de Antarctic Corp).

Alguns entrevistados consideram a existência de algum tipo de influência externa para a determinação do seu modelo. Lógico, eles falam dos seus próprios modelos, os que depois foram modificados conforme suas próprias necessidades.

Creio que nós iniciamos seguindo um modelo Japonês. Conhecemos sua ideologia, conhecemos uma série de trabalhos desenvolvidos por eles [...] Mas depois adquirimos uma própria matriz, uma própria identidade e adquirimos um modelo próprio (entrevistado do ITP).

O entrevistado do IMARPE manifesta que:

A gente teve o exemplo da FAO, a FAO foi a instituição que colocou a estrutura de funcionamento do IMARPE. Em base, aquele modelo nós desenvolvemos e, é uma garantia para nós, porque é de nível internacional. No caso das empresas com a competitividade atual, é lógico supor que elas sozinhas estão se desenvolvendo.

Pelo observado, o campo da indústria pesqueira em Callao está predominantemente dominado pelas empresas produtoras de farinha de pescado, assim sendo, as empresas que fazem parte deste tipo de indústria são as organizações modelo de referência do campo. Dentro desta indústria existem algumas empresas que apostaram por renovar seus processos, elas produzem um tipo de farinha denominada *Prime*. Este tipo de farinha contém maior quantidade de proteínas que, as denominadas *Standard* por conseguinte o seu preço no mercado é maior.

Na atualidade devido às exigências impostas pelo mercado internacional, as empresas estão obrigadas a mudar. O entrevistado de Diamante assim opina:

Antigamente não se falava de impacto ambiental, não tinha muita força como tem agora. [...] tem coisas que diferenciam as empresas, por exemplo, existem duas variedades de farinha, que se obtém por diferentes tipos de secado; a *Standard* e a *Prime*. Então considero que, as empresas que produzem o tipo de farinha *Prime*, são empresas líderes, porque inovaram um tipo de tecnologia mais moderna nos seus processos, lógico que pouco à pouco estas serão imitadas .

O setor produtor de farinha de pescado no Peru está mudando, nesse sentido o novo objetivo é produzir farinhas especiais, as denominadas “*Prime*” (MITINCI, 2001). O problema é que para produzir este tipo de farinha se requer nova tecnologia, em consequência, um maior investimento.

De modo geral, identificaram-se as empresas produtoras de farinha de pescado como sendo as organizações modelo no campo da indústria pesqueira em Callao.

4.3.6.4 Incerteza tecnológica

A tecnologia é um fator fundamental quando se fala em indústria. O setor industrial pesqueiro reconhece a importância da tecnologia e tenta adaptar-se às mudanças e exigências internacionais o que, no passado, não se dava tão rapidamente. No Peru não existiam limitantes para trazer tecnologias do exterior. Na atualidade existem alguns limitantes com a finalidade de proteger o mercado nacional que produz a grande maioria de equipamentos necessários para esta atividade extrativa. Sobre esse enunciado o entrevistado de Antartic Corp (2006) assim se manifesta:

Antes não existiam limitantes para trazer tecnologia do exterior, agora sim, agora existem limitantes de impostos, que te obrigam a planejar melhor tuas compras. O país, inclusive, proíbe o ingresso de certas tecnologias.

Sempre em um mundo de constantes mudanças há novas metas e, estas, nós levam a ser inovadores. Para poder sobreviver, os empresários entenderam que a tecnologia é imprescindível. Existem atualmente exigências internacionais que as obrigam a adotar novos processos que só podem ser implementados com a aquisição de equipamentos modernos. Isso pode ser verificado nas seguintes falas dos entrevistados:

Lembra do princípio da velocidade de mudança de Alvin Tofler. [...] Na década de 1940, se eu comprava uma tecnologia de 10 anos atrás, ainda era tecnologia. Atualmente se compro uma tecnologia com 10 anos, já é um dinossauro (entrevistado da SNP).

As normas internacionais mudam rapidamente. Então, eu posso ter um tipo de tecnologia e possivelmente uma normativa sanitária da Comunidade Européia pode converter toda esta tecnologia em algo obsoleto (entrevistado de Capricórnio).

Na atualidade existem muitas normas de qualidade exigidas pelo mercado Europeu [...] antigamente não se falava de impacto ambiental, mas estas exigências nos têm obrigado a ser mais eficientes (entrevistado de Diamante).

A adequação tecnológica é vista como uma exigência na atualidade. Nos três tipos de indústrias pesqueiras existentes em Callao ela é considerada como um fator necessário para a sobrevivência das empresas. Mas embora se reconheça essa importância, observa-se que a

indústria pesqueira peruana não possui um equilíbrio em relação à tecnologia. Nesse aspecto existem variantes nas falas dos entrevistados:

Atualmente o setor produtor de farinha está trabalhando com boa tecnologia, comprada antes do último evento ‘El Niño’. Tem-se implementado muita tecnologia pelas exigências internacionais como tratamentos de água de cola, logo temos os filtros, os estudos de impacto ambiental, se está cumprindo as exigências internacionais (entrevistado da SNP).

A indústria produtora de farinha está em um processo de modernização. Significa que todas as empresas estão tratando de melhorar suas tecnologias e, mais importante, tentando introduzir o conceito de refrigeração, que não é muito desenvolvido nesta indústria (entrevistado do IMARPE).

Nesse setor (conservas) não se tem um equilíbrio. Por exemplo, se tem em conservas a maior fábrica do mundo, que trabalha com tecnologia de ponta, mas também tens algumas fábricas que trabalham nas piores condições, tem equipamentos antigos e o pessoal trabalha de maneira anti-higiênica (entrevistado da UNALM).

(congelados) Encontra-se em um processo de entrada de novas inversões, pelo que se está vendo um bom futuro para o setor congelado. Lamentavelmente ‘El Niño’ retardou muito esta inversão, já que afetou também a espécie Merluza. (entrevistado do ITP).

Embora a incerteza tecnológica na indústria pesqueira seja grande, por esta atividade centrar-se na indústria produtora de farinha de pescado e, por este produto ter uma grande demanda em nível internacional, existirão sempre mercados nos quais os produtos possam vender-se.

Ainda assim, neste tipo de indústria precisa-se de tecnologia, por exemplo, embora o Peru seja o maior produtor de farinha de pescado em nível mundial, obtém um menor valor de retorno econômico pela venda da farinha do que o Chile, seu concorrente. Isto se deve principalmente à tecnologia utilizada nos processos. No Peru, os maiores volumes de produção de farinha de pescado ainda são realizados de maneira tradicional, ou seja, secado direto com fogo. Com esse tipo de processo se obtém a farinha *Standard* que possui uma boa concentração de proteínas mas, muitas são desperdiçadas. Chile apresenta volumes de captura e produção inferiores às do Peru, mas obtém um maior retorno econômico, porque produz um outro tipo de farinha, chamada de *Prime*. O que diferencia estes dois tipos de farinha é o processo de secagem, a *Prime* se obtém com secagem por meio de vapor, que permite uma maior concentração de proteínas e é mais digerível²⁷ que o primeiro tipo de farinha. Em consequência, este último tipo de farinha é mais procurado e seu preço é maior. “Os primeiros

²⁷ Digerível para os animais, porque é um produto de consumo humano indireto.

que adotam inovações tecnológicas comumente estão motivados pelo seu desejo de melhorar seu desempenho” (DIMAGGIO e POWELL, 2001 p. 106). Mas, na medida em que se difundem as inovações nas empresas do campo, elas proporcionam legitimidade (MEYER e ROWAN, 2001). Assim sendo, as empresas que fabricam o tipo de farinha denominada *Prime* serão legitimadas no campo e imitadas pelas demais organizações do campo.

As indústrias que fabricam exclusivamente produtos destinados ao consumo humano direto, precisam adequar ainda mais suas tecnologias, pois as exigências neste tipo de produtos são maiores. Cada mercado possui uma série de requerimentos e as empresas que desejam manter relações comerciais com estes mercados serão obrigadas a cumpri-las.

O grau de incerteza tecnológica no campo da indústria pesqueira em Callao será maior nas indústrias que fabriquem produtos de consumo humano direto. Embora se observe na indústria de farinha de pescado um baixo grau de incerteza tecnológica, por esta produzir um tipo de farinha que utiliza processos simples. Existe uma tendência crescente dos mercados internacionais pela aquisição de farinhas com maior concentração de proteínas, o que determinará que esta indústria aos poucos adquira novas tecnologias que permita produzir farinhas de melhor qualidade.

4.3.6.5 Profissionalização no campo

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que o profissionalismo no campo aumentou. No passado, a grande maioria das pessoas que trabalhava na área pesqueira caracterizava-se pelo seu empirismo. O entrevistado da Universidade Nacional Federico Villarreal UNFV considera que: “antigamente não existiam profissionais no setor pesqueiro, todos os capitães e as tripulações eram pessoas empíricas, jovens que seus pais ensinaram a pescar”.

A atividade pesqueira, apesar de ser realizada desde épocas pré-históricas, recém na segunda metade do século XX, foi que começou a industrializar-se.

As exigências internacionais cada vez maiores, fizeram com que, aos poucos, os industriais se preocupassem mais com seus processos e melhorassem, desse modo, a qualidade dos seus produtos. Requerendo, para isso, pessoal com um maior grau de profissionalização.

Definitivamente a qualidade do profissional aumentou, inclusive venho escutando dos estrangeiros. O profissional que temos atualmente no setor

pesqueiro se tem profissionalizado, temos uma boa qualidade de profissionais no setor, e as universidades, considero, vem fazendo um bom trabalho. No passado um superintendente ou um chefe de turno era uma pessoa empírica, mas agora já não. Ao menos nesta empresa nossa política é contratar profissionais (entrevistado de Diamante).

Atualmente formamos profissionais com uma nova visão, essa visão consiste em conscientizar os jovens a respeito do cuidado dos recursos naturais, já que disso dependerá também seu futuro [...] tratamos de formar melhores cidadãos (entrevistado da UNFV).

As empresas se conscientizaram e o pessoal que trabalha diretamente com elas se profissionalizou, isso foi possível identificar a partir das entrevistas concedidas. Os empresários percebem que tudo é uma cadeia, dizem que, capacitando o pessoal, todos sairão beneficiados. O entrevistado de Diamante assim se manifesta:

Nós estamos preocupados pela qualidade isso se vai obter tendo um bom pessoal, por isso os capacitamos. Ao capacitar a teu pessoal conseguirás trabalhadores mais eficientes e eficazes. Depois terás um maior retorno econômico, é tudo uma grande cadeia, pois todos saem beneficiados.

As indústrias pesqueiras utilizam muitas vezes aos pescadores artesanais como fornecedores de matéria-prima, é um fato que eles ainda mantêm um alto grau de empirismo. No discurso de alguns atores do campo existe uma falta de conscientização com respeito ao cuidado do mar, por parte dos pescadores artesanais. O representante da Universidade Nacional Agrária La Molina (UNALM) manifesta: “Os pescadores artesanais não têm cultura, sua idiossincrasia é diferente. Se eles tivessem os meios para depredar o mar em um dia só, tenho certeza que o fariam”. Atualmente algumas empresas vêm trabalhando diretamente com os pescadores artesanais. Elas compreenderam que devem preocupar-se em educá-los e conscientizá-los melhorando assim a qualidade das matérias-primas utilizadas, ou utilizam esse discurso para legitimar suas ações? Ou as duas opções?

Os pescadores artesanais dedicam-se a esta atividade de uma maneira muito sacrificada. Percebo neles uma debilidade, a qual está referida ao incorreto manejo das espécies e à forma como devem cuidá-los. Isso já é um tema de idiossincrasia, pois eles possuem um nível de cultura muito baixo e, por esse motivo, é um pouco difícil poder chegar a eles (entrevistado de Capricórnio).

Nós, por meio, de alguns projetos estamos educando, em certa medida, alguns pescadores artesanais que trabalham conosco. Porque consideramos que uma parte da cadeia de contaminação provém deles, não adianta que uma fábrica se cuide por um lado, quando, por outro lado, um pescador com tuberculose encontra-se extraindo peixes (entrevistado do ITP).

Nós, há 6 anos, estamos realizando programas extensos, capacitando, ensinando aos pescadores artesanais que devem cuidar o mar ou simplesmente vão ficar sem a oportunidade de trabalhar. Temos realizado muitos eventos com muitos bons resultados. Por exemplo, antes o pescador pela sua mesma ignorância, saía pescar e dormia na embarcação. Lá dentro preparava sua comida, fazia suas necessidades pessoais e tudo isso não ia em uma sacola não, era jogado no mar. Então, tudo isso, em certa medida, afeta o ecossistema, por isso nós insistimos nesse ponto por meio de capacitações de tal maneira que eles começaram a perceber que também é responsabilidade deles manter adequadas as condições oceanográficas, ou seja, o cuidado do mar (entrevistado de Antarctic Corp).

As indústrias por mais que estejam inseridas em ambientes técnicos precisam ser legitimadas. Sendo assim, ao capacitar pessoal, se conseguirá obter dois resultados: 1º) a maior capacitação dos pescadores artesanais contribui com a maior qualidade das matérias primas e da extensão com o cuidado do mar; 2º) contribui para a legitimação da indústria. Não se pode desconsiderar que no discurso dos industriais os pescadores artesanais são culpados de parte da contaminação do mar, dessa maneira legitimam suas ações.

As universidades contribuem com a formação de profissionais. No campo, observa-se que existem três universidades que possuem a faculdade de engenharia pesqueira e as pessoas que ocupam cargos nas principais organizações são profissionais. No discurso dos industriais, eles contribuem com a capacitação dos pescadores artesanais. Conclui-se que o profissionalismo no campo está em ascensão.

4.3.7 Aumento da clareza das fronteiras

A delimitação das fronteiras de um campo é difícil de ser estabelecida, e essa dificuldade é maior ainda tratando-se de um campo tão complexo como o da indústria pesqueira. No entender de DiMaggio (2001) determinar essas fronteiras é problemático. Seguindo a mesma linha Vieira e Carvalho (2003), ressaltam que um dos maiores problemas ao se tratar de campos organizacionais reside na sua delimitação.

Esta complexidade se deve à enorme quantidade de organizações que fazem parte deste campo, tanto as que possuem relação direta, quanto as que possuem uma relação indireta (empresas conexas). Como anteriormente mencionado, as fronteiras do campo em estudo não são claras, por esta atividade resultar de várias atividades econômicas. Esta indústria utiliza bens e serviços de outras indústrias conexas, caracterizando-se pela interdependência de seus agentes para que sua rede de relações se complete. Por exemplo,

uma empresa produtora de recipientes de lata, ou uma empresa de transportes, ou uma empresa têxtil, para alguns atores fariam parte do campo da indústria pesqueira já, para outros talvez não. A necessidade de complementação, devido à grande quantidade de diversas atividades econômicas, assim como os diferentes produtos que oferece a indústria pesqueira, são as principais características deste tipo de atividade. As empresas pesqueiras extrapolam o âmbito da sua própria organização, pois a natureza desta atividade impõe a articulação entre empresas muitas vezes situadas em diferentes espaços geográficos.

A atividade pesqueira não se limita à atividade de extração e processamento, nela interagem dezenas de outros segmentos econômicos, assim como instituições encarregadas do controle e preservação do recurso marinho (Estado e as associações de profissionais). Essa natureza heterogênea dificulta o delineamento do campo organizacional da indústria pesqueira. Além do mais, com os dados obtidos nesta pesquisa não foi possível identificar os fronteiras do campo em estudo, essa foi uma das limitações deste estudo. Mas apesar das organizações serem de naturezas diversas, os entrevistados manifestaram que possuem interesses complementares. Apesar das limitações existentes para delimitar as fronteiras do campo e, da impossibilidade de considerar alguns atores, como os principais clientes europeus das indústrias peruanas, entende-se que os atores mais representativos do campo foram considerados e que os principais traços delimitadores puderam ser identificados. E mesmo que alguns atores não tenham sido incluídos diretamente no estudo, suas influências puderam ser percebidas pelos relatos dos entrevistados.

Tendo sido analisados os sete indicadores propostos na literatura, dispõe-se de uma base para analisar o grau de estruturação do campo em estudo, o que será resumido no quadro a seguir.

O isomorfismo mimético aparenta ser o mais representativo no campo, pois as organizações-modelo estão vinculadas às empresas produtoras de farinha de pescado. Os diferentes tipos de indústrias existentes pretendem adequar seus processos – se desejam exportar – às exigências internacionais tentando, dessa maneira, que seus produtos ingressem em mercados internacionais.

O isomorfismo normativo, produzido pela educação formal adquirida nas universidades, padrões de carreira, demonstra estar adquirindo maior importância no campo. O profissionalismo no campo está aumentando. Os atores consideram que a indústria pesqueira ao possuir maior nível de profissionalização refletirá em uma maior eficácia e eficiência.

As organizações ajustam-se à lógica institucional vigente no campo, que é o rápido retorno econômico. Possuem uma visão de curto prazo, por estar centrada na atividade de produção de farinha de pescado. Existem interesses diferentes no campo da indústria pesqueira, mas reconhece-se que, deixando os interesses pessoais de lado, o campo poderá ser bem sucedido no futuro. Elas entenderam que se agrupando possuirão maior representatividade, por isso afiliam-se à SNP, que domina o campo. Detectaram-se claras estruturas inter-organizacionais de dominação, as que provem da SNP que, é a organização mais antiga e representa as indústrias pesqueiras. No nível das indústrias há um claro padrão de dominação que é exercido pelas indústrias produtoras de farinha de pescado.

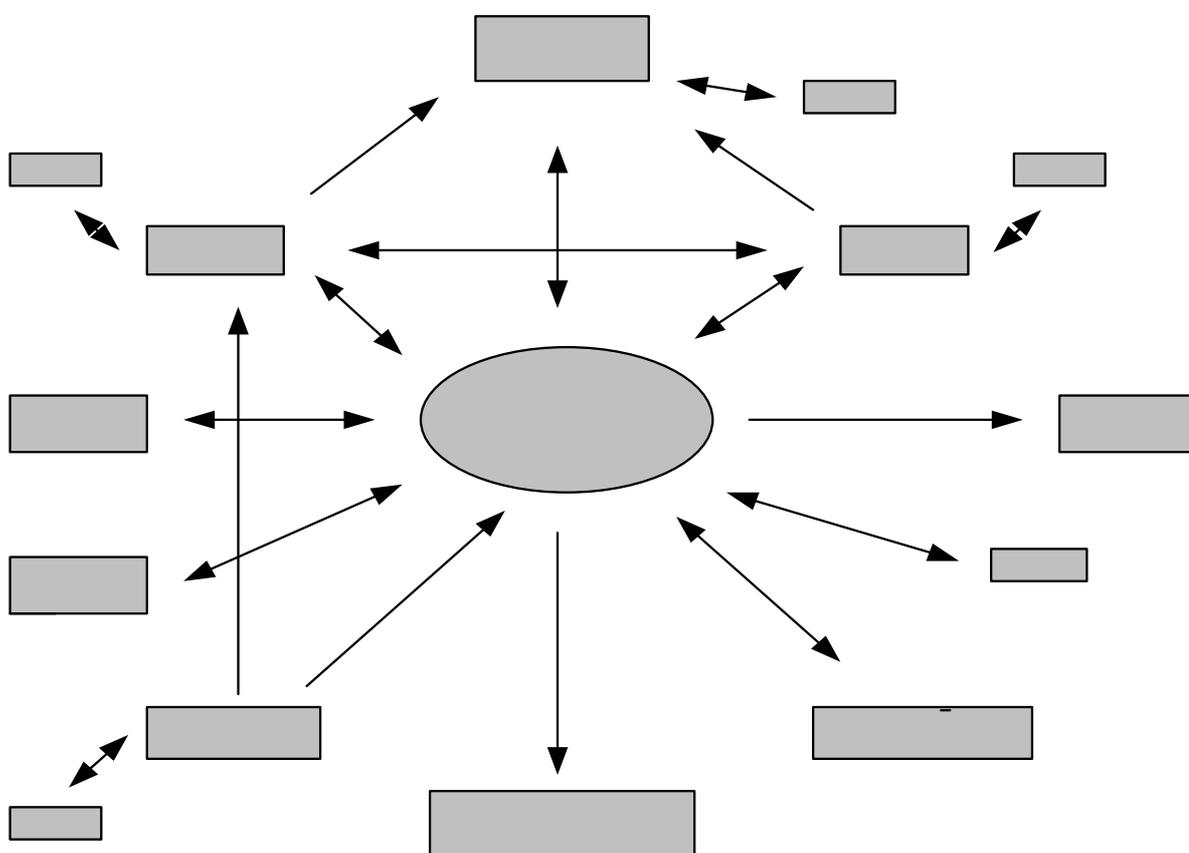
4.3 O Campo Organizacional da Indústria Pesqueira em Callao

De modo geral, as organizações que compõem um campo interagem defendendo seus próprios interesses, mas também compartilhando seus destinos. É mais lógico supor que as organizações vão desenvolver relações mais fortes com as organizações que se encontram dentro do campo do que, com as que estão fora do campo (HOLANDA, 2003). Seguindo essa afirmação, é necessário identificar primeiro os principais atores organizacionais, logo identificar suas relações para assim compreender melhor a estruturação do campo.

Vieira e Carvalho (2003) salientam que, para tornar factível uma pesquisa empírica, o campo precisa ser delimitado pelo próprio pesquisador sendo em parte, uma construção sua. Soria (2004) considera que o campo organizacional não é uma simples construção do investigador, este deve definir-se com base na investigação empírica.

Continuando nesta linha observamos ainda que esta dificuldade agrava-se ao se tratar de um campo tão complexo como o da indústria pesqueira. No entanto, os principais atores da indústria da pesca em Callao puderam ser identificados e analisando as suas relações, determinou-se o atual grau de estruturação do campo. Com base nesses dados se teve um maior conhecimento e uma melhor compreensão do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru. Utilizou-se o modelo proposto por Leão Junior (2001) para construir graficamente o campo da indústria pesqueira, como se pode apreciar na figura oito, na qual a indústria encontra-se no centro da mesma por ser o foco da presente investigação.

FIGURA 08: CAMPO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA EM CALLAO



Fonte: feito pelo autor na ótica dos entrevistados.

Podem-se observar relações de comunicação e cooperação mútua entre PRODUCE e a SNP. O PRODUCE é o responsável pelo setor pesqueiro e representante do poder público, a SNP configura a associação de industriais e representa ao poder privado. Os entrevistados manifestaram que o setor público e privado trabalham em conjunto pelo bem comum. Salienta-se que, estas relações são fluidas pela SNP estar representada dentre os diretórios dos Organismos Públicos Descentralizados (OPD's) e o último Vice-ministro ser um reconhecido

industrial pesqueiro que faz parte da SNP. Assim sendo, existem fluidas relações de comunicação e cooperação mútua, isso se conseguiu analisar por meio do indicador existência de estruturas de domínio, que é um dos indicadores propostos por DiMaggio e Powell (2001), utilizado para determinar o grau de estruturação do campo, as que provêm do setor privado. Também foi possível identificar esta relação por meio do indicador, sensação dos participantes de estar juntos em uma empreitada comum que pelo discurso dos entrevistados é forte.

Outra relação a ser destacada é a de comunicação e dependência que apresentam as empresas com a grande maioria de organizações no campo. Estas relações se dão pelo fato das indústrias dependerem das certificações e autorizações que outorgam essas organizações, o que impõe existir também comunicação. As relações de dependência no campo foram percebidas por meio do isomorfismo coercitivo: este tipo de mecanismo isomórfico também pode ocorrer na relação de uma subsidiária com sua matriz (DIMAGGIO E POWELL, 2001). Ainda que os OPD's não são subsidiárias do PRODUCE, encontram-se subordinados ao controle e pressões desta última. Já no campo as pressões isomórficas provem das indústrias produtoras de farinha de pescado por ser possuir maior representatividade na SNP e esta última dominar o campo. As relações de comunicação foram possíveis de ser identificadas por meio do indicador, aumento da carga de informação, indicador proposto por DiMaggio e Powell (2001).

As OPD's mantêm relações estreitas com o setor industrial, observando-se boas relações de comunicação e cooperação. O setor privado ajuda nas investigações das OPD's, por exemplo, com embarcações. Já as OPD's oferecem cientistas para realizar investigações de relevância no setor. As informações obtidas nestes estudos são disponibilizadas a todo o setor fazendo com que se incremente assim a carga de informação existente no campo.

Uma relação interessante se observa entre as indústrias e as instituições de ensino, uma depende da outra porque ambas precisam obter legitimidade, as estruturas das organizações estão fortemente acopladas com, e refletem os entendimentos difundidos na realidade social (MEYER E ROWAN, 2001). As instituições de ensino precisam de legitimidade, por estarem sujeitas à aceitação da população. Na tentativa de obter legitimidade são contratados professores capacitados, tentando assim, manter um bom nível de educação. Quando uma indústria começa a contratar profissionais de uma determinada escola é porque seus esforços foram recompensados. Elas obtiveram legitimidade das indústrias e, por conseguinte, a população também a legitimará, passando a ser uma escola desejada pela população. As indústrias precisam ser legitimadas também pela população. Desse modo, elas mantêm

relações de comunicação com as instituições de ensino e as procuram para realizar algumas pesquisas, por exemplo, impacto ambiental, aumentando assim, o grau de interação entre as organizações do campo. Mas será que as indústrias realmente desejam investir seu dinheiro na tentativa de proteger o ambiente e assim obter legitimidade; ou elas têm outras finalidades nessa proximidade com as instituições de ensino? Sobre este ponto o entrevistado da UNFV opina:

Vou te contar uma experiência, quando comecei a trabalhar nesta universidade ganhou-se um concurso interno com uma empresa em Chimbote, trabalhando em uma embarcação. Mas qual era a finalidade deste concurso? Supostamente era uma investigação. Nessa época se pescava qualquer espécie com redes para anchoveta (menores) [...] então, nosso trabalho era fazer um estudo no qual adequaríamos essas redes para pescar outras espécies. Mas depois compreendemos o que realmente queria essa empresa. Desejavam sair para pescar em época de veda. Por meio desse convênio podiam pescar todos os dias se quisessem, não respeitando a época de veda.

Observa-se que o campo possui uma visão de curto prazo, o qual se comprova por ser a lógica que guia as atividades do campo o rápido retorno, que é oferecido pelas empresas produtoras de farinha de pescado. Em contradição a este enunciado, alguns atores organizacionais, tanto do setor público quanto do setor privado, argumentam que o setor pesqueiro possui uma visão futurista e já se tem mais controle sobre os recursos que tem o mar peruano. Aqui surge uma dúvida: será que o campo realmente tem uma visão de longo prazo Ou os industriais e os organismos do Estado (por estarem controlados pelo setor privado) mantêm essa posição na tentativa de legitimar suas ações frente ao povo peruano no seu desejo de continuar explorando o mar? Sobre este ponto o entrevistado de Antartic Corp manifesta que:

O PRODUCE com base nos estudos do IMARPE efetua vedas para evitar a depredação, mas trabalha de forma muito lenta. O Ministério recém ordena uma veda quando já se pescou quase tudo. Ainda nesses casos os industriais (produtores de farinha de pescado) realizam “pescas exploratórias” e acabam depredando o pouco recurso que ainda ficou.

Pelo anteriormente exposto se considera que, no campo, existem diferentes visões sobre o setor pesqueiro. Muitos manifestam que o campo possui uma visão de longo prazo, mas nos discursos muitas vezes eles se contradizem e afirmam o contrário. O mesmo entrevistado de Antartic Corp manifesta a visão da sua empresa:

Nossa visão é preservar, para poder conservar o produto para o futuro. Por exemplo, capturamos espécies que se encontram dentro dos tamanhos adequados, não pescamos quando as espécies estão em período de desova, mas nem todos pensam assim.

Não se pode afirmar que exista uma forte luta de interesses, mas percebe-se nos discursos dos entrevistados que existem pequenos conflitos entre alguns atores do campo, porém observa-se que o indicador grau de interação entre as organizações ainda é baixo, mas encontra-se em constante crescimento.

A indústria de farinha de pescado no Callao oferece um rápido retorno econômico e, os produtos são facilmente vendidos no exterior. Existe uma forte relação de dependência do campo com os mercados internacionais. O amplo mercado europeu é o principal consumidor da farinha de pescado peruana, assim, percebe-se a existência de um padrão isomórfico coercitivo dos mercados internacionais, por influenciar diretamente nas estruturas e processos das organizações do campo. Estas últimas têm que adequar suas estruturas e processos de acordo com os requerimentos exigidos pelo mercado internacional.

A produção de farinha de pescado está condicionada ao uso exclusivo do recurso anchoveta, por este recurso não ser ainda aceito pela população como um produto de consumo humano direto. O Estado autoriza que se utilize a anchoveta que existe em abundância no mar peruano, para a fabricação de farinha. A anchoveta é uma espécie pelágica, isso significa que se encontra na superfície do mar e em grandes cardumes, facilitando a captura desta espécie. Pelo campo estar dominado pela indústria produtora de farinha de pescado existe uma forte dependência do campo em relação a este recurso.

A indústria pesqueira esta dominada pelo poder privado, estando representada pela SNP. Na SNP 75% dos associados pertencem à indústria produtora de farinha de pescado, sendo assim, os presidentes desta associação são na sua maioria grandes empresários que fazem parte desta indústria. Por estas razões existe uma predominância desta indústria no campo organizacional em estudo. Em conclusão não se pode falar de conflitos de interesses por ser a indústria de farinha de pescado a que domina o campo todo e, o poder público estar subordinado aos interesses privados.

Como já mencionado, um campo encontra-se em constante mudança (POWELL, 2001). Assim sendo, o que determina a estruturação de um campo é o grau de interação existente, e ele está ligado ao tempo. Pela análise dos indicadores da literatura conclui-se que, o campo possui um moderado grau de estruturação, por esta atividade centrar-se quase exclusivamente na indústria produtora de farinha de pescado e, descuidar as outras indústrias

existentes. Sendo a influência do setor privado e determinante dessa situação. Isso se reflete no grande número de relações de comunicação e cooperação mútua que se apresentam no campo. Os únicos atores que apresentaram lutas de interesses foram os sindicatos, mas depois do governo de Fujimori os sindicatos não possuem representatividade forte no Peru.

5.

CONCLUSÕES e RECOMENDAÇÕES

As conclusões aqui apresentadas estão baseadas nos resultados das análises dos dados realizados no capítulo anterior.

5.1 Conclusões

A principal motivação para a realização do presente trabalho foi o aprimoramento acadêmico dos estudos sobre o comportamento das organizações frente a mudanças que ocorrem no ambiente onde elas estão inseridas. Nesse sentido este trabalho permitiu determinar como se estão comportando as organizações que fazem parte do campo da indústria pesqueira em Callao. Sendo o objetivo geral deste estudo analisar a formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru.

No que diz respeito aos principais fatores que influenciaram a formação do campo da pesca no Callao percebeu-se, em um início, a influência da Segunda Guerra Mundial que ajudou no desenvolvimento da indústria pesqueira peruana, pois, criaram-se empresas para abastecer o exército americano.

O interesse dos mercados europeus pelo produto farinha de pescado, incentivou que investidores ingressassem neste setor. O crescimento desta indústria foi acelerado, produto da grande demanda existente, e pela disponibilidade de bens de capital de segunda mão, produto da queda da indústria produtora de farinha de pescado em Califórnia.

A crise na indústria produtora de conservas em África do Sul motivou um pequeno ressurgimento da indústria peruana produtora de conservas, este ressurgimento também se deveu a nacionalização de empresas produtoras de farinha de pescado, feita pelo governo militar na década de 70.

Apesar de estes fatos serem de naturezas diferentes e terem acontecido em épocas distintas, analisadas em conjunto foram fundamentais para a compreensão da formação histórica da indústria pesqueira em Callao e no Peru.

No que se diz respeito aos principais atores que atuam no campo da indústria pesqueira, foi possível sua identificação pelos relatos dos entrevistados. Podemos destacar, entre o conjunto de atores os seguintes:

- Sociedade Nacional de Pesca (SNP).
- Ministério da Produção (PRODUCE), representado pelo Vice Ministério de Pesca (VMP).
- Instituto do Mar do Peru (IMARPE).
- Instituto Tecnológico Pesqueiro do Peru (ITP).

Estas organizações foram consideradas por todos os entrevistados como sendo as mais representativas dentro do campo.

Dentre os atores considerados anteriormente cabe ressaltar que alguns possuem uma maior influência no campo. Parece existir uma hierarquia dentro do campo sendo o PRODUCE que, formalmente, se encontraria no topo da mesma, mas, pelo observado, é a SNP quem se encontra no topo e domina o campo. Abaixo deles estão as Organizações Públicas Descentralizadas (OPD's) do Estado, sendo o IMARPE e o ITP as mais representativas.

Há fortes evidências que os padrões de domínio estrutural no campo provêm das empresas produtoras de farinha de pescado. A SNP, que domina o campo, tem entre seus associados, 75% de empresários produtores de farinha de pescado e por esta razão os últimos presidentes da SNP são industriais que pertencem a este tipo de indústria.

Evidencia-se que o setor privado assumiu a responsabilidade do setor pesqueiro, por participar diretamente dos diretórios dos OPD's, além dos últimos ministros e atualmente vice-ministros serem representantes do setor privado. Este setor, devido às exigências internacionais, se adapta e modifica suas estruturas e processos antes que o setor público perceba variações nos novos padrões de demanda.

Um campo encontra-se em constante mudança. Assim sendo, o que determina a estruturação de um campo é o “grau de interação existente e à natureza da estrutura inter-organizacional” (SCOTT, 1995, p. 106) e ele está ligado ao tempo. Utilizou-se os indicadores propostos por DiMaggio e Powell (2001) e Scott (1995) para poder determinar o atual grau de estruturação.

O estudo revelou que o grau de estruturação do campo é moderado, por esta atividade centrar-se quase exclusivamente na indústria produtora de farinha de pescado e, descuidar as

outras indústrias existentes, mas também devido à fragilidade com a qual alguns indicadores se apresentaram no campo.

O grau de interação ainda é baixo, se consideramos o campo como um todo. Apesar disso há mecanismos que possibilitam a troca de informações como revistas e eventos que consideram aspetos importantes relacionados à atividade. Vale salientar que os entrevistados expressam, porém, algumas discordâncias sobre a confiabilidade das informações que circulam no campo, por exemplo, em relação a estatísticas pesqueiras. As estruturas de domínio são claramente visíveis e provém da SNP que, domina o campo, e por esta associação estar dominada, por sua vez, pelas indústrias produtoras de farinha de pescado, as informações que circulam no campo são majoritariamente relacionadas com a atividade industrial produtora de farinha de pescado.

Percebe-se que o campo não é homogêneo, existem interesses diversos. Os diferentes tipos de empresas de processamento apresentam leves conflitos de interesses, sobretudo no que diz respeito à preservação de recursos marinhos e, pesca incidental. Esta última é realizada fundamentalmente pelos produtores de farinha de pescado e tem conseqüências sobre as atividades das empresas de conservas e congelado.

O campo se ajusta a uma lógica de ganhos de curto prazo, evidencia-se isto pelo campo estar dominado pela indústria produtora de farinha de pescado. O mercado europeu é o grande consumidor deste produto e exerce um forte padrão isomórfico coercitivo, exigindo normas e certificações de qualidade às empresas com que mantém relações comerciais.

As características principais da indústria produtora de farinha de pescado são a sua simplicidade de processos e a grande demanda existente, que faz com que se obtenha um rápido retorno econômico. Esta indústria possui na atualidade um baixo grau de incerteza tecnológica, por produzir majoritariamente o tipo de farinha *Standard* que detém um menor valor econômico no mercado. Já as indústrias que fabricam exclusivamente produtos destinados ao consumo humano direto, apresentam um alto grau de incerteza tecnológica, pois as exigências neste tipo de indústria são maiores.

O Estado percebe que o futuro da pesca deveria centrar-se na produção de produtos de consumo humano direto. Nesse sentido, realizam-se estudos em conjunto com o setor privado visando obter novos produtos que sejam atraentes para que investidores ingressem no desenvolvimento dessa atividade. Estes produtos têm que convencer ao industrial de que, são rentáveis, ou seja, conseguem um bom retorno econômico, por ser essa a atual lógica dominante no campo.

A situação pesqueira peruana não está em seu melhor momento devido, principalmente, à desordem existente na captura de recursos para a indústria produtora de farinha de pescado. Pois, não só afeta a pesca artesanal, mas também tem repercussões macroeconômicas devido, por exemplo, ao aumento na importação de pescado fresco de Chile (SUEIRO, 2004). É necessário regular a quantidade de pescado capturado para assim evitar a sobreexploração de populações de peixes. Mas não só a quantidade é importante, também é necessário seguir padrões de pesca como o tamanho, idade, peso, abertura de malhas, licenças de pesca, zonas de pesca, épocas de veda, tendo o Estado uma difícil tarefa no referente ao melhor controle do setor. Observa-se que muitos desses pontos não estão funcionando como deveriam. Na produção de farinha de pescado, por exemplo, utiliza-se habitualmente a anchoveta e o Estado assim o exige, mas a realidade é que muitas espécies, devido à pesca incidental, estão sendo utilizadas não se respeitando as regulamentações existentes.

Para melhorar o setor será necessário reduzir a desordem na extração pesqueira, que implica destinar somente o recurso anchoveta para a fabricação de farinha de pescado. Isto se logrará reestruturando o sistema de supervisão e controle, assim como também da existência de uma vontade política de proteger o recurso, em vez de ceder às pressões do setor privado. Ordenando o setor industrial pesqueiro melhorará a situação da pesca artesanal, agora afetada pela forma de pescar da primeira.

Atualmente o valor obtido pela venda de produtos pesqueiros peruanos se caracteriza por ter um baixo retorno econômico. Pelo grau de exploração no que se encontram os principais produtos pesqueiros peruanos, é necessário não só aumentar o valor agregado dos produtos, mas também diversificá-los. Na indústria de farinha a produção de maior quantidade do tipo *Prime* representaria um retorno maior devido ao seu valor agregado e, além disso diminuiria o impacto sobre o meio ambiente.

Ainda que neste trabalho o enfoque tenha sido a atividade industrial pesqueira extrativa que é a mais importante atualmente no Peru, percebe-se uma tendência crescente no mundo pelo desenvolvimento da aquíicultura. Mas no Peru observa-se que ainda esta atividade não é desenvolvida industrialmente, sendo uma das metas do setor para o futuro. O desenvolvimento da aquíicultura diminuiria o impacto causado nos cardumes com o crescente volume de pesca, protegendo assim o meio ambiente e possibilitaria fontes alternativas de recurso e renda.

As fronteiras do campo em estudo não são claras, por esta atividade resultar de várias atividades econômicas. Esta indústria utiliza bens e serviços de outras indústrias conexas, caracterizando-se pela interdependência de seus agentes para que sua rede de relações se

complete. Além do mais, com os dados obtidos nesta pesquisa não foi possível identificar os fronteiras do campo em estudo, essa foi uma das limitações deste estudo.

Este trabalho não teve a pretensão de esgotar o tema, ao contrário, trata-se de um estudo preliminar de natureza descritiva que se prestou para pontuar algumas características do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru. Espera-se, assim, abrir caminhos para outros estudos.

5.2 Recomendações

O presente trabalho abre as portas para a iniciativa de futuras discussões a respeito do papel do campo na configuração das organizações que fazem parte do mesmo. Vale salientar que esta pesquisa foi realizada em uma indústria, a qual segundo vários autores foi descuidada nos estudos da teoria organizacional.

As limitações desta pesquisa reduziu o seu escopo, uma recomendação é desenvolver futuras pesquisas a partir dos resultados aqui obtidos. Assim sendo, se recomenda estudar outros campos do setor pesqueiro como, por exemplo, analisar o campo da pesca artesanal ou levar este estudo a outros estados do Peru, o que ajudaria na melhor compreensão do setor pesqueiro peruano.

Neste trabalho se utilizou o modelo proposto por Leão Junior (2001) para a construção gráfica do campo organizacional, em um futuro outras pesquisas poderiam pesquisar mais profundamente algumas das análises desenvolvidas neste trabalho, utilizando talvez conceitos como jogos de poder. Este trabalho pode ser considerado um estudo inicial sobre o setor industrial pesqueiro em Callao, Peru.

6.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVICH, J. **La Industria Pesquera en el Perú: Génesis, Apogeo y Crisis**. Imprenta La Popular. Lima, 1973

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (orgs.) **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

COTOS, Humberto. **El Callao: historia, gente y tradición**. Callao. 2005.

DIMAGGIO, Paul J. Construcción de un campo organizacional como un proyecto profesional: los museos de arte de los Estados Unidos, 1920-1940. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (compiladores) **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. Retorno a la jaula de hierro: el isomorfismo institucional y la racionalidad colectiva en los campos organizacionales. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (compiladores) **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GUERRERO, Alejandro. **El mar y los dioses**. Vídeo educativo, Ministério da educação - Panamericana Televisão, Lima, Peru. 1994.

GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Desenvolvimento, poder local e estrutura simbólico – normativa das universidades. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (orgs.) **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003.

HALL, Richard H. **Organizações: estruturas e processos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1984.

HOLANDA, Luciana Araújo de. **Formação e institucionalização do campo organizacional do turismo em Recife-PE**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O Autor, 2003.

IBAMA. **Estatística da pesca 2004** - Brasil grandes regiões e unidades da federação. Brasília: 2005.

ITP. **La anchoveta peruana: oportunidad para la industria conservera nacional**. 1. ed. Callao: Gráfica Biblos S.A., 2004.

JÒFILI, Rodrigo; DIAS, Thiago Ferreira; CARVALHO, Cristina Amélia. Paixão de Cristo em fazenda nova: de referências locais a referências globais. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (orgs.) **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3a ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LEMUS, Juan Luis C.; TORRES-GARCIA, Pilar; FRIAS, Marcela. **El océano y sus recursos**. 2. ed. México D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 1997.

LEÃO JUNIOR, Fernando Pontual de Souza. **Formação e estruturação do campo organizacional dos museus da região metropolitana do Recife**. 2002. Dissertação (Mestrado) – programa de pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

_____. Museus na região metropolitana do Recife: das heranças do passado a construção do futuro. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.) **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. **A. pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1996.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L. O Impacto da internacionalização nos esquemas interpretativos dos dirigentes do Banco Bamerindus. **Revista de Administração de Empresas**, v. 38, n. 4, 1998.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FERNADES, B.H.R. Mudança ambiental e reorientação estratégica: estudo de caso em instituição bancária. **Revista de Administração de Empresas**, v. 39 n. 1, 1999.

MEYER, John W.; y ROWAN, Brian. Organizaciones institucionalizadas: la estructura formal como mito y ceremonia. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (compiladores) **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1993.

MITINCI. **Inventario nacional de recursos en prospectiva tecnológica industrial del Perú**. Lima, 2001.

Organización latinoamericana de desarrollo pesquero. **Impacto del comercio internacional en la sostenibilidad de la pesca**. OLDEPESCA, 2005.

Organización latinoamericana de desarrollo pesquero. **La pesca regional: perspectivas para un enfoque ecosistémico**. OLDEPESCA, 2005.

ORRÚ, Marco; BIGGART, Nicole Woolsey; y HAMILTON, Gary G. Isomorfismo organizacional en Asia Oriental. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (compiladores) **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

PERROW, Charles. **Análise organizacional: um enfoque sociológico**. São Paulo: Atlas, 1976.

POWELL, Walter W. Expansion del análisis institucional. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (compiladores) **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

RAMIÓ, Carles. **El impacto de la actividad de consultoría sobre la capacidad institucional de los organismos públicos de los países de América Latina**. Panel: la capacidad institucional de los organismos públicos. VII congreso internacional del CLAD sobre reforma del estado y de la administración pública, Lisboa, Portugal, 8-11, octubre 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry, PERES, José Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROMERO, Jorge Javier. Estudio Introductorio. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (compiladores) **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

ROSA, Leal María Eugenia de la, VARGAS, Hernández José Guadalupe. **Capital social base de la sustentabilidad organizacional para el desarrollo ambiental y económico: El**

caso de las micro y pequeñas empresas en la explotación del Tule (*Typha spp*) de la laguna de Zapotlán. www.colpamex.org/Revista/Art2/7.htm - 142k - 27 set. 2005.

SCOTT, Richard W. The organization of environments: cultural and historical elements. In: MEYER, John. W.; SCOTT, W. Richard (Org.) **Organizational environments: ritual and rationality.** London: Sage, 1992.

_____. **Institutions and organizations.** London: Sage Publications, 1995.

_____. Retomando los argumentos institucionales. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (compiladores) **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional.** México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

SCOTT, W. Richard; MEYER, John. W. **Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism.** London: Sage, 1994.

_____. La organización de los sectores sociales: proposiciones y primeras evidencias. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (compiladores) **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional.** México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

SILVA, Rosimeri Carvalho da; SOUZA, David H. de. **Análise institucional da dinâmica de setores industriais: um estudo de caso sobre o setor pesqueiro.** Florianópolis, 2003.

SORIA, Romo Rigoberto; **La construcción del Sistema Nacional de Coordinación Fiscal: Poder y toma de decisiones en una esfera institucional.** 2004. Tesis (Doctorado em Estudios Organizacionales) - Universidad Autónoma Metropolitana. México d.f: O autor, 2004.

SUEIRO, Juan Carlos. **¿Cómo estamos en la pesca?** Lima, 2004.

THORP, R. Y BERTRAM, G. **Perú: Crecimiento y políticas en una economía abierta. 1890 - 1977.** Mosca Azul Editores. Fundación Friedrich Ebert- Universidad del Pacífico. Segunda Edición. 1988.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALVERDE, Yabar Julia. **Impacto de la industria pesquera en la economía peruana.** Universidad Nacional la Cantuta. Lima. 1995.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; MISOCZKY, Maria Ceci. Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (orgs.) **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional.** Recife: EDUFEPE, 2003.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. **Campos Organizacionais: de wallpaper à construção histórica do contexto de organizações culturais em Porto Alegre e em Recife.** In: ENANPAD – 2003.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; da SILVA, Rosimeri Carvalho; DARBILLY, Leonardo V. C.; SIMÕES, Janaina M.; ABDALLAH, Patrizia Raggi. Fatores institucionais determinantes da configuração dos campos organizacionais da indústria da pesca no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. **In: Revista de Administração Pública.** Volume 38, N° 6. Editora: FGV. Rio de Janeiro, Nov./Dez. 2004.

<http://www.imarpe.gob.pe/>

<http://www.itp.org.pe/>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Lago_Titicaca

<http://www.snp.org.pe/>

<http://www.produce.gob.pe>

Apêndice 1

Roteiro de entrevistas

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

“Formação e estruturação do campo organizacional da indústria pesqueira em Callao, Peru”.

Aplicação

O questionário será aplicado pelo pesquisador através de entrevista previamente agendada com os respondentes.

Estrutura do questionário

O questionário é constituído de um conjunto de perguntas abertas.

• **Dados Gerais:**

- nome completo?
- função desenvolvida?
- tempo de atuação?

○ **PROCESSO HISTÓRICO:**

1. Que fatos e acontecimentos históricos o senhor (a) considera relevantes para o desenvolvimento da indústria pesqueira no Callao?
2. Qual é a situação atual do setor pesqueiro, aqui na região do Callao?
3. O nível tecnológico das indústrias, como é?
4. Quais são os principais problemas que enfrenta o setor pesqueiro no Callao?
5. Qual o papel da indústria pesqueira no desenvolvimento do país?

○ **ATOES ORGANIZACIONAIS:**

1. Quais as empresas que o senhor lembra participam da indústria pesqueira no Callao?
2. Quais são as instituições (governamentais) envolvidas com o setor pesqueiro no Callao?
3. Além do estado, e as empresas, que outras organizações influenciam o normal desenvolvimento desta organização?
4. Em sua opinião qual é a instituição que tem maior influência no setor pesqueiro?
5. Alguma organização (instituição) interfere com o livre desenvolvimento desta organização, em que forma?
6. Qual é o papel desta organização (instituição) na indústria pesqueira?
7. Qual o papel do governo na indústria pesqueira?
8. Como se dá a relação destas organizações (instituições) com as demais instituições governamentais?
9. Você percebe algum tipo de preferência ou ajuda das instituições do estado com algumas empresas?
10. Como é o acesso aos recursos para financiamento no setor?

○ **PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO**

1. Você observa que os interesses das organizações (instituições) são iguais ou diferentes na indústria pesqueira?
2. Existe alguma diferença entre o discurso do que se faz e o que diz se está fazendo?
3. Existe comunicação entre (o poder público e empresas; empresas e empresas; poder público e poder público) que conformam o campo da indústria pesqueira, de existir como influencia o normal desenvolvimento das atividades desta organização?
4. Há participação da iniciativa privada na tomada de decisões sobre os rumos do setor pesqueiro no Callao, tem alguma influência sobre as políticas e ações do setor?
5. As instituições governamentais organizam eventos onde possam se fomentar interações entre as empresas e as instituições do estado?
6. O poder público e a iniciativa privada compartilham a sensação de estarem juntos no desenvolvimento do setor pesqueiro no Callao?
7. A indústria pesqueira se adapta ou toma a iniciativa frente às condições ambientais?
8. Você percebe que a intervenção do estado no setor pesqueiro é positiva ou negativa, em que forma?

9. Você acha que a mentalidade dos atores envolvidos no setor pesqueiro é futurista ou eles só desejam viver o presente?
10. Existem formas estruturais predominantes na indústria pesqueira atualmente?
11. Há alguma organização modelo (no âmbito local, regional, nacional, internacional) tida como exemplo de sucesso, em que as organizações se espelham? De que forma